

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**AMANDA NAIARA DE MENEZES**

**O SANEAMENTO BÁSICO E A INTERFACE COM O SERVIÇO SOCIAL: UM  
ESTUDO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL DE  
UBERABA/MG**

**FRANCA**

**2020**

**AMANDA NAIARA DE MENEZES**

**O SANEAMENTO BÁSICO E A INTERFACE COM O SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UBERABA/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus de Franca/SP para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Prof. Dra. Adjunta Analúcia Bueno dos Reis Giometti.

**FRANCA**

**2020**

M543s Menezes, Amanda Naiara de  
O saneamento básico e a interface com o serviço social :  
um estudo nos Centros de Referência em Assistência  
Social de Uberaba/MG / Amanda Naiara de Menezes. --  
Franca, 2020  
107 p. : tabs., mapas + 1 CD-ROM

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista  
(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,  
Franca  
Orientadora: Analúcia Bueno dos Reis Giometti

1. Saneamento. 2. Serviço social. 3. Políticas públicas.

I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo  
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**AMANDA NAIARA DE MENEZES**

**O SANEAMENTO BÁSICO E A INTERFACE COM O SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UBERABA/MG**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, como pré-requisito para obtenção de Título de Mestre em Serviço Social.**

**Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Profª Drª Analúcia Bueno dos Reis Giometti**  
Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

**1º Examinador (a):** \_\_\_\_\_

**Profª Drª Maria José de Oliveira Lima**  
Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

**2º Examinador (a):** \_\_\_\_\_

**Profª Drª Rita Cássia Lopes de Oliveira**  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

**Franca, 12 de maio de 2020.**

*Dedico este trabalho a toda população  
que sofre por falta de saneamento básico.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todas e todos que de alguma forma contribuíram para a construção deste trabalho. Porém é preciso destacar pessoas que estão ligadas diretamente e foram meu alicerce, das quais nunca irei me esquecer, e serão sempre recordadas com muito carinho.

À Professora Analúcia, pela dedicação ao trabalho, pelas orientações que me ensinaram a pensar, refletir e buscar respostas. Pelo carinho e atenção em nossas conversas. Me sinto privilegiada em ter sido sua orientanda, e carrego um enorme orgulho por isto. Muito obrigada por tudo.

À Professora Rita, que desde a graduação me instiga à pesquisa. Que me despertou para conhecer mais sobre o saneamento básico, dando um direcionamento para minha caminhada acadêmica. Você sempre será uma referência.

À Professora Maria José, que me possibilitou tantos espaços de reflexão e conhecimento. E que muitas vezes me orientou e reconheceu meu esforço e trabalho, postura que representou o impulso que precisei para continuar. Minha gratidão e admiração.

E na figura das três professoras citadas, agradeço a todas e todos os professores que passaram por minha vida, e foram fundamentais. E em especial aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/FCHS.

Aos servidores da UNESP/FCHS por todo o apoio e auxílio, principalmente em momentos de dificuldades. Dentre eles Mauro e Tadeu, pelo atendimento e assistência.

Agradeço aos meus familiares, principalmente ao meu pai Vamdeir por todo esforço dispensado a mim e por ser meu exemplo de ser humano. Ao meu companheiro Dênes, pelo apoio, amor e carinho que tem em tudo que faço, sem ele não seria possível concretizar este Mestrado. Às minhas irmãs que estão sempre comigo, em especial a Elenice que me ofereceu sua casa todas as vezes que precisei estar em Franca, e ao meu sobrinho Thiago que me emprestou sua própria cama. E a minha mãe Lazara *in memoriam*, que me apresentou ao mundo, e que mesmo partindo tão cedo, faz parte da minha vida e da minha história.

Às Assistentes Sociais dos Centros de Referência em Assistência Social de Uberaba/MG, que foram fundamentais para a pesquisa.

E por fim, agradeço aos meus “amigos do Mestrado”, que foram essenciais: Márcia, Juliana, Rafael, Maira, e todos os colegas que estiveram comigo neste momento.

Muito obrigada a todas e todos.

*O senhor falou dignidade, só somos dignos de atenção quando temos o título de eleitor na mão. Somos aquele cidadão que não tem voz, somos o cidadão que não tem direitos. Não temos água encanada, a maioria da população aqui. Alguns é água de poço, alguns é a rede clandestina, que os senhores filmaram, mangueiras que nós compramos, instalamos e somos ladrões de água, o que é uma vergonha. Está garantido no primeiro capítulo da Constituição Federal. Temos direito à água, a morar com dignidade, não importa que a minha casa é simples, é o que eu pude construir, não importa a minha rua não tem asfalto, mas eu poderia ter a rede de esgoto, porque vai impedir de doença, poderia ter uma rede água porque vai impedir a contaminação da água. A falta de saneamento básico que eles não querem fazer porque não é uma obra que aparece, que não dá para cortar a fitinha, não dá para sair na foto do lado do esgoto, do tubo que está levando dejetos humanos para longe, para estação de tratamento. Esta falta de saneamento básico gasta muito mais dinheiro na saúde. Mas não é importante, o importante depois é fazer um hospital, não tem saneamento, mas vamos fazer um hospital, que vai ter produto importado, e não vai ter médico, não vai ter leito suficiente. (Eliana, moradora do Jardim Canãa, Itaquaquetuba/SP no Documentário Embaixadores do Trata Brasil, 2017)*

MENEZES, Amanda Naiara de. **O saneamento básico e a interface com o serviço social: um estudo nos Centros de Referência em Assistência Social de Uberaba/MG.** 2020. 107f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2020.

## RESUMO

A política pública de saneamento básico não vem garantindo o acesso universal da população aos seus serviços, causando graves consequências em suas condições de vida e ao meio ambiente, e neste sentido, sendo o serviço social comprometido com a justiça social, os direitos humanos e com uma sociedade mais justa e igualitária, vincula-se na busca pela efetivação do saneamento básico, como um dos serviços que pode garantir melhores condições de vida para toda a sociedade. Partido desta hipótese, e com o objetivo de compreender a interface entre o saneamento básico e o serviço social que ocorre nos centros de Referência em Assistência Social do Município de Uberaba/MG, foi utilizado o método dialético como forma de análise dos dados obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Sendo possível então, apresentar a interrelação entre a política de saneamento básico e o serviço social, localizando o saneamento básico como uma questão socioambiental, e demonstrando a partir da contextualização histórica no Brasil, a dimensão da problemática do saneamento básico e seus efeitos, que estabelecem conexão direta com o serviço social. Como a pesquisa de campo foi realizada em Uberaba/MG, foi necessária uma aproximação com o percurso histórico e atual do saneamento básico no município, visto a importância da caracterização do cenário da pesquisa, e o entendimento de suas relações. E para trazer concretude a reflexão, a pesquisa de campo, por meio de entrevistas com profissionais, determinou como emergente a interface entre saneamento básico e serviço social, visto que novos aspectos foram expostos, e que por vezes não aparecem nas pesquisas, índices e panoramas divulgados, apresentando outras realidades e faces da gravidade da falta de saneamento básico e suas consequências.

**Palavras-chave:** Saneamento Básico. Questão Socioambiental. Serviço Social. Política Pública.

MENEZES, Amanda Naiara de. **BASIC SANITATION AND INTERFACE WITH SOCIAL WORK:** a study at the Reference Centers in Social Assistance in Uberaba / MG.2020. 107f. Dissertation (Masters in Social Work) – Paulista State University, Faculties of Humanities and Social Sciences, Franca, 2020.

#### **ABSTRACT**

Public policy on basic sanitation has not been guaranteeing universal access by the population to its services, causing serious consequences for their living conditions and the environment, and in this sense, social service is committed to social justice, human rights and a more just and egalitarian society, are linked in the search for the realization of basic sanitation, as one of the services that can guarantee better living conditions for the whole society. Based on this hypothesis, and with the objective of understanding the interface between basic sanitation and social service that occurs in Reference Centers in Social Assistance in the Municipality of Uberaba / MG, the dialectical method was used as a way of analyzing the data obtained through bibliographic, documentary and field research. Therefore, it is possible to present the interrelation between the basic sanitation policy and the social service, locating basic sanitation as a socio-environmental issue, and demonstrating from the historical context in Brazil, the dimension of the basic sanitation problem and its effects, which establish direct connection to social work. And as the field research was carried out in Uberaba / MG, an approximation with the historical and current course of basic sanitation in the municipality was necessary, given the importance of characterizing the research scenario, and understanding its relationships. And in order to bring concreteness to the reflection, the field research, through interviews with professionals, determined as emerging the interface between basic sanitation and social service, since new aspects were exposed, and that sometimes do not appear in the research, indexes and panoramas disclosed, presenting other realities and faces of the seriousness of the lack of basic sanitation and its consequences.

**Keywords:** Basic Sanitation. Socio-environmental issue. Social service. Public policy

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Características do período entre o século XVI a meados do século XIX.....	26
Figura 2 -	Características do período entre 1850-1910 (interferência do Estado nos serviços públicos) .....	27
Figura 3 -	Características entre os períodos 1910-1950 (Centralização do poder público, influência norte-americana).....	28
Figura 4 -	Características entre os períodos de 1950-1969 (crescimento da indústria e do processo de urbanização, transição da democracia para ditadura).....	29
Figura 5 -	Características entre os períodos de 1970-2004 (novas matrizes para o saneamento) .....	31
Figura 6 -	Representação espacial do índice de atendimento urbano por rede de água por municípios, em 2018.....	42
Figura 7 -	Representação espacial do índice de atendimento urbano por rede coletora de esgotos por municípios, em 2018.....	43
Figura 8 -	Representação espacial da taxa de cobertura do serviço de coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares por municípios, em 2018.....	44
Figura 9 -	Representação espacial dos tipos de drenagem urbana, por município, em 2018.....	45
Figura 10 -	Localização dos 8 CRAS e regiões de atendimento em Uberaba/MG.....	68

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice tratamento de esgoto sanitário em Uberaba 2005-2015.....	54
---	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atendimento dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Uberaba pela CODAU 2002-2006.....	53
Quadro 2 - Principais problemas apontados pela população referentes ao abastecimento de água nas microconferências.....	56
Quadro 3 - Principais problemas apontados pela população referentes ao esgotamento sanitário nas microconferências.....	58
Quadro 4 - Principais problemas apontados pela população referentes a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos nas microconferências.....	60
Quadro 5 - Principais problemas apontados pela população referentes a drenagem urbana e manejo de águas pluviais nas microconferências.....	61
Quadro 6 - Principais alternativas propostas para o abastecimento de água.....	63
Quadro 7 - Principais alternativas propostas para o esgotamento sanitário.....	64
Quadro 8 - Principais alternativas propostas para a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.....	65
Quadro 9 - Principais alternativas propostas para a drenagem urbana e manejo de águas pluviais.....	65

## LISTA DE SIGLAS

BID -	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD -	Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento
BNH -	Banco Nacional da Habitação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNRH -	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CODAU -	Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba
CONAMA -	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONCIDADES -	Conselho Nacional de Cidades
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
DMAPU	Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais Urbanas
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNASA -	Fundação Nacional de Saúde
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
MCID -	Ministério da Cidade
ONU -	Organizações das Nações Unidas
PAC -	Programa de Aceleração e Crescimento
PIB -	Produto Interno Bruto
PLANASA -	Plano Nacional de Saneamento
PLANSAB -	Plano Nacional de Saneamento Básico
PMSB -	Plano Municipal de Saneamento Básico
PMU -	Prefeitura Municipal de Uberaba
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNSB	Política Nacional de Saneamento Básico
SAAES -	Serviços Autônomos de Água e Esgoto
SNA -	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
SNIS -	Sistema Nacional Sobre Informações de Saneamento
SNIS-AP -	Diagnóstico de Água Pluviais
TCLE -	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 A POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO BÁSICO E SUA INTERRELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>17</b>
1.1 Saneamento Básico: uma questão socioambiental.....	17
1.2 A evolução da implementação do saneamento básico no território brasileiro e suas implicações no tecido social.....	21
1.3 Saneamento básico e Serviço Social: uma realidade transdisciplinar.....	38
<b>2 O PERCURSO DO SANEAMENTO BÁSICO EM UBERABA/MG.....</b>	<b>50</b>
<b>3 SANEAMENTO BÁSICO E SERVIÇO SOCIAL EM UBERABA/MG.....</b>	<b>68</b>
3.1 O trabalho de assistentes sociais nos CRAS de Uberaba/MG: identificando demandas e ações relacionadas ao saneamento.....	70
3.1.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	70
3.1.2 O saneamento básico a partir do olhar de assistentes sociais: uma interface emergente.....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>96</b>
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TSLE).....	97
Apêndice B – Questionário/Formulário para Entrevista.....	98
<b>ANEXOS.....</b>	<b>100</b>
Anexo A - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).....	101

## INTRODUÇÃO

Qual a importância da água para a vida? Que valor a água tem, economicamente, socialmente e ambientalmente? E como é utilizada entre os seres humanos? Por que não tem água para todos? Por que grande parte das fontes de água estão poluídas?

Pesquisas começam com perguntas, inquietações e até incômodos com algo que acontece no mundo. E desde a epígrafe deste trabalho, será perceptível que o assunto discutido aqui causará questionamentos, assim como quando está pesquisa foi pensada.

Como Eliana, citada na epígrafe deste trabalho, consegue viver sem acesso a rede de água e esgoto? O que Eliana demonstra são as multifaces que o saneamento básico atinge, e no quanto o serviço social está articulado a estas questões, principalmente em sua atuação cotidiana, se deparando com pessoas cuja vida são marcadas pelos elementos trazidos no pequeno trecho. E são essas pessoas as mais atingidas pela falta de saneamento básico, que ficam abandonadas pelo poder público.

Talvez seja difícil para pessoas que tem acesso a água de forma ilimitada dentro de suas casas entenderem a dimensão da falta de saneamento básico, ou da importância da água em sua vida. Ou talvez seja fácil para pessoas que viajam para lugares lindos, onde a natureza é preservada, observando o movimento da água, sua pureza e seu ciclo, e depois chegarem em casa tomar um bom banho, ou usar o sanitário, e ter tudo que é fétido levado para longe com um simples toque, não se tocarem com os problemas advindos da falta do saneamento.

É uma verdade inconteste que a água tenha valores diferentes para as pessoas que tem acesso e para as que não têm. Porém para os que têm acesso, o que pode assombrar são notícias de algum racionamento, ou até informativos dando conta da importância de diminuir o consumo de água para “salvar o planeta”. Por outro lado, para quem não tem acesso a água passa a conotação de ser um luxo só possível aos bens aquinhoados financeiramente.

Estas indagações e até problematizações foram os indutivos que despertaram o interesse pelo tema. São reflexões que perpassam a vida pessoal, acadêmica e profissional da pesquisadora, bem antes da graduação. A desigualdade, a injustiça e a destruição do meio ambiente sempre causaram incômodos, o que propiciou questionamentos e o querer saber mais. Mas foi na graduação em Serviço Social, que ocorreu a apresentação para a pesquisa, e para entender mais acerca do saneamento básico.

O processo de conhecimento sobre o saneamento básico teve início em estudos para elaboração de um artigo apresentado no IV Congresso Internacional em Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável (2015). A partir deste artigo e o aprofundamento dos estudos

sobre o tema, foram elaborados outros artigos, além do Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (2017). Este processo de elaboração e apresentação de trabalhos foram essenciais para a construção do conhecimento sobre a temática, principalmente pelos questionamentos e contribuições de outros profissionais, que contribuíram e demonstram a relevância do tema.

Contudo foi necessário a delimitação do tema, devido às inúmeras possibilidades de direcionamento para a pesquisa. E a partir das orientações, aulas, e participações em eventos científicos com profissionais de diversas áreas foram-se gerando hipóteses que induziram questionamentos como: “Mas o que o serviço social tem a ver com o saneamento básico?” Associado as estas indagações pode-se citar apontamentos de autores durante a pesquisa, trazendo destaque para

[...] a necessidade de uma abordagem integrada, que reúna as dimensões tecnológicas e de política pública dos serviços de saneamento, tem recebido relativamente pouca atenção na literatura especializada, seja em termos de desenvolvimento conceitual, seja no debate intelectual. [...] (HELLER; CASTRO, 2013, p. 29)

O saneamento básico, no campo científico, é concentrado nas áreas tecnológicas, em que predominam as engenharias, por exemplo, essa área é fundamental, mas como apontam os autores citados, é preciso entender que se trata de uma política pública, e que serão necessários esforços interdisciplinares na busca de soluções. E é neste sentido, que o serviço social pode contribuir, pois possui uma vasta referência acerca da organização social, das políticas públicas e sociais, além de trabalhar diretamente com a população que mais sofre pela falta de saneamento básico.

Nesta perspectiva, compreender a interface entre o saneamento básico e o serviço social pressupõe uma pesquisa aprofundada na conceituação de cada um deles, bem como levar em conta seus aspectos particulares. Tais aspectos podem ser desmembrados em dois prismas. O primeiro, diz respeito à preservação do ciclo que envolve o ambiente, no qual somos vinculados, e para que haja equilíbrio é necessário o estabelecimento de políticas públicas que serão submetidas a uma regulação e a um determinado modelo de gestão, que pode ter

[...] possibilidades diferentes de orientação finalística. [...] que varia entre orientações radicalmente destinadas à manutenção da ordem de exploração/dominação e aquelas radicalmente posicionadas em defesa de um mundo de liberdade para todos. (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016, p.33)

O segundo aspecto diz respeito ao serviço social como uma profissão, que além de trabalhar com as políticas públicas e sociais, se posiciona com compromisso ético em favor da justiça social, do atendimento das demandas da população, além da defesa dos direitos humanos, posicionamento inscrito nas regulamentações e projeto profissional do Serviço Social, que se

“[...] posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania [...]” (PAULO NETTO, 1999, p. 16)

Há muitas contradições existentes quando se fala em políticas públicas, principalmente quando envolvem o saneamento, pois são ações estatais vinculadas a demandas de classe, e de seus tensionamentos. “[...] as políticas concernentes ao saneamento devam se fundamentar no princípio de que esses serviços constituem um direito social do cidadão; em outras palavras, é obrigação do Estado garantir o acesso universal a eles.” (HELLER; CASTRO, 2013, p. 30) As políticas públicas são estabelecidas a partir das demandas da população, por melhores condições de vida, visto que na atual organização social as relações entre capital e trabalho possibilitam o surgimento de várias questões de exploração e degradação da vida humana e ambiental, visando à acumulação de riqueza. Para agravar este quadro, o Estado ao intervir com políticas públicas voltadas para a manutenção da ordem de desenvolvimento capitalista, dificulta o atendimento das demandas da população mais frágil, que visa à melhoria na qualidade de suas vidas. Ou seja, as políticas públicas se dão a partir dessa contradição e na busca de continuar contribuindo para o capital e mantendo sua reprodução.

Dentre as políticas públicas destaca-se a Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB), Lei 11.445 regulamentada em 2007, que estabelece princípios como a universalidade e a equidade no acesso ao saneamento básico, compreendendo sua intersectorialidade com políticas ambientais e sociais. A materialização do saneamento básico se dá por meio de quatro serviços, o tratamento e distribuição de água; a coleta e tratamento do esgoto; a coleta e disposição de resíduos; e a drenagem de águas pluviais, com objetivo de propiciar o acesso a condições de vida que favorecem a saúde, além do cuidado com o equilíbrio ambiental.

I-A - saneamento básico - conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável, constituído pelas atividades, pela disponibilização, pela manutenção, pela infraestrutura e pelas instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e os seus instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, pela disponibilização e pela manutenção de infraestrutura e das instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até a sua destinação final para a produção de água de reuso ou o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbanas; e

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes; (BRASIL, 2007, on-line)

O saneamento básico precisa ser entendido de forma ampla, complexa e essencial, visto sua importância para a garantia universal de recursos distribuídos de forma igualitária.

Neste sentido, a preocupação com a política de saneamento básico precisa estar em pauta nas diversas áreas do conhecimento, o que inclui ações do serviço social, que pode contribuir para a luta pela efetivação e implantação do saneamento básico para todos os cidadãos.

O serviço social é uma das profissões que possui uma leitura crítica acerca da desigualdade e injustiça social estabelecida pelo modo de produção capitalista, inclusive com o compromisso ético de lutar contra suas imposições. “Os assistentes sociais brasileiros vêm contradizendo a naturalização da ordem do capital nesses tempos de aridez de projetos de futuro, afirmando a radicalidade da aposta humana na construção da história.” (IAMAMOTO, 2014, p. 610). Além de trabalharem com demandas que podem estar vinculadas aos problemas na política de saneamento básico, estão presentes em outros campos de atuação, principalmente na saúde e assistência social.

Foi com base nestes aspectos que se delimitou como objetivo geral da pesquisa compreender a interface entre saneamento básico e o serviço social, a partir dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) do município de Uberaba/MG. E para esta finalidade, foram estabelecidos 3 objetivos específicos, refletir sobre os elementos e os conceitos que embasem a interface entre o saneamento básico e o serviço social; historicizar a gestão do saneamento básico em Uberaba/MG e identificar as ações de assistentes sociais nos Centros de Referência em Assistência Social em Uberaba/MG, que tenham foco no saneamento básico.

Para chegar às finalidades expostas nestes objetivos, a pesquisa teve como base o referencial da teoria crítica, utilizando o método dialético para análise, que “[...] consiste, antes de tudo, em ver a vida como movimento permanente, como processo e provisoriedade, o que precisa ser contemplado na análise das formas e fenômenos sociais [...]” (PRATES, 2012, p. 118). Com o método dialético é possível compreender o movimento, a totalidade, e dinamicidade do objeto, elementos essenciais para pesquisa.

[...] abordagem que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais é uma outra teoria sociológica importante. Enquanto método, propõe a abordagem dialética que teoricamente faria um desempate entre positivismo e o compreensivíssimo, pois junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais.[...] (MINAYO, 2009, p. 24)

Os objetivos propostos demandaram a utilização das categorias de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa bibliográfica foi realizada a busca de conceitos tanto de autores que estudam especificamente o saneamento básico, quanto àqueles que discutem, por exemplo, a problemática ambiental. Buscou-se articular as discussões com referenciais do serviço social, o que envolveu a questão social, o Estado, as políticas públicas, e principalmente a dinâmica da organização social. Não menos importante para a obtenção do universo pesquisado deu-se ênfase a pesquisa bibliográfica apoiando-se em Lima e Mioto (2007, p. 44)

[...] é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente.

E como seguimento articulado à pesquisa bibliográfica, foi utilizada a pesquisa documental, com o levantamento de legislações, planos, resoluções, documentos que instituem, estabelecem diretrizes e planejam as ações direcionadas ao saneamento básico, bem como as legislações específicas do Serviço Social, que regulamentam a profissão e trazem instruções para a conduta dos e das assistentes sociais. Destacando que também foram utilizadas e seguidas as legislações referentes ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), quando o alvo se direcionava em pesquisas com seres humanos.

E no intuito de identificar as ações de assistentes sociais nos CRAS do município de Uberaba/MG, foi necessária a realização da pesquisa de campo.

[...] que permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. (MINAYO, 2009, p. 61)

O contato com os (as) profissionais foi imprescindível na busca do objetivo, e para isto foi elaborado um questionário/formulário, em que a prioridade era a realização de entrevista, porém em contato prévio com os sujeitos, foi verificado que alguns não tinham disponibilidade de tempo para a realização da entrevista, e indicaram a possibilidade de responder e enviar para a pesquisadora por e-mail. E neste sentido, foram elaboradas questões que pudessem ser utilizadas das duas formas, para que o maior número de sujeitos participasse, principalmente por suas demonstrações de interesse com a pesquisa.

O município de Uberaba/MG conta com 8 unidades de CRAS, organizados por regiões, dispondo de 2 assistentes sociais por região. Para que fossem alcançadas todas as regiões da cidade, delimitamos que 1 assistente social de cada CRAS participaria da pesquisa. Tendo assim uma visão ampla da cidade, além disto, a pesquisa possibilitaria uma comparação entre as

regiões, contudo seria necessário identificar os bairros, o que acarretaria no reconhecimento dos sujeitos, e iria contra ao que foi acordado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aos princípios éticos da pesquisa. Diante disto, a seleção dos sujeitos partiu de critério de busca em cada CRAS, com preferência para o profissional que demonstrasse interesse em participar do estudo.

Para a compreensão e sistematização dos dados obtidos a partir das pesquisas bibliográfica, documental e de campo, utilizou-se a abordagem qualitativa, visto que “[a] pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. [...]” (MINAYO, 2009, p. 21) Neste sentido, a abordagem qualitativa contribuiu inclusive para a leitura de dados quantitativos, que são muito importantes, e que também foram utilizados.

Desta forma, a apresentação da pesquisa foi organizada em três capítulos. No primeiro, intitulado A Política Pública de Saneamento Básico e sua interrelação com o Serviço Social, será abordado o saneamento básico como uma questão socioambiental, a evolução da implementação do saneamento básico no Brasil, trazendo as implicações no contexto social, além de elementos que caracterizam o saneamento básico e o serviço social como uma realidade transdisciplinar. O segundo capítulo é formado pelo percurso do saneamento básico no município de Uberaba, trazendo elementos históricos e questões atuais. O terceiro e último capítulo, traz a relação do saneamento básico e o serviço social a partir das contribuições dos sujeitos da pesquisa, demonstrando como esta interface é emergente. E para finalizar o trabalho, as considerações finais apontam como a pesquisa possibilita inúmeras ações com vistas a novas pesquisas e estudos, e principalmente como o saneamento básico e o serviço social estão intrinsecamente ligados.

## **1 A POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO BÁSICO E SUA INTERRALAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL**

Como ponto de partida para compreender a interface entre o saneamento básico e o serviço social, faz-se necessária uma reflexão acerca de elementos e conceitos que embasem esta relação, e neste sentido é importante destacar algumas questões que fazem parte desta dimensão. Dentre elas, enfatizar o saneamento básico e sua conceituação frente à dimensão socioambiental, o que explicará seu entendimento e sua relação com o serviço social.

Além disto, conhecer como os serviços de saneamento foram estabelecidos no território brasileiro, possibilita o entendimento das atuais dinâmicas que envolvem este tema, e como esta configuração dos serviços impacta na vida da população. E a partir desses pontos, encontrar aspectos que liguem o cenário do saneamento básico, como uma questão socioambiental, e suas conexões com à realidade do serviço social.

### **1.1 Saneamento Básico: uma questão socioambiental**

O saneamento básico está entre os direitos fundamentais indispensáveis de qualquer cidadão, assim como o direito a habitação, educação, saúde, e o meio ambiente equilibrado. Porém, a efetivação de qualquer uma das políticas citadas, o que inclui o saneamento básico, apresenta problemas historicamente inerentes à evolução da condição humana.

As condições atuais deste serviço refletem processos que foram construídos no decorrer do desenvolvimento humano, e estão intrinsecamente ligados a ocupação do espaço, a organização social e a valorização ou desvalorização dos recursos naturais.

E para entender esta dinâmica e suas relações é preciso ressaltar o que é saneamento básico, que pode ser compreendido através de diversos significados, o que demanda muitas vezes em conceituações que podem ter sentidos diferentes, principalmente por suas múltiplas formas de concepção em seu processo histórico.

Fato é que as ações de saneamento básico acompanham o homem em seu desenvolvimento civilizatório e evolução no aparato da construção urbana, principalmente quando este começa a se organizar em comunidades, estando presente em sua relação com a água. “[...] o saneamento é fortemente influenciado pelas variáveis ambientais, relacionadas à oferta dos recursos hídricos para o abastecimento de água[...]” (REZENDE; HELLER, 2008, p.52) A relação com a água para os seres humanos é inerente a sua necessidade de se alimentar ou de ter um local seguro para se abrigar.

A forma como a água é utilizada sofre diferentes etapas em suas abordagens de uso que correspondem as mudanças desencadeadas tendo como suporte de transformação o desenvolvimento e os interesses do homem. Não à toa que podemos observar até nos dias atuais, a construção de cidades em torno de rios, característica comum desde que os seres humanos começaram a se fixar em territórios, e as escolhas destes espaços são vinculadas a disposição de água. (REZENDE; HELLER, 2008)

O processo evolutivo das atividades humanas, e do próprio homem se estabelece por meio do trabalho, que instiga o desenvolvimento de atividades que se materializam em objetos e em sua organização, causando transformações em seu meio, em suas relações e em si. “[...] o trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação dos seus sujeitos [...] o trabalho implica mais que uma relação sociedade/natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização[...].” (NETTO; BRAZ, 2009, p.44).

O desenvolvimento a partir do trabalho interfere também na visão e concepção do conhecimento do mundo, o que influencia o processo de criação e transforma a relação do homem com a natureza. Fazendo com que a espécie humana deixe de ser parte do que Mota (2001, p. 39) chama de movimento simbiótico dos seres.

[...]as plantas captam energia do sol para produzir alimentos. Por seu turno, servem de alimento para os animais herbívoros e estes servem de alimento para os animais carnívoros. Com a morte dos animais, os seus corpos são decompostos pelas bactérias que retornam suas substâncias ao solo, a fim de que possam ser reaproveitadas pelas plantas.

Então é com o trabalho que o homem expande seu conhecimento e passa a “controlar” as forças da natureza. Utilizando os recursos naturais em favor de seu desenvolvimento. E o uso da água segue este processo desde seus primórdios, pois é nesta lógica que a água deixa de ser fonte de dessedentação, e passa a ser também recurso e meio de trabalho.

Canalizações, represamento, transporte, recurso para a produção, dentre tantas formas de utilização, a água passa ter variadas funções, e é também a partir desse uso e controle que ocorre a manipulação do que antes era um ciclo.

A disposição de água, alimento, e moradia vão se configurando de forma a atender o desenvolvimento da organização humana, e as ações de salubridade acompanham as necessidades desses novos modos de vida, sobretudo pelo fato de estar cada vez mais em concentração de pessoas e modificação do ambiente, o que causa uma facilidade de contaminação e disseminação de doenças.

É importante entender as mudanças que ocorrem no decorrer da história, pois é na dinâmica de transformações de vida, organização e percepção de lugar no mundo, que

chegamos às atuais relações e condições. E a compreensão destas modificações, contribui para uma concepção ou forma de entendimento do saneamento básico, que pode ser apresentado como uma ação própria e essencial para a vida humana. Além de estar vinculado às necessidades de subsistência, assim como se alimentar, se reproduzir, se abrigar, dentre outras.

Para se entender as ações de saneamento é preciso retroceder no tempo e buscar a compreensão dos elementos que desempenham papéis de destaque no processo de coletivização destes serviços. E perceber o saneamento nas suas diferentes formas, sejam elas individuais ou coletivas, e também o modo como coexistem, nas sociedades distintas, em um dado período de tempo. (REZENDE; HELLER, 2008, p. 49)

Sonaly Rezende e Léo Heller (2008) traçam uma cronologia do desenvolvimento do saneamento básico, em períodos históricos. Os autores trazem em seu trabalho características de períodos como a Antiguidade<sup>1</sup> até o fim da Idade Média, destacando avanços e retrocessos da visão sanitária; a formação dos Estados Nacionais e a expansão marítima com ações sanitárias desordenadas, por parte dos colonizadores, porém é deste período que datam o início da distribuição de água nas residências, ação que antes era realizada por meio de poços e fontes; e a Revolução Industrial, que somadas à nova relação de trabalho e as demandas que esta causa com o desenvolvimento tecnológico, deu impulso para a construção de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Este movimento da humanidade, destacando as ações de saneamento, está articulado à contribuição de Lefebvre (2008) acerca da formação das cidades e suas transformações. Pois é no contexto das cidades que ações, principalmente de infraestrutura são desenvolvidas, e são nas cidades que ocorrem à grande concentração de pessoas que demandam por estes serviços. O autor traça um eixo temporal que

[...] vai da ausência de urbanização (a “pura natureza”, a terra entregue aos elementos) à culminação do processo [...]. Denominando como “fenômeno urbano” ou “urbano” tendo seu início, no zero do eixo, [...] os primeiros grupos humanos (coletores, pescadores, caçadores, talvez pastores) marcaram e nomearam o espaço; eles o exploraram balizando-o [...]. A partir do momento que se tornam sedentários, deixam de ser nômades, configuram a “cidade política”, “[...] que acompanha, ou segue de perto, o estabelecimento de uma vida social organizada, da agricultura e da aldeia. [...] (LEFEBVRE, 2008, p. 18)

Lefebvre (2008) além da configuração da cidade política, ainda vem identificando as especificidades da cidade mercantil e da cidade industrial, trazendo elementos que colaboram para o entendimento dos níveis de intervenções sanitárias. Que no caso da cidade política, tem ênfase na relação de propriedade, controle da agricultura, e a obtenção e concentração de poder,

<sup>1</sup>Os sumérios (5000-4000 a. C.) relacionavam a água às mais importantes divindades, tendo construído, neste período, canais de irrigação, galerias, recalques, cisternas, reservatórios, poços, túneis e aquedutos. Em 2000 a. C., a poluição dos recursos hídricos era punida entre os persas e, no livro sagrado Zenda Vesta, Zoroastro fala sobre cuidados com a higiene e a saúde. (REZENDE; HELLER, 2008, p.53)

com destaque para o desenvolvimento de técnicas como “[...]drenagem, irrigação, construção de diques, arroteamentos etc. (p. 19) Na cidade mercantil<sup>2</sup> onde predomina os mercados, ao contrário da cidade política que compreendia ainda a pulverização da população, tem-se início a concentração da população nos centros mercantis, que com grande fluxo de comércio se tornam os centros das cidades. “[...] O espaço urbano torne-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca. (p.20)

O processo de “encontro”, como define o autor vai criando necessidades crescentes por novas coisas, e estabelecendo um meio de troca e de trabalho diferentes. Culminando na cidade industrial, que com a força de produção demonstra dois interesses principais:

Sabe-se inicialmente que a indústria se implanta – como se diz - próxima às fontes energéticas (carvão, água), das matérias-primas (metais, têxteis), das reservas de mão-de-obra. Se ela se aproxima das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão-de-obra, mantida a baixo preço.(LEFEBVRE, 2008, p.24)

A modificação radical da configuração da cidade acontece neste processo de industrialização, reorganizando as relações de produção, mercantilização e poder. E é nesta reorganização que se alicerça o direcionamento das atividades humanas, e as funcionalidades dos serviços que serão desenvolvidos.

O crescimento da produção industrial superpõe-se ao crescimento das trocas comerciais e as multiplica. Esse crescimento vai do escambo ao mercado mundial, da troca simples entre dois indivíduos até a troca dos produtos, das obras, dos pensamentos, dos seres humanos. A compra e a venda, a mercadoria e o mercado, o dinheiro e o capital parecem varrer os obstáculos. No curso dessa generalização, por sua vez, a consequência desse processo – a saber: a realidade urbana – torna-se causa e razão.(LEFEBVRE, 2008, p.24)

A partir desta nova lógica, trazida pela expansão da indústria, os aspectos sociais e ambientais demonstram em qual direcionamento essa nova racionalidade se alicerça.

Com o aumento da demanda de mão-de-obra industrial, a população urbana multiplicou-se rapidamente, aumentando os problemas relacionados à ausência do saneamento, que ainda não lograva atender universal e eficazmente a população. Na maior parte das cidades, os trabalhadores, com o intuito de proteger seus empregos, eram obrigados a se amontoar em distritos urbanos superpovoados. (REZENDE; HELLER, 2008, p. 64)

É com o desenvolvimento desse modelo de cidade, que se enfatizam e expõe de onde vem o reflexo da atualidade, visto que as ações para a coletividade só acontecem a partir do momento que os problemas relacionados à sociedade começam a afetar o ganho econômico, ou

---

<sup>2</sup>Desde então, a cidade não aparece mais, nem mesmo para si mesma, como uma ilha urbana num oceano camponês; ela não aparece mais para si mesma como paradoxo, monstro, inferno ou paraíso oposto à na tureza aldeã ou camponesa. Ela entra na consciência e no conhecimento como um dos termos, igual ao outro, da oposição “cidade-campo”. O campo? Não é mais – não é nada mais - que a “circunvizinhança” da cidade, seu horizonte, seu limite. As pessoas da aldeia? Segundo sua própria maneira de ver, deixam de trabalhar para os senhores territoriais. Produzem para a cidade, para o mercado urbano.(LEFEBVRE, 2008, p.21)

no sentido de aumentar esse ganho, caso contrário, o homem e a natureza continuam sendo ferramentas apenas para a geração de riquezas, sendo vistos como objetos. “Quanto mais rápido se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido é o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis as habitações improvisadas dos trabalhadores.” (MARX, 2011, p.767)

Marx (2011, p.763) em sua obra *O Capital*, livro 1, volume 2, aponta como são as condições habitacionais e sanitárias, a partir desta perspectiva.

[...]Com o desenvolvimento da indústria, da acumulação do capital, com o crescimento e o “embelezamento” das cidades, os males cresceram de tal modo que o simples medo das doenças contagiosas, que não poupam nem a respeitabilidade burguesa, motivou a promulgação pelo Parlamento de nada menos que 10 leis relativas à fiscalização sanitária[...]

Esta relação entre atendimento de distintas necessidades aponta um ponto fundamental da dinâmica do saneamento básico, e como este chegou aos atuais moldes. Pois destaca uma relação desigual marcada pela exploração e destituição de condições de vida, que se complexifica com o passar do tempo, e interfere diretamente no desenvolvimento do saneamento básico, uma vez que antes de ser considerado um direito e ser estabelecido como uma política pública, o saneamento básico compõe um conjunto de ações que são inerentes a possibilidade de vida humana.

Neste sentido, antes de classificar o saneamento básico em seus serviços é importante o entendimento que suas funcionalidades são orgânicas a vida. Antes ao suprimento do homem, e com o decorrer do tempo e principalmente na atualidade o saneamento básico se torna também orgânico as atividades humanas e a proteção da natureza, se configurando então em uma dimensão socioambiental.

## **1.2 A evolução da implementação do saneamento básico no território brasileiro e suas implicações no tecido social**

Sendo essencial e se modificando com o decorrer do desenvolvimento humano, o saneamento básico poderia ser estruturado entre os serviços primordiais, significando a base para garantir a sustentação da vida em todo o mundo. E apesar de sua importância e essencialidade, o que caracteriza o saneamento básico atualmente são a desigualdade e insuficiência de seus serviços. Configuração adotada pelo modelo de gestão estabelecido, direcionando as ações para pontos estratégicos, que não levam em conta o atendimento da população como um todo.

O saneamento básico só passa a se configurar como um conjunto de serviços com a

formação das cidades. Esta origem expressa e caracteriza sua utilidade e funcionalidade no decorrer do desenvolvimento social, estrutural e cultural do saneamento básico.

[...] o desenvolvimento dos primeiros sistemas urbanos de água nos países capitalistas centrais, principalmente na Inglaterra e na França, teve como princípio fundante a noção de que o serviço de água corrente nas habitações era uma mercadoria que deveria estar disponível a quem pudesse pagar por ela. Ou seja, o ponto de partida do desenvolvimento do que hoje consideramos um serviço essencial para a vida não foi o de satisfazer uma necessidade comum a todos os habitantes, mas o de produzir uma mercadoria, quer dizer, um objeto de apropriação privada, orientado a produzir um lucro e dirigida só a quem tinha a capacidade econômica de comprar essa mercadoria, o cliente privado adimplente ou consumidor. Necessariamente, nesta etapa inicial da história do saneamento, essa categoria social emergente, o cliente privado da água-mercadoria, correspondia a um setor muito reduzido da população, o mesmo que também constituía a cidadania propriamente dita, ou seja, aquela parte da população que tinha acesso ao exercício pleno dos direitos do cidadão. (CASTRO, 2014, p. 445)

Nesta perspectiva, os primeiros serviços oferecidos, como a captação e distribuição domiciliar de água, inauguram uma concepção que primeiramente estabelece uma relação de valor lucrativo, sendo sua importância estabelecida a partir de como tal mercadoria seria vendida. Além disso, tendo como característica basilar a execução de serviços a partir do interesse econômico, indicando que o planejamento dos serviços, não só os de saneamento, não tiveram como prioridade o atendimento de toda a população, e menos ainda levaram em conta as questões relacionadas ao ambiente.

Como já apontado no item anterior, o saneamento básico está ligado diretamente ao estabelecimento das cidades, justamente por nestas exigirem uma estruturação para atender a concentração das pessoas, e principalmente para garantir o funcionamento da produção e comércio. Com a construção de ruas, casas, comércios, indústrias, dentre outros, a cidade exige uma nova forma de fornecimento de água, afastamento dos detritos, disposição do que não tem mais utilidade, e escoamento da água da chuva. E a grande questão que envolve a construção e funcionamento da cidade, é como esta estruturação será implementada, e dentre as escolhas possíveis, como o saneamento básico será entendido e operacionalizado.

Temos à nossa frente um duplo processo ou, preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois “aspectos” deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e, no entanto o processo é conflitante. (LEFEVBRE, 2001, p.16)

Lefebvre (2001) destaca que a urbanização tem como característica fundamental o processo de industrialização, considerando que o surgimento da cidade data de períodos anteriores, porém a modernização e o desenvolvimento industrial é o “motor das transformações da sociedade”. Este impulso promove modificações não só estruturais, gera novas relações sociais, com destaque para as relações entre os homens, o processo de desenvolvimento de suas atividades, sua ocupação e divisão em territórios, e seu contato e entendimento do ambiente.

Uma das principais modificações é a concentração de pessoas no espaço urbano, influenciada pela movimentação industrial. Esta característica está no centro das transformações no modo de vida e nas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. É um aspecto importante para o entendimento do impacto destas modificações, é que não houve um planejamento para que o espaço fosse ocupado, ou seja, este novo modo de vida, que levou grande quantidade de pessoas a se concentrarem no meio urbano, não estabeleceu uma conexão entre a ocupação do espaço, as necessidades de produção e da população, os serviços e recursos que seriam necessários, e como essa forma de organização impactaria na dinâmica ambiental.

Assim, o ponto crucial para a organização social, econômica, cultural, política e ambiental, foi praticamente ignorado, o planejamento para o equilíbrio entre esses elementos foi substituído pela concentração de esforços com vistas ao aumento, melhoramento e desenvolvimento da industrialização e conseqüentemente para a expansão do lucro. O que caracteriza um desenvolvimento do espaço urbano voltado para a mercantilização.

[...]a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.) (LEFEBVRE, 2008, p.24)

A propulsão dessa concepção de cidade é o modo de produção capitalista, promovendo uma lógica que transforma tudo em possíveis objetos mercantilizáveis, e com o decorrer do tempo moderniza e intensifica seu poder de apropriação. Harvey (2005, p. 47-48), utilizando a análise de Marx sobre o capitalismo, aponta quatro elementos utilizados pelo capitalismo na criação de oportunidades de expansão:

1 “A penetração do capital em novas esferas de atividade mediante a organização de formas preexistentes de atividades ao longo de linhas capitalistas (por exemplo, a transformação da agricultura de subsistência do camponês em agricultura empresarial)”;<sup>2</sup> “A criação de novos desejos e novas necessidades, desenvolvendo novas linhas de produtos (os automóveis e os bens eletrônicos são excelentes exemplos do século XX)”;<sup>3</sup> “o estímulo para o crescimento populacional num índice compatível com a acumulação a longo prazo”;<sup>4</sup> “A expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou “o mercado mundial”.

Estes quatro elementos têm como epicentro as cidades, com inovações nas mais diversas atividades, com o incremento de novas necessidades, que aumentam o consumo e conseqüentemente a produção e o lucro, além do grande contingente de mão de obra, que contribui para diminuir o valor do trabalho, e a disseminação desta lógica globalmente. Esses fatores influenciam dinamicamente saneamento básico, e assim como em outros serviços são mercantilizados, denotando soluções individuais para problemas coletivos, no sentido de “tem

acesso quem pode pagar por eles”. “O mundo está se urbanizando crescentemente e, nas cidades, a moradia, a energia, a água, o transporte, o abastecimento, a educação, a saúde, o lazer não têm solução individual.” (MARICATO, 2015, p.22)

Este processo de mercantilização, inclusive de serviços coletivos, evidencia o quanto as questões relacionadas ao aspecto social são colocadas em um plano apenas de interesse econômico. Principalmente pelas consequências que esta lógica estabelece, determinando que “A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. (SANTOS, 1993, p. 11)

A discussão acerca do direito à cidade é fundamental para o entendimento da dinâmica do saneamento básico no decorrer de seu processo histórico, pois é com base no processo de desenvolvimento da cidade que estes serviços são destacados, principalmente sob dois aspectos: primeiramente, como ações humanas essenciais para garantir meios qualitativos e igualitários de vida, por exemplo, distribuição de água, ambiente equilibrado, levando em conta uma produção para atender as necessidades humanas. E neste sentido, o saneamento básico é considerado como instrumento de medida e ação, ou seja, medida no sentido de indicador de equilíbrio, e ação como forma de agir para garantir esse equilíbrio. Visto que o saneamento básico é um instrumento metabólico entre as ações humanas e os recursos naturais.

No segundo aspecto, o saneamento básico é incluído à dinâmica desigual, cuja produção extrapola as necessidades humanas, não levando em conta a coletividade, e sim uma produção com finalidade de riqueza concentrada, sem a preocupação com os recursos naturais, a geração de resíduos, e menos ainda com pessoas sem acesso a água.

Sob o signo do capital, a humanidade vem aprofundando sua trajetória de destruição da natureza, em níveis cada vez mais inquietantes. As evidências deste processo encontram-se na escassez dos recursos não renováveis, nos níveis de aquecimento planetário, na produção incessante de mercadorias descartáveis, numa demonstração incontestada de que o modo de produção capitalista não exerce um domínio adequado e planejado da natureza revelando uma contradição crescente entre as necessidades de expansão da produção e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento. (SILVA, 2010, p. 45)

E assim como a habitação, a saúde, a educação, a mobilidade, a energia, a alimentação, dentre outros serviços, o saneamento básico entra para os índices que caracterizam a desigualdade, e todas as suas consequências, que são escancaradas nos espaços urbanos. O olhar para estas desigualdades, intensificadas com o desenvolvimento das cidades “capitalistas”, e para além de indicadores, precisa considerar o grande impacto que resulta na pobreza, “Ser pobre não é apenas não ter, mas sobretudo ser impedido de ter, o que aponta muito mais para uma questão de ser do que de ter” (DEMO, 2001, p. 2)

No caso brasileiro historicamente prevalece uma dinâmica desigual, seguindo a lógica de realização de serviços e ações de cunho coletivo na medida que fossem de interesse econômico. O que marca e caracteriza a falta de planejamento, e também um total desinteresse com as questões ligadas ao bem coletivo. “[...] o saneamento, enquanto política pública, reproduz o modelo econômico dominante [...]” (REZENDE; HELLER, 2008, p. 42)

E para entender esta dinâmica, que se estabelece por meio da gestão, que consequentemente vai direcionar as ações para a finalidade pretendida, Castro (2014) analisa o processo histórico do saneamento básico a partir de três etapas, como forma de sintetizar de modo geral as principais influências para as condições dos serviços. Partindo das tendências capitalistas no desenvolvimento do saneamento básico, com destaque para sua base no decorrer deste processo,

[...] gestão dos serviços de saneamento, um setor de atividade que tradicionalmente se restringe à dimensão técnico-administrativa, artificialmente isolando-se dos processos sócio-econômicos e políticos que, no entanto, estruturam, dão contexto e até mesmo determinam a forma em que estes serviços são organizados e geridos. (CASTRO, 2014, p. 442)

As três etapas delineadas pelo autor são sequenciadas por períodos, porém é preciso lembrar que podem ser estabelecidas “mutuamente”, e que são tendências analisadas globalmente, partindo de países desenvolvidos, contudo aplicadas nos países em desenvolvimento, em períodos distintos, reforçando a concepção de gestão trazida na última citação. Segundo Castro (2014, p. 446) as três etapas que compõe este processo histórico são: “1) o privatismo, que engloba desde fins do séc. XVIII até a segunda metade do séc. XIX; 2) o racionalismo administrativo, que se estabelece desde finais do séc. XIX; e 3) o neo-privatismo, que tenta se reinstalar a partir da década de 1980.”

E trazendo estas etapas para a realidade brasileira, é possível identificar como a influência destas tendências internacionais restringiu a efetivação do saneamento básico, e ainda promovem uma manipulação na gestão destes serviços. À vista disto,

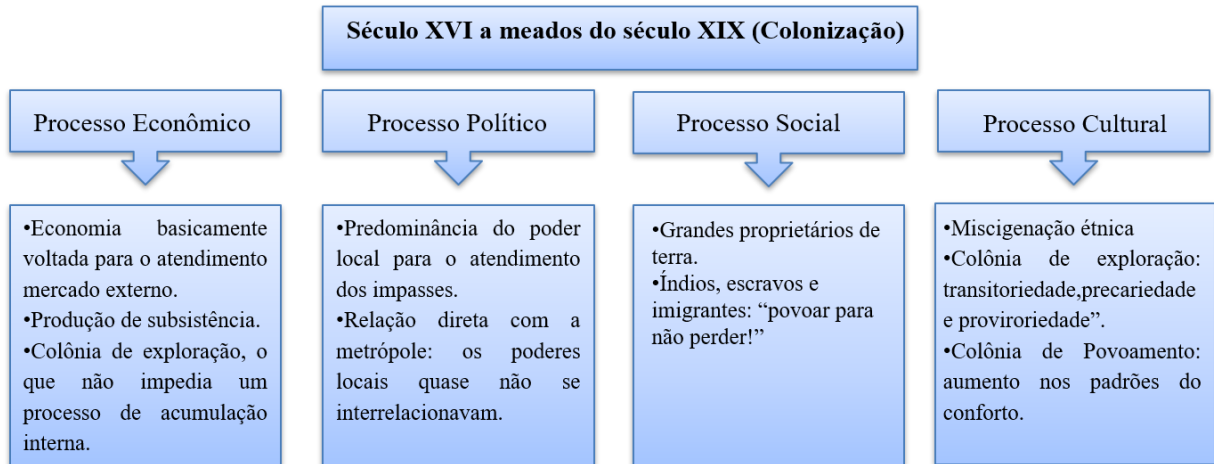
O saneamento básico consiste, portanto, desde o início do adensamento das cidades e da formação do urbano-industrial na Europa, em iniciativas de forte caráter sanitário e higienista de ocupação do território, voltadas à constituição da noção de ordem sob justificativa de produzir condições mínimas de salubridades nas cidades industriais. (PEREIRA, 2013, p. 269)

E para localizar estas etapas no cenário do Brasil, Rezende e Heller (2008) contribuem com a delimitação da evolução do saneamento, a partir dos aspectos econômico, político, social e cultural, traçando um eixo transitório, organizados em 5 períodos. Esta organização colabora para a visualização e comparação entre os períodos, além de associar os aspectos que compõe a organização social como um todo, com a evolução do saneamento no decorrer da história.

E como tentativa de elucidar esta visualização e análise, foram elaboradas figuras a

partir de um quadro montado pelos autores. Estabelecendo assim uma conexão com as características da organização social e as etapas trazidas por Castro (2014).

**Figura 1: Características do período entre o século XVI a meados do século XIX.**

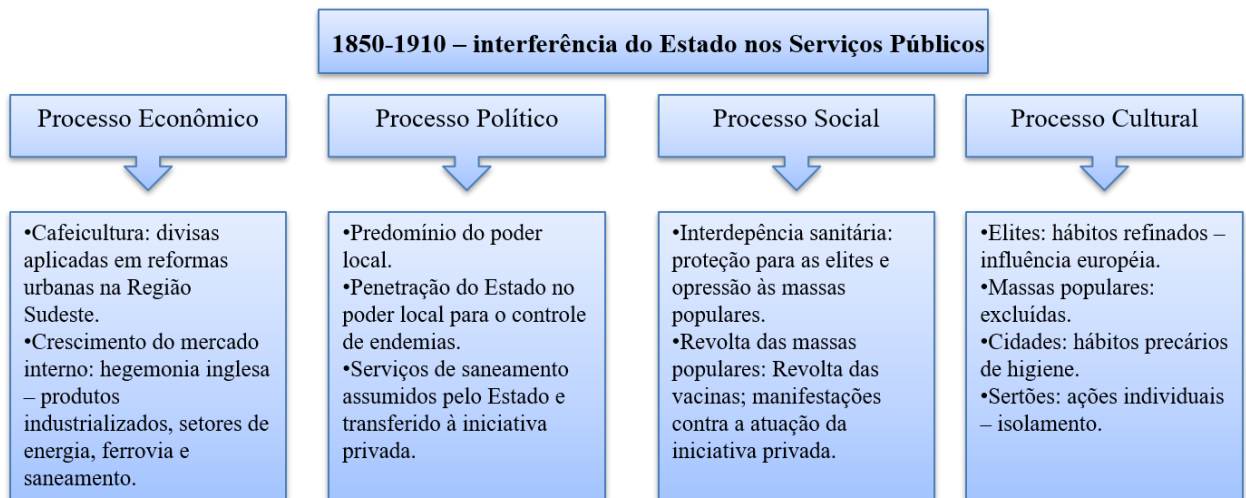


Fonte: (REZENDE; HELLER, 2008, p. 354-355). Org. por MENEZES, 2020

Neste período, a característica principal é a colonização do país, estabelecendo uma nova configuração social, que a princípio se dá por meio de violência e exploração dos povos nativos e dos recursos naturais, e posteriormente se incrementa a escravização do povo africano. Esta característica é alicerçada pelo poder econômico e político, que molda e extrai tudo o que for de interesse da colônia. “[...] os característicos fundamentais da economia colonial brasileira: de um lado, esta organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; do outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional.” (PRADO JUNIOR, 1961, p. 119)

A fase da colonização pode então ser definida como exploratória, tanto pelo os aspectos citados (exploração de recursos e de pessoas), quanto da ocupação do território, e o estabelecimento das cidades. Este período sofre influência da primeira fase descrita por Castro (2014) como a fase privatista, que tem como princípios o fornecimento de água por empresas privadas, em que a escolha do acesso ao serviço era individual, com a concepção de “atores privados”, ou “clientes privados”, concentrando os serviços em pontos determinados, principalmente em bairros das cidades portuárias.

**Figura 2: Características do período entre 1850-1910 (interferência do Estado nos serviços públicos)**



Fonte: (REZENDE; HELLER, 2008, p. 354-355). Org. por MENEZES, 2020

O período que compreende os anos entre 1850 a 1910 é caracterizado pela interferência do Estado nos serviços públicos. Interferência justificada pelo aumento da produção das monoculturas e o crescimento do mercado, demandando uma estruturação que propiciasse o melhoramento e aumento da produção. Dando início à concentração de pessoas nas cidades, o que também demanda ações estatais.

Cabe ressaltar, com a contribuição de Mészáros (2015, p. 57), a relação que o Estado estabelece com o processo econômico e político dicotomizada de sua relação no âmbito social e cultural, e inclusive no âmbito ambiental.

As formações estatais historicamente dadas do sistema do capital devem se afirmar como executoras eficazes das regras necessárias para a manutenção da ordem socio-reprodutiva estabelecida. Naturalmente, a “Lei” deve ser definida e alterada em conformidade, a fim de atender às mudanças nas relações de poder e às alterações correspondentes dos antagonismos fundamentais inseparáveis do metabolismo de reprodução social do capital.

Esta dicotomia se determina, como afirma o autor, na formulação das legislações e no direcionamento da gestão, decorrentes do que foi estabelecido em lei. Que com efeito privilegia iniciativas que contribuem para o aumento e estruturação da produção e do comércio, concentradas nas “mãos” de proprietários, e que no geral não favorecem as relações de trabalho e de serviços públicos. Tanto que a caracterização desse período, enfatiza ações em benefício das elites, deixando o restante da população a depender da iniciativa privada.

Diante deste cenário, há uma identificação de duas etapas simultaneamente: a privatista e o racionalismo administrativo. A segunda etapa (racionalismo administrativo) é conceituada

por Castro (2014, p. 459) “[...]a partir da articulação da crescente aplicação do conhecimento científico e da organização burocrática governamental no âmbito da gestão de recursos, bens e serviços.” Que em um primeiro momento pode ser entendida como a maior participação do Estado nas decisões relacionadas a organização social, e que de alguma forma esta participação pudesse implementar benefícios de cunho social. Contudo Souza Filho e Gurgel (2016, p. 54), ressaltam que este formato de administração possui uma intencionalidade, pois “[...]na medida em que a especialização, calculabilidade, impessoalidade e precisão concretizadas em parâmetros formais, legais e normativos possibilitam ocultar e /ou naturalizar a dinâmica de produção e reprodução das relações sociais capitalistas [...]” Prova disto são as “Revoltas das massas”<sup>3</sup>, que são alvo de ações autoritárias, e que não tinham a possibilidade de participação nas decisões políticas, ilustrando a diferença nas ações voltadas as elites e nas voltadas a população em geral.

**Figura 3: Características entre os períodos 1910-1950 (Centralização do poder público, influência norte-americana).**



Fonte: (REZENDE; HELLER, 2008, p. 354-355). Org. por MENEZES, 2020

Ainda sobre forte influência da etapa do racionalismo administrativo, este período   marcado pela expansão industrial e conseqüentemente urbana, com a centraliza o das a es do Estado, que passa a receber interven es internacionais, principalmente dos Estados Unidos,

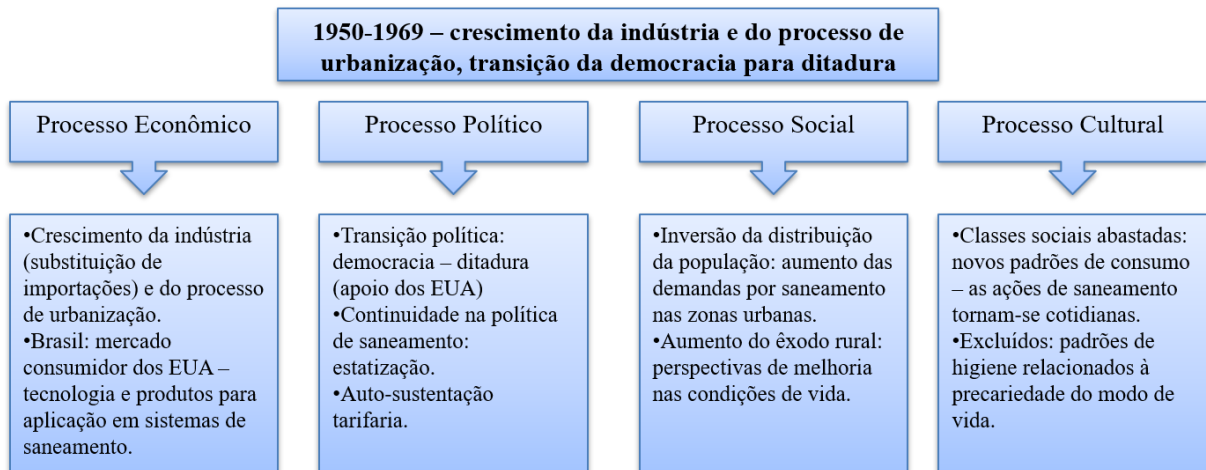
<sup>3</sup>[...] a Revolta da Vacina (1904), uma das mais importantes manifesta es populares ocorridas no País contra o autoritarismo e a sujei o a os quais estavam submetidas as classes sociais mais baixas na cidade do Rio de Janeiro; as manifesta es contrárias às companhias privadas de abastecimento de água, nas cidades onde este serviço havia sido instalado, em fun o da limita o dos sistemas implantados. Essas manifesta es mostraram claramente às autoridades a necessidade de se estabelecerem novas formas de tratar as questões públicas, pois o povo, que até então apenas assistia ao desenrolar dos acontecimentos, também era capaz de lutar pelos seus direitos. (REZENDE; HELLER, 2008, p. 122)

em áreas de interesse e retorno econômico. Dando início a era dos financiamentos públicos em áreas que pudessem gerar retorno financeiro. Sendo “[...] o Estado visto como meio de internalizar os centros de decisão política e de institucionalizar o predomínio das elites nativas dominantes.” (BEHRING, 2003, p. 92)

A inserção da economia brasileira no contexto do capitalismo mundial determinou o plano de ações, com a perspectiva de se criarem condições básicas para o desenvolvimento das atividades econômicas. Desta forma, as companhias privadas de saneamento atuavam, prioritariamente, nos locais onde residiam as elites sociais, cumprindo o objetivo de seus proprietários: a obtenção de lucro. Daí interviam, preferencialmente, nas regiões centrais das cidades, cujos habitantes eram capazes de lhes restituir os investimentos. (REZENDE; HELLER, 2008, p. 121).

O saneamento básico neste período, e apesar da maior intervenção do Estado, e até em consequência dela, tem como base obras estruturais para atender as demandas de produtividade. E a partir desta lógica não se estabeleceu enquanto ação coletiva, e política pública. Enfatizando o aspecto técnico do saneamento, predominando como área da engenharia. Contudo, e apesar desta “limitação”, nesta fase houve um progresso da associação do saneamento aos problemas relacionados à saúde, promovido principalmente pelo avanço na ciência, que a partir de pesquisas sobre os surtos de doenças que se espalhavam pelo país, descobriram o quanto essas endemias estavam conectadas às condições de vida das pessoas. (REZENDE; HELLER, 2008)

**Figura 4: Características entre os períodos de 1950-1969 (crescimento da indústria e do processo de urbanização, transição da democracia para ditadura)**



Fonte: (REZENDE; HELLER, 2008, p. 354-355). Org. por MENEZES, 2020

A dinâmica da análise histórica do saneamento, por vezes, parece se repetir nos diferentes contextos expostos até aqui, e ainda traz uma percepção de que esses aspectos – principalmente o desenvolvimento de ações de saneamento, a partir das demandas econômicas, produtivas e políticas – perduram após anos. E em decorrência deste contexto, e a luz do século XX, se retoma o contexto da precária situação sanitária no país, o que caracteriza a organização

da sociedade, e suas consequências.

Como exposto na Figura 4, com relação ao processo econômico e político, que atuam articuladamente, há uma expansão na indústria do país, e conseqüentemente na urbanização, e em meio a 19 anos uma transição drástica no campo político, o que inferiu insuficientes condições de vida à população, tanto no âmbito de condições de trabalho com o aumento de sua exploração, quanto de condições de moradia, saúde, educação, transporte, saneamento, entre outras.

Fernandes identifica o período da década de 1950 e início dos anos 1960 como sendo o de início da irrupção do capitalismo monopolista no Brasil e mostra, com precisão, como esse processo se desenvolve no país mantendo a “dupla articulação”. Ou seja, para impulsionar o salto industrializante a opção da burguesia industrial foi subordinar-se ao capital estrangeiro e articular-se aos setores tradicionais. (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016, p. 160)

Ainda sobre a lógica do racionalismo administrativo (CASTRO, 2014), e o Estado brasileiro assumindo como prioridade a ascensão econômica, e em decorrência a concentração de riqueza, a classe trabalhadora toma a posição de classe explorada, e ainda sem condições de habitação nas cidades. “[...] tem-se o crescimento da classe operária e a pressão cada vez maior por um novo pacto social, tendo em vista realizar as promessas de um Brasil republicano. [...]” (BEHRING, 2003, p. 102)

A partir de uma possível “ameaça” para os planos produtivos e econômicos, a reação foi a instauração de um golpe militar<sup>4</sup>, em 1964, como “[...] a “solução” político-militar desses conflitos, é a aglutinação da burguesia em torno de uma contra-revolução autodefensiva, que veio para resolvê-los – pela força – e desencadear a aceleração e aprofundamento da acumulação capitalista no Brasil. [...]” (BEHRING, 2003, p. 102)

O regime autoritário deu um golpe de misericórdia no processo de bipolarização das ações sanitárias entre o saneamento e a saúde. Para isso, desmobilizou forças políticas e enfraqueceu instituições que atuavam antes de 1964, visando facilitar o seu controle. Em 1966 foi criado o INPS<sup>5</sup>, cujo objetivo principal consistia no cuidado individual aos doentes, enquanto o Ministério da Saúde, pelo menos em teoria, ficaria responsável pela execução de programas sanitários e controle de epidemias. De acordo com a Constituição de 1967, o Estado deveria apoiar as atividades realizadas pela iniciativa privada, sendo sua atuação apenas em caráter complementar aos serviços prestados por esta. (REZENDE; HELLER, 2008, p. 230)

---

<sup>4</sup> “[...] preocupados com a influência da revolução comunista cubana de 1959 sobre os povos latino-americanos, os Estados Unidos estimularam e apoiaram golpes militares em vários países da América Latina. No Brasil, procurando dissimular suas verdadeiras razões, os comandantes militares que desfecharam o golpe de 1964 apresentaram os seguintes objetivos para sua ação: controlar a inflação, acabar com a corrupção e preservar a democracia. Porém, a realidade que se sucedeu revelou exatamente o contrário: a inflação, após o período de controle artificial, disparou; a corrupção disseminou-se até nos escalões mais altos do governo; e quanto à democracia, as liberdades e os direitos fundamentais dos cidadãos foram suprimidos sob uma cruel ditadura. (REZENDE; HELLER, 2008, p. 220)

<sup>5</sup> Instituto Nacional de Previdência Social.

E enquanto o Estado realiza “reformas”, que muitas vezes atingem a população negativamente, com destaque para o fortalecimento da auto-tarifação<sup>6</sup> dos serviços, o saneamento básico continua tendo como características: ações ligadas a distribuição de água apenas em pontos determinados, pouquíssimas ações voltadas ao esgotamento sanitário, sendo as primeiras relacionadas apenas a coleta, e somadas a isto a dissociação da relação entre saneamento e saúde, e menos ainda aos aspectos ligados ao ambiente e habitação, por exemplo.

**Figura 5:Características entre os períodos de 1970-2004 (novas matrizes para o saneamento)**



Fonte: (REZENDE; HELLER, 2008, p. 354-355). Org. por MENEZES, 2020

Entre o período anterior e o compreendido na Figura 5 é importante destacar o desenvolvimento de soluções técnicas para o saneamento, como a criação de filtros mais eficientes, uso de novos produtos para o tratamento de água, que possibilitavam maiores soluções para as questões ligadas ao saneamento (REZENDE; HELLER, 2008). Com o adendo de não chegarem ao atendimento de toda a população, sendo uma tendência que continua a prevalecer atualmente. Enfatizando ainda, a “[...] perspectiva hegemônica que associa prioritariamente o saneamento a intervenções físicas [...]” (PEREIRA, 2013, p. 269-270)

É neste sentido, que se faz importante a busca pelo entendimento dos objetivos e da gestão de quem está no poder e influência das ações do Estado, pois mesmo com inovações que

<sup>6</sup>Segundo Rezende e Heller (2008, p. 236) a auto-tarifação foi tema do IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária (1954), onde foram apresentadas as seguintes recomendações: “toda água consumida deve ser paga; deve ser praticada taxa mínima, para que as classes mais pobres possam utilizar a água suficiente para a higiene e a nutrição; o preço cobrado pela quantidade de água que exceder à taxa mínima deve crescer com o consumo; deve ser adotada taxa especial para estabelecimentos ligados à saúde pública, escolas e torneiras públicas; as taxas nas regiões subdesenvolvidas devem custear, no máximo, a operação, a manutenção e melhorias, sem se preocupar com o capital empregado na construção.”

poderiam trazer soluções eficazes para os problemas sanitários no país, estas não são implantadas por interesses distorcidos, que tem como foco a concentração de riqueza e poder.

As reformas institucionais que acompanharam essa modificação resultaram na reestruturação da máquina estatal, privilegiando o planejamento direto, a racionalização burocrática e a supremacia do saber técnico sobre a participação popular. Foi o que aconteceu com as reformas financeira, fiscal e administrativa; com a instituição do novo sistema de inteligência militar – Serviço Nacional de Informações (SNI); com a remodelação partidária e com o anúncio de reformas sociais, em resposta às reivindicações populares, que ainda se encaminhavam ao Estado nos três primeiros anos da intervenção militar, quando ainda não tinha se definido o modelo econômico e político que vigoraria a partir de 1967. (PEREIRA, 2008, p. 135)

O interessante das figuras é que elas possibilitam uma visualização simples desta relação complexa, e a comparação entre os processos econômicos e políticos, e os sociais e culturais, partindo da sequência “ação e consequência”. Com a maneira de agir adotada pelos processos que concentram o poder (econômico e político), não teria como ter outra consequência a não ser pessoas exploradas e marginalizadas, e ambiente explorado e contaminado. E neste sentido, os aspectos trazidos ilustram a perversidade contida neste contexto.

Este período compreende grandes modificações econômicas e políticas, que influenciam diretamente em ações direcionadas ao saneamento. Uma das principais influências, não só para o setor de saneamento, foi a atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) inaugurando a “estratégia de ‘cooperação’ das agências multilaterais”, com concessão de empréstimos a partir de condicionalidades, como:

[...]utilizar recursos em mercadorias dos EUA; determinava a política de tarifas e impostos incluindo os relativos aos serviços de água e esgoto; indicava a contratação de trabalhos com consultores estadunidenses, aprovava o planejamento de obras, redigia editais de licitações, administrava os recursos e fiscalizava os contratos. [...] (REZENDE; HELLER, 2008, p. 243)

E é sobre esta lógica que o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) é lançado, tendo como base econômica recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e estrutura institucional consolidada a partir do Banco Nacional de Habitação, formulado em 1971 para atender o Plano de Metas e Bases do Governo. A participação no PLANASA priorizava os Estados, inclusive com condicionalidades de repasse de recursos, e tendo como norte a autossustentação tarifária. Este modelo de sustentação por tarifas, expressa “[...] as tensões políticas fundadas em interesses econômicos, afirmando a natureza econômica do serviço e as possibilidades concretas de sua exploração mercantil.” (PEREIRA, 2013, p. 273)

A sequência “ação e consequência” se repete novamente, e as consequências negativas ficam com a população empobrecida, colocando em “xeque” um serviço que significa o acesso a água. Os autores trazem uma síntese do que representou o PLANASA, se configurando como um dos primeiros direcionamentos legais do saneamento, trazendo metas “de atingir 80% da

população com abastecimento de água e 65% de cobertura de rede de esgotamento sanitário”.

O PLANASA, embora denominado plano de saneamento, formalmente era plano de água e esgotos, e concretamente priorizou o abastecimento de água em detrimento das demais ações que compõem o saneamento básico, como a coleta e a disposição adequada de esgotos sanitários e resíduos domiciliares, a drenagem urbana e controle de vetores, tão importantes quanto o abastecimento de água para a melhoria da qualidade de vida. Na verdade, o PLANASA veio ao encontro da necessidade do atendimento da demanda urbana de abastecimento de água a partir de meados da década de 1960, quando houve um crescimento populacional acelerado nas cidades. [...] tratam-se de finalidades de cunho social que não revelam as facetas perversas do arranjo econômico-financeiro e político-institucional, formulado para viabilizar o plano. (REZENDE; HELLER, 2008, p. 271)

O cenário de PLANASA não perdura, e se enfraquece principalmente por influências externas, que entram em um momento de crise. Com as quedas resultantes dos reflexos da crise mundial, o país entra em um processo de endividamento<sup>7</sup> que “[...] serviu para enfrentar a queda na receita tributária, o crescimento das demandas sociais, a elevação dos preços do petróleo e dos bens de capital e continuar estimulando e apoiando o crescimento econômico [...]” (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016, p. 165)

Após o enfraquecimento do PLANASA, e já entrando na década de 1980, as ações voltadas ao saneamento ficam escassas e pontuais através de alguns programas, que apesar dos esforços não conseguem ultrapassar as condições precárias do período. Visto que

[...] A tão sonhada universalização depende de esforços voltados para a redução das desigualdades sociais, que representam o maior entrave à redução do déficit em cobertura de rede de água, correspondente ao atendimento da população mais pobre, residente em domicílios urbanos precários. (REZENDE; HELLER, 2008, p. 283)

Neste período (final da década de 1970 e década de 1980), houve um processo de fortalecimento da mobilização popular, que posteriormente em 1988 culmina na Constituição Federal, conhecida como Cidadã. Mobilização decorrente, segundo Souza Filho e Gurgel (2016), do processo de industrialização e urbanização que desenvolve uma complexificação do “tecido social”, mostrando o quadro das relações sociais e sua “organização sociopolítica”, ou seja, um quadro de desigualdade. Com baixos salários e sem acesso a políticas públicas e sociais, se movimentam e participam da elaboração da Constituição Federal de 1988, principalmente para incorporar suas demandas.

Ao contrário, enquanto a saúde pública criava um sistema e instituía a saúde como dever de Estado e direito de todos e a política urbana conquistava por emenda popular os artigos. 182 e 183 que, entre outros princípios, determinavam a submissão da propriedade à sua função social, o setor de saneamento introduzira na Constituição Federal apenas aspectos que fomentaram uma disputa em torno da titularidade dos serviços, com pouca influência na correlação de forças instaurada desde o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), o que subjugou o setor à predominância de uma

<sup>7</sup>“Com os empréstimos os países pobres e em desenvolvimento compravam produtos das economias desenvolvidas, azeitando economias que estavam em recessão e contribuindo para que elas suportassem melhor a crise.” (GONÇALVES; POMAR, 2000, p. 12 apud SOUZA FILHO; GURGEL, 2016, p. 166)

lógica empresariale centralizadora. (BRITTO, 2014, p. 50)

A fala de Britto (2014) destaca o quanto a mobilização social é importante para a luta por um serviço ou política pública, pois como foi exposto outras áreas conseguiram incorporar demandas importantes instituídas na Constituição Federal de 1988 por meio desta mobilização, fato que o saneamento não alcançou. Em virtude inclusive de sua dissociação das outras políticas, que foi histórica.

Esta fase, que vai até os anos 2000 é conhecida no saneamento como “vazio institucional”, justamente por não ter tido ações efetivas, e que delineassem os serviços. Isto representa anos perdidos sem uma legislação para implementação de diretrizes, regulação, financiamento e fiscalização, ou seja, sem uma política pública voltada para o setor.

Algumas tentativas foram realizadas, principalmente entre 1992 e 1994 quando ocorreu a suspensão dos recursos do FGTS. Retomados em 1995 por intermédio do programa “[...] Pró-saneamento que visava ações integradas de saneamento articuladas com outras políticas setoriais, a fim de promover melhorias nas condições de saúde e qualidade de vida da população.” (REZENDE; HELLER, 2008, p. 284)

Ainda segundo estes autores em 1994 foi aprovado Projeto de Lei da Câmara 199, que tratava da “Política Nacional de Saneamento e seus instrumentos”, resultado de discussões entre alguns segmentos do setor, porém o Projeto de Lei foi vetado integralmente pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Que posteriormente apresentou o “Projeto de Modernização do Setor de Saneamento - PMSS, financiado pelo Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), nos moldes da doutrina neoliberal.” (REZENDE; HELLER, 2008, p. 285)

Neste sentido, o saneamento básico entra na terceira etapa trazida por Castro (2014, p. 462) definida como neo-privatista que “[...] se caracteriza fundamentalmente pela tentativa de transferir o controle, e nos casos mais radicais, inclusive a propriedade, da gestão do saneamento para a iniciativa privada por diferentes meios.” E no caso brasileiro, além do Projeto de Modernização do Setor de Saneamento, foram instituídas outras formas que abrem caminho para as possíveis formas de privatização, que vão desde a construção de suas estruturas físicas, até a prestação dos serviços, abrindo margem para novos direcionamentos e interesses. O saneamento, como política pública estrutural da expansão do capital e historicamente financiada por recursos dos trabalhadores, não pode ser lido de forma descolada da reorientação de prioridades e do padrão de investimentos construídos a partir das reformas neoliberais. (PEREIRA, 2013, p. 277)

Dando continuidade, a etapa do neo-privatismo, a partir de acordo firmado entre o

governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para “acelerar e ampliar o escopo do programa de privatização e concessão dos serviços de água e esgoto.” (REZENDE; HELLER, 2008, p. 287) Foi apresentado o documento de Regulação do Setor de Saneamento no Brasil, e com base nesta orientação o Governo Federal elaborou um documento intitulado “O Estado da Arte do Saneamento Básico – Sumário Executivo”.

[...] definindo nova estratégia para a reforma da área, sugerindo duas opções na busca do reordenamento institucional e regulatório da área de saneamento. A primeira envolveria a reorganização da prestação dos serviços e adoção de novos padrões de financiamento; a segunda dizia respeito ao acesso dos municípios mais pobres aos serviços, através de ações compensatórias. Para um bom entendedor, fica clara a evidente intenção do Estado em transferir para a iniciativa privada os serviços bem estruturados e auto-sustentáveis, ficando sob sua tutela apenas os serviços dos municípios economicamente inviáveis ao setor privado [...] (REZENDE; HELLER, 2008, p. 288)

De modo geral, com a Constituição Federal de 1988, e a redemocratização do país, houve avanços significativos em diversas áreas, que atendiam demandas reais da população, o saneamento básico não teve tanto espaço. Porém após esta “investida” social que resultou nesta legislação e que trazia de certa forma uma reforma na gestão brasileira, a década de 1990 ficou marcada pela desconfiguração nestas conquistas, principalmente pela influência neoliberal. Promovendo uma contra-reforma (BEHRING, 2003), com discursos de ajustes fiscais, preços mais baixos para os consumidores, qualidade nos serviços, atrair capitais e reduzir a dívida interna e externa, dentre outros.

Dentre os principais desmontes causados pela contra-reforma do Estado, estão a flexibilização do trabalho, as privatizações e as condições da seguridade social. A articulação destes três aspectos ocasiona um ataque a classe trabalhadora do país, e por diversos ângulo. A flexibilização do trabalho, e enfraquecimento da seguridade social deixa a população desprotegida e sem possibilidade de acessar políticas públicas que vão sendo transformadas em negócio lucrativos, “[...] a privatização gera uma dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, no mesmo passo em que propicia um nicho lucrativo para o capital [...]” (BEHRING, 2003, p. 251)

Esta tendência continua a partir dos anos 2000, contudo esta década trouxe grandes avanços para saneamento básico, principalmente com relação a sua regulamentação. O início desses avanços para o setor foi a criação do Estatuto da Cidade instituído pela Lei 10.257, de julho de 2001, que estabelece diretrizes para a política urbana, “[...] estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.” (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, *online*). Sendo o Estatuto da Cidade uma importante

regulamentação para serviços públicos como a habitação, transporte, e para o saneamento, pois prevê também aspectos de infraestrutura, bem-estar dos cidadãos e equilíbrio ambiental.

Art. 2<sup>a</sup>A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;(ESTATUTO DA CIDADE, 2001, *online*)

Além de estabelecer a garantia de direitos relacionados a organização das cidades, o Estatuto ainda institui a gestão democrática como um de seus objetivos, com a participação popular, e das representações dos seguimentos na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos, defendendo uma direção de interesse social. Que possibilitaria uma gestão mais próxima da realidade dos municípios e da população, que teria participação em sua elaboração.

Com o Estatuto da Cidade foi incorporada a noção de intersectorialidade, pois o saneamento foi incluído entre as políticas urbanas, abrindo espaços para a participação de movimentos das áreas que compõe esta política, promovendo a articulação entre as demandas por moradia, saneamento, infraestrutura, transporte, lazer, entre outras. Um espaço emblemático desta participação foi a 1<sup>a</sup> Conferência Nacional das Cidades, realizada em 2003, com caráter democrático, estabelecendo o Conselho das Cidades e parâmetros para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

As articulações, fóruns e entidades ligadas ao setor de saneamento, dentre as quais destacamos a Frente Nacional de Saneamento (FNSA), a ASSEMAE, a ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária) e a AESBE (Associação de Empresas de Saneamento Básico Estaduais) apresentaram conjunto de propostas para a Conferência, as quais expressavam consensos e interesses conflitantes. (CORDEIRO; BRITTO; PEREIRA, 2011, p.4)

O conjunto de propostas apresentados para a Conferência, como coloca as autoras, expressando consensos os quais foram classificados em dois agrupamentos são relacionados a necessidade da gestão pública dos serviços, principalmente no que se refere aos investimentos e financiamentos, considerando um *slogan* muito utilizado no setor, de que investir em saneamento é investir em saúde e portanto não se configura como gasto. O segundo argumento diz respeito a urgência de uma política pública nacional de saneamento. São aspectos que se completam e que representam o quanto o “vazio institucional” vem prejudicando o setor. Um

dos impasses entre os participantes, foi a titularidade dos serviços, entre estados e municípios, aspecto que perdura até os dias atuais. (CORDEIRO; BRITTO; PEREIRA, 2011)

Na década de 2000 foram formuladas duas leis ligadas diretamente ao saneamento. A Lei 11.107 de 06 de abril de 2005, sobre contratações de consórcios públicos, e a Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

A Lei 11.107 e sua regulamentação estabelecem as bases para a formação de consórcios entre municípios, entre municípios e Estados ou até mesmo envolvendo a União, para a prestação de serviços, “regulamentando a gestão associada de serviços por meio da cooperação entre entes federados”. Tal mecanismo pode cumprir três importantes papéis: potencializar a prestação integrada de serviços, quando sistemas ou unidades dos sistemas ultrapassam as fronteiras do território de um único município; integrar sistemas municipais visando promover economia de escala; regular a relação entre serviços municipais e campanhas estaduais. [...] (REZENDE; HELLER, 2008, p.336)

Com a referida Lei tem-se a possibilidade de uma gestão compartilhada e integrada, de forma que as três esferas estabeleçam relações para a formulação, implementação e controle das ações no setor de saneamento. Além de contribuir para que os serviços sejam de caráter público.

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais: I - universalização do acesso; II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados; III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente; IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais; VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; VII - eficiência e sustentabilidade econômica; [...]” (LEI DE DIRETRIZES NACIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO, 2007)

A Lei 11.445/2007, construída com a participação e contribuição de sujeitos ligados ao setor de saneamento, e por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, estabelece a Política Nacional de Saneamento Básico, trazendo como princípios a universalização do acesso, integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados; incluindo o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente, com disponibilidade em todas as áreas urbanas. (LEI DE DIRETRIZES NACIONAIS DE

SANEAMENTO BÁSICO, 2007, online)

Há uma ampliação dos serviços de saneamento, passando a integrar ações como limpeza urbana e manejo de águas pluviais, e considerando a importância do saneamento para a garantia da saúde pública e proteção ambiental. Considerando ainda a importante e necessária articulação entre outras políticas públicas para o desenvolvimento urbano e regional, como a habitação, combate e erradicação da pobreza, proteção ambiental, promoção da saúde e o saneamento básico, dentre outras políticas essenciais ao desenvolvimento humano.

No art. 49 da Lei 11.445/2007, estão elencados os objetivos da política, que inclui contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social. Os objetivos da política trazem aspectos fundamentais para a efetivação do saneamento básico no Brasil, considerando a ampliação dos serviços para população sem acesso, retorno social, preocupação com os impactos ambientais das obras para a implantação, a incorporação das áreas rurais, e locais isolados, demonstrando amplitude nas ações a serem desenvolvidas e diminuição da desigualdade no acesso ao saneamento básico.(LEI DE DIRETRIZES NACIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO, 2007, online)

Nos artigos 52 e 53 da referida lei são dispostos a instituição de dois instrumentos para o setor de saneamento, sendo a elaboração de um Plano Nacional de Saneamento Básico de responsabilidade federal, e planos regionais elaborados em articulação entre as três esferas. E a criação de um Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA.

Neste sentido a Lei 11.445/2007 que estabelece a Política Nacional de Saneamento Básico, traz em suas diretrizes o caráter democrático da política, conceituando o saneamento mais amplamente, incluindo a partir de então, e além do abastecimento de água e o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos e de águas pluviais, além do compromisso com a universalização, integralidade e equidade das ações. Regulando o papel do Estado, reconhecendo a importância da participação social, e trazendo uma visão de salubridade ambiental. A regulamentação do saneamento nesta vertente legitima a articulação da política de saneamento com as demais áreas que a envolve, direta ou indiretamente, como de meio ambiente, recursos hídricos, saúde, política urbana, habitação, política agrária, e principalmente no que envolve o direito à cidade, pois o saneamento básico é intersetorial, amplo, complexo e fundamental.

## **1.2 Saneamento básico e Serviço Social: uma realidade transdisciplinar**

A intersectorialidade do saneamento básico pode ser caracterizada tanto pelos serviços que o compõe, que se relacionam com outras áreas em sua execução e causam impactos também em diversas áreas com o seu funcionamento; quanto pela sua construção histórica que está atrelada ao desenvolvimento urbano. Incluir o saneamento no rol do direito à cidade se torna natural, se for considerada a perspectiva do acesso integral aos direitos sociais, econômicos, políticos, o estabelecimento da igualdade de acesso, e de formas de gestão que levem em conta as demandas coletivas. Ou seja,

[...]o direito à cidade significa o direito de todos nós a criarmos cidades que satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades (...) O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente, Quando eu olho para a história, vejo que as cidades foram regidas pelo capital, mais que pelas pessoas. Assim, nessa luta pelo direito à cidade haverá também uma luta contra o capital. (HARVEY, 2009 apud CFESS, 2016, p. 16)

E seguindo esta perspectiva, que enfatiza ainda mais o caráter intersectorial não só do saneamento, como das demais políticas, é possível identificar outro aspecto fundamental e que ainda se encontra contrário a trajetória do saneamento. Marcado pela concentração em sua dimensão técnica, o coloca numa área ligada a engenharia. Este processo com o decorrer de seu desenvolvimento trouxe inovações, citadas anteriormente, porém restringindo as ações (não só por esta razão) a um setor de infraestrutura.

Neste sentido, e como forma de superar este entendimento, estudiosos da área – inclusive da engenharia – vem alertando para a importância da participação social, política, científica e acadêmica, de outros campos de atuação, destacando as ciências sociais, saúde, geografia, educação ambiental, economia, entre outros no saneamento, como forma de atingir as diversas dimensões e melhorar as condições do saneamento básico no Brasil.

[...] a necessidade de uma abordagem integrada, que reúna as dimensões tecnológicas e de política pública dos serviços de saneamento, tem recebido relativamente pouca atenção na literatura especializada, seja em termos de desenvolvimento conceitual, seja de debate intelectual. A falta de um exame coerente e aprofundado do entrelaçamento da tecnologia com a política pública no saneamento é particularmente notável no nível das disciplinas individuais. (HELLER; CASTRO, 2013, p. 29)

A necessidade desta abordagem integrada pode ser detectada em espaços de tomada de decisão e de discussões para a implementação das ações; elaboração de diagnósticos, para estabelecer um panorama das condições dos serviços; formulação do planejamento da execução das ações; no trabalho direto com a população; entre outras possíveis possibilidades. Tomando como fundamento o conceito da “[...]transdisciplinaridade, como aquilo que está, ao mesmo tempo, entre as disciplinas e além das disciplinas, objetivando a compreensão do mundo presente para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento.” (HELLER; GOMES, 2014, p.43)

E para que o saneamento tenha como fundamento a transdisciplinaridade é preciso que as áreas científicas se apropriem do tema, realizando estudos, aplicando projetos, fomentando discussões nas universidades, apresentando o tema nas graduações, elaborando trabalhos científicos, com vistas a ampliar e melhorar os serviços, principalmente no acesso, intensificar o embate político, fortalecendo entidades e movimentos sociais que lutam pelo saneamento. Com várias possibilidades a transdisciplinaridade que o saneamento possui, precisa ser vista como ponto de força e não como impasse e desconexão. (GIOMETTI, 2019).

Entende-se, portanto, que para o sucesso das políticas e da adequada concepção das ações de saneamento, pela sua multidimensionalidade, a contribuição das diversas áreas de conhecimento tem o potencial de incrementar o benefício que estas podem trazer aos seus usuários. Essa relação requer a abertura e o preparo dos diversos campos disciplinares para o trabalho integrado, buscando a abordagem interdisciplinar. (BRITTO; LIMA; HELLER; CORDEIRO, 2012, p. 68)

A luz desta concepção, integrar o serviço social às áreas importantes no trabalho com o saneamento básico é buscar elementos que já fazem parte de suas dimensões éticas e política, técnica e operativa, e teórico e metodológica que embasam os conceitos trabalhados nas ações desenvolvidas pelos contextos inerentes ao serviço social. (GIOMETTI, 2019).

Com esta dimensão cristalizada é possível embasar nas afirmações de que,

[...] as ciências humanas e sociais podem aportar elementos indispensáveis para a compreensão e o aperfeiçoamento das intervenções, no tocante à sua apropriação e utilização pela população, bem como à sua integração ao metabolismo urbano e rural, ao aprendizado com a história e sua relação com a dimensão geográfica. Estas podem também contribuir para desentranhar os supostos que fundamentam as intervenções e as tecnologias, explicando porque, apesar do avanço das ciências técnico-científicas, os benefícios dos serviços revelam-se bastante desiguais, sendo as técnicas frequentemente indutoras dessas desigualdades sociais. (BRITTO; LIMA; HELLER; CORDEIRO, 2012, p. 68)

O próprio cenário atual do saneamento básico revela a interface com o serviço social, principalmente pelo aspecto desigual e fragmentado que a política adota, e suas consequências atingindo diretamente a população atendida nos diversos campos de atuação. Muitas bandeiras de lutas levantadas pela categoria profissional estão articuladas aos problemas sanitários do país, “[...] as possibilidades de inserção profissional são bastantes amplas e não apenas limitadas à execução de política públicas.” (PEREIRA, 2013, p. 278)

E estabelecendo como referência o Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) que dentre os princípios tem como posicionamento a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo, além da defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, que são aspectos essenciais para o saneamento básico.

As atuais condições do saneamento básico apontam justamente para um ataque aos direitos humanos, marcado pela desigualdade, tanto do acesso quanto da amplitude dos

serviços, e registrados em dados publicizados no início do ano de 2018, que apontam para 35 milhões de brasileiros sem acesso a água potável, e mais de 100 milhões sem coleta de esgoto, e apenas 45% do esgoto coletado, tratados. (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2018). Além dos números apresentados demarcarem a gravidade situacional do saneamento básico no Brasil – sem considerar a drenagem urbana e disposição de resíduos sólidos - há que se questionar quem são essas pessoas sem acesso a água e coleta de esgoto, concentradas em grande parte em municípios das regiões norte e nordeste, e nas periferias dos grandes centros urbanos.

[...] Se fizermos um mapa das cidades, é possível ver onde estão os pobres, onde estão todos os investimentos, qual a frequência com que as ruas são limpas, qual a frequência com que se plantam novas árvores ou se podam as, qual a frequência com que trocam as lâmpadas queimadas... Isso é muito interessante porque há uma hierarquia.” (MARICATO, 2015, p. 110)

Maricato aponta diretamente para a “ferida”, esta é a grande questão, e que muitas vezes está “invisível”, não só para a população, como também para o campo científico, e propositalmente para o campo político e econômico. Apesar de não citar o saneamento, se fosse incluído neste também poderia fazer parte dos indicadores de desigualdade.

A qualidade, o alcance e os condicionantes quanto à oferta de serviços de saneamento no Brasil expressam a disparidade existente entre as classes sociais mais abastadas e os mais pobres no país, sendo perceptíveis, tanto no meio urbano quanto no meio rural, os impactos negativos da concentração dos investimentos focalizados em apenas algumas regiões. (PEREIRA, 2013, p. 280)

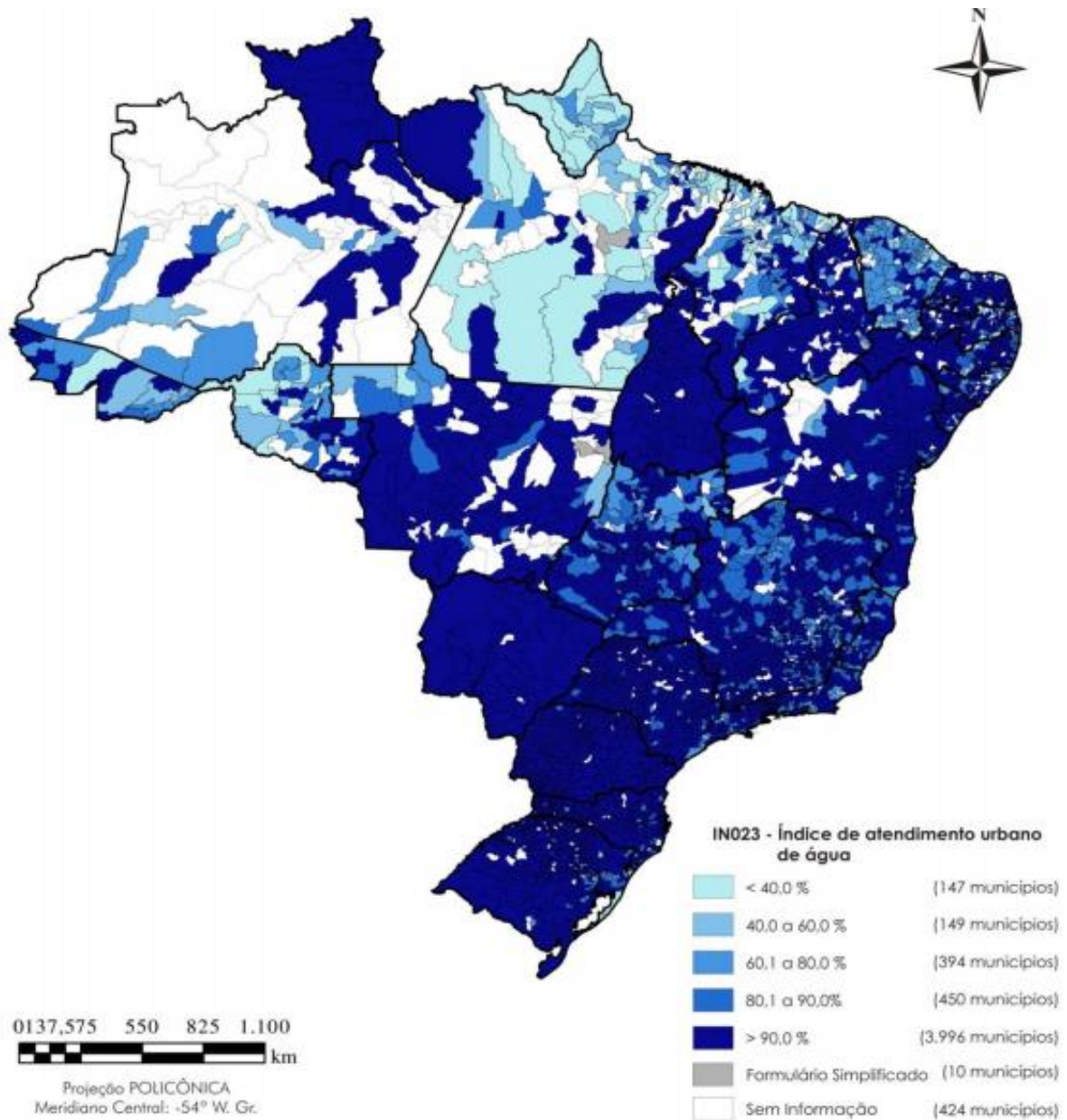
Se fossem considerados não só os índices de atendimento dos serviços, mas fossem incluídos aspectos como investimento, qualidade, alcance, e como as condicionantes de acesso tem afetado a população, teríamos resultados desastrosos, que revelariam ainda mais como o saneamento básico tem sido oferecido seletivamente. As informações poderiam ser organizadas primeiramente em municípios, em sequência nos Estados e posteriormente em âmbito nacional, possibilidade inscrita na Lei 11.445/2007, e no Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), que implementam o diagnóstico para a elaboração dos planos municipais, contudo quando na maioria dos casos, até em diagnósticos nacionais, os dados expostos são superficiais, e em grande medida muitos municípios e prestadores de serviço não enviam as informação para o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), como pode ser verificado nas próximas páginas.

E partindo então dos diagnósticos dos serviços de água e esgoto; manejo de resíduos sólidos; drenagem urbana e manejo de águas pluviais, divulgados anualmente pela Secretária Nacional de Saneamento do Ministério Desenvolvimento Regional, utilizando dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), é possível visualizar a caracterização dos serviços de saneamento básico, em nível nacional. Estes mapas trazem a representação espacial de índices de atendimentos de saneamento básico, mostrando uma

dimensão superficial das condições dos serviços, e mesmo não levando em conta aspectos importantes, como os citados anteriormente, demonstram uma situação preocupante.

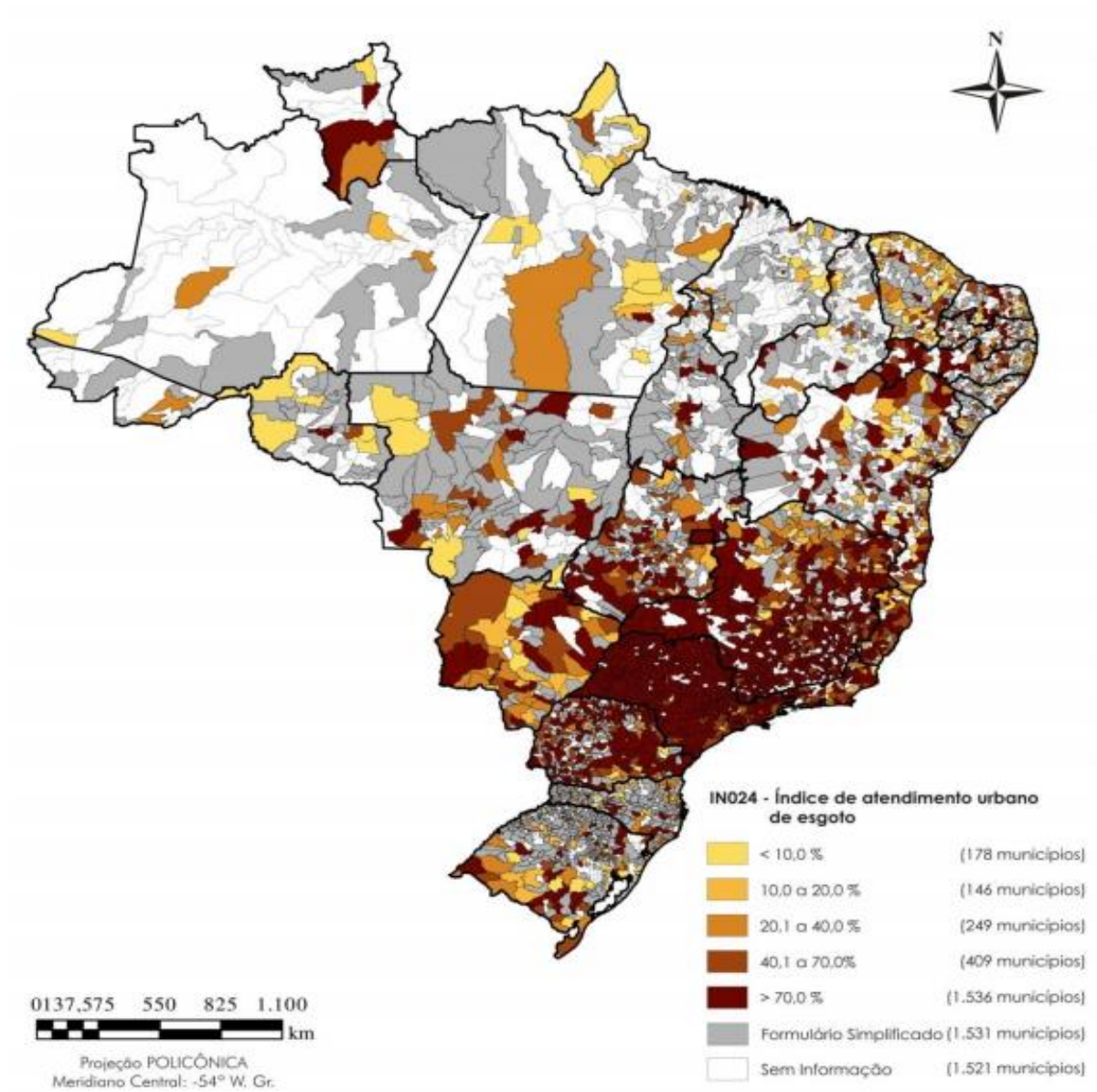
Neste sentido, foi utilizado o último diagnóstico divulgado em dezembro de 2019 (Figs. 6, 7, 8 e 9), com dados referentes ao ano de 2018.

**Figura 6: Representação espacial do índice de atendimento urbano por rede de água por municípios, em 2018.**



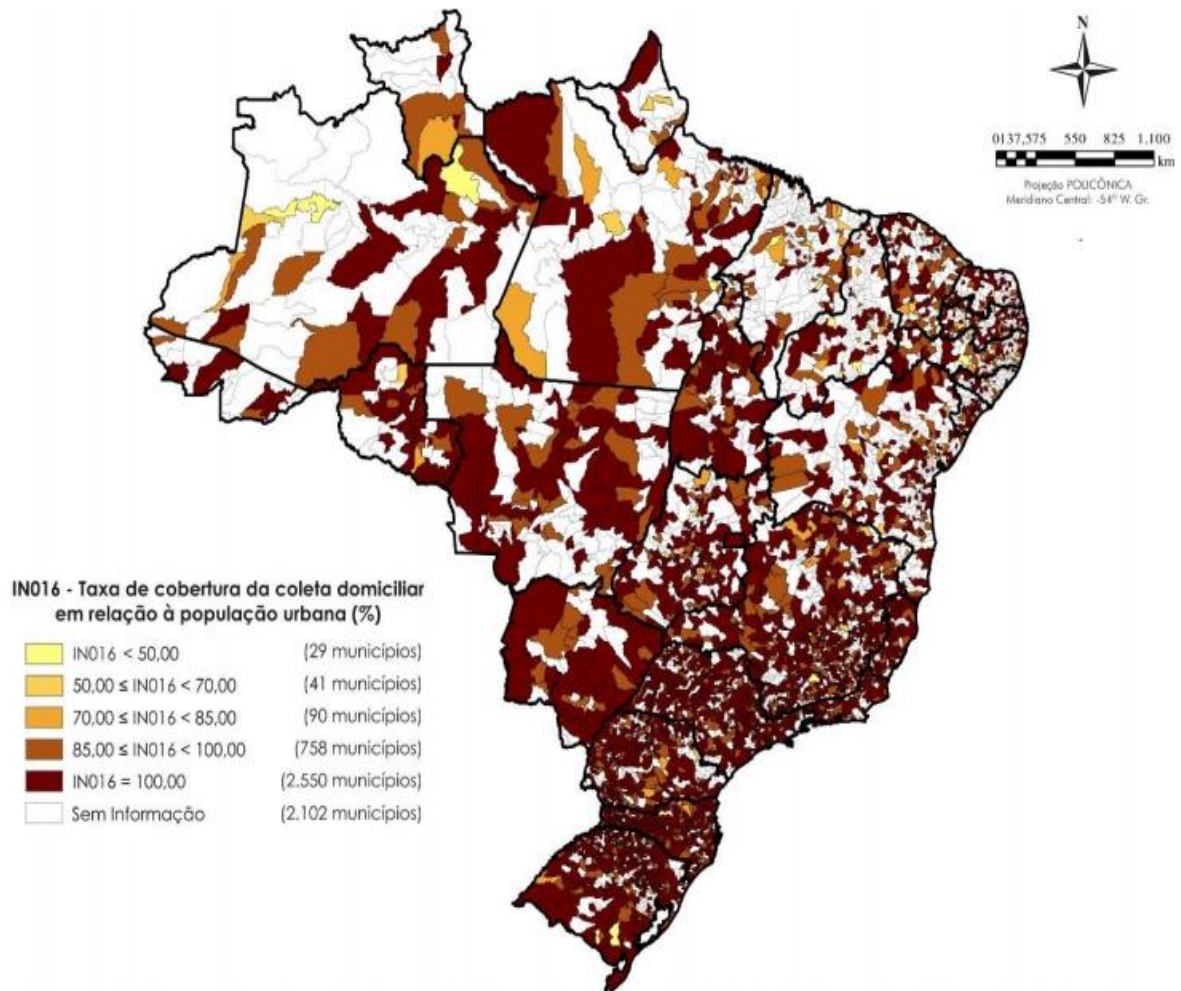
Fonte: SNIS. Relatório de Diagnósticos de Serviços de Água e Esgoto – 2018, p. 65. Disponível em: [http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2018/Diagnostico\\_AE2018.pdf](http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2018/Diagnostico_AE2018.pdf). Acesso: 20 dez. 2019

**Figura 7: Representação espacial do índice de atendimento urbano por rede coletora de esgotos por municípios, em 2018.**



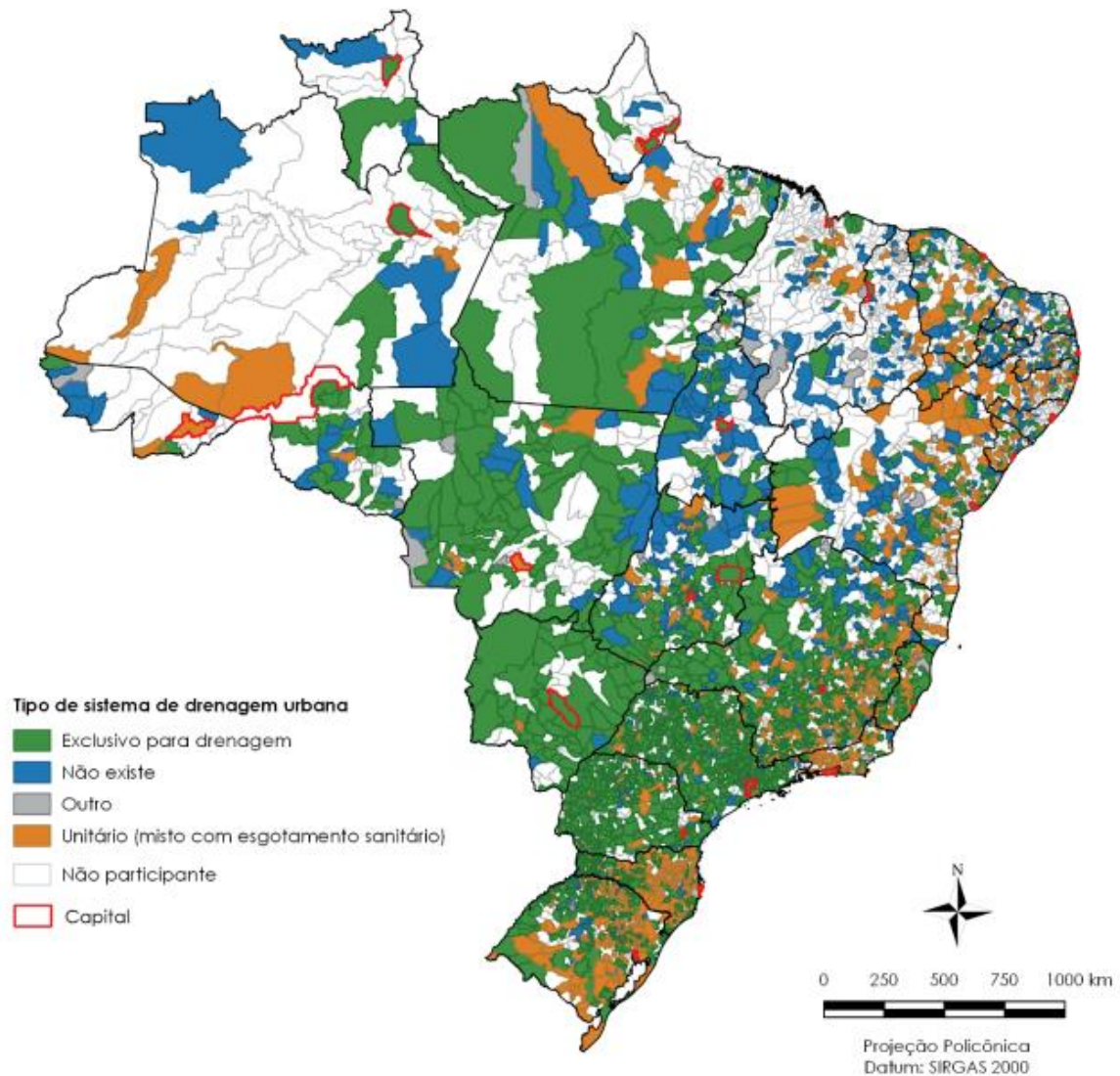
Fonte: SNIS Relatório de Diagnósticos de Serviços de Água e Esgoto – 2018, p. 68. Disponível em: [http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2018/Diagnostico\\_AE2018.pdf](http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2018/Diagnostico_AE2018.pdf). Acesso: 20 dez. 2019.

**Figura 8: Representação espacial dataxa de cobertura do serviço de coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares por municípios, em 2018.**



Fonte: SNIS Relatório de Diagnósticos de Manejo de Resíduos Sólidos – 2018, p. 65. Disponível em: [http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/rs/2018/Diagnostico\\_RS2018.pdf](http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/rs/2018/Diagnostico_RS2018.pdf). Acesso: 20 dez. 2019.

**Figura 9: Representação espacial dos tipos de drenagem urbana, por município, em 2018.**



Fonte: SNIS Relatório de Diagnósticos de Drenagem Urbana de Manejo de Água Pluviais – 2018, p. 67. Disponível em: [http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ap/2018/Diagnostico\\_AP2018.pdf](http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ap/2018/Diagnostico_AP2018.pdf). Acesso: 20 dez. 2019.

Observa-se que grande parte dos municípios contam com mais de 90% de atendimento por rede de distribuição de água, principalmente nas regiões sul e sudeste. Porém vale descartar as demais regiões, inclusive aquelas que não repassaram os dados ao SNIS. Além disso é preciso enfatizar que os dados são fornecidos pelos próprios prestadores, o que dificulta uma análise qualitativa desses índices. Os índices que chegam na casa dos 90% de atendimento, aparentemente podem indicar um bom resultado, contudo é preciso considerar que 10% da população de uma cidade pode significar muitas pessoas sem acesso, principalmente se levarmos em conta, por exemplo, os municípios de grande porte, e seu contingente populacional.

“[...]observa-se bons resultados em grande quantidade deles, sendo 3.996 municípios com índice superior a 90%; outros 450 com índices na faixa de 80% a 90%; 394

municípios com valores que se enquadram entre 60% a 80%; 149 municípios na faixa imediatamente inferior, de 40% a 60%; e na última faixa, abaixo de 40%, 147 municípios. No total, o mapa apresenta o resultado de 5.146 municípios, sendo 5.136 com índice de atendimento urbano de água calculado e 10 municípios que responderam ao formulário simplificado de água, ou seja, que não possuem sistema público de água.” (SNIS, 2018, p.65)

O quadro de atendimento da rede de coleta de esgoto no Brasil é alarmante, e podem ser destacados vários aspectos, um dos principais é a quantidade de municípios “sem informação”, ou que não enviaram as informações ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Além dos 1.521 municípios sem informações, é importante elucidar que estes dados se referem a coleta de esgoto, sem considerar seu tratamento, aspecto histórico ainda não superado. A falta de tratamento de esgoto acende o alerta da contaminação da população e do ambiente, fato frequente no Brasil.

No mapa sobre a taxa de cobertura do serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares também apresenta uma alta taxa de município que não enviaram as informações ao SNIS (2.102). O índice de 100% cobertura que chega a 2.550 municípios concentrados nas regiões sul e sudeste, demonstram a desigualdade que acompanha os serviços de saneamento básico.

A partir do exposto, fica evidente a desigualdade dos índices de cobertura do serviço de coleta domiciliar no país em relação à população total. Configura-se um claro patamar, mais baixo, dos indicadores médios das macrorregiões Norte e Nordeste, que ficam bem abaixo da média nacional de 92,1%; seguido pelas macrorregiões Sul e Centro-Oeste, com 91,5% e 92,9%, respectivamente, valores próximos à média nacional. Em outro patamar encontra-se a macrorregião Sudeste, com indicador igual a 96,2%. (SNIS, 2018, p.73)

E seguindo a dinâmica de esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos, a drenagem urbana se apresenta com um mapa de desigualdade. Este serviço ainda apresenta algumas especificidades estruturais, como o tipo de drenagem adota no município, que pode ser com sistema exclusivo ou unitário (em que são coletados esgoto e drenagem no mesmo sistema). Observa-se que o sistema unitário ainda vem sendo muito utilizado, o que causa problemas para o tratamento e disposição da drenagem, pois neste sistema o esgoto se mistura à água pluvial. O diagnóstico traz outros índices, como de enchentes por exemplo, mostrando como afetam a vida da população.

Os municípios apresentam deficiências de gestão da infraestrutura de DMAPU, geralmente considerada uma atividade secundária, subordinada aos outros componentes da infraestrutura urbana como, por exemplo, o sistema viário. Além disso, a capacitação técnica dos agentes municipais muitas vezes é insuficiente, o que torna difícil, até mesmo, responder ao SNIS-AP. (SNIS, 2018, p. 37)

Os dados denunciam a desigualdade existente no saneamento básico, escancarando também que essa desigualdade está ligada a outras questões, e que afetam uma população determinada. É neste sentido, que a política de saneamento básico precisa ser analisada e implementada para além de termos técnicos e de infraestrutura, enfatizando principalmente que a população

atingida pela falta de saneamento básico é a mesma que não tem acesso a outras políticas. Enfatizando que apesar de passados 13 anos da regulamentação a partir da Lei 11.445/2007 o saneamento básico ainda não evoluiu na expansão do atendimento, entrando para a caracterização trazida por Castro (2014, p. 465), “[...]os direitos sociais de cidadania são apenas um reconhecimento formal das desigualdades estruturais da democracia capitalista, que são só um paliativo frágil para confrontar o impacto real de tais desigualdades, [...]”

E como forma de refletir sobre quem são as pessoas atingidas pela falta de saneamento básico, uma campanha lançada por duas grandes coordenações: Conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), conjuntamente com os “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, em seus trabalhos resultantes de suas ações denunciaram as diversas manifestações de racismo, e dentre elas a questão do saneamento: “[...] na falta de água e na sobra de esgoto transborda racismo”, alertando para o percentual de pessoas negras sem acesso aos serviços de saneamento, distribuição de água, coleta de esgoto e resíduos domiciliares, ser quase o dobro com relação as pessoas brancas. (CFESS-CRESS, 2018, Expressões do racismo, on-line)

Apesar de representar um avanço para a política de saneamento, a Lei 11.445/2007 vem sofrendo ataques por interesses na privatização dos serviços. A exemplo dessa ofensiva privatista, em reportagem de 26 de junho de 2018 no jornal O Globo, “[...] O Brasil precisa aumentar em 62% os investimentos em saneamento básico: caso contrário não irá cumprir a meta de universalização em 2033, aponta CNI”. A reportagem tem base em um diagnóstico feito pela Confederação Nacional da Indústria, para ser entregue aos candidatos à presidência da república nas eleições de 2018, trazendo a seguinte indicação: “[...] de acordo com o estudo, a experiência internacional sugere que a parceria com o setor privado tem sido fator fundamental para a expansão e o aumento da qualidade dos serviços de saneamento. ” (OLIVEIRA, 2018, O Globo, on-line)

O interesse da privatização do saneamento básico está nas grandes cidades, em que a maior parte da rede de infraestrutura já está instalada, e o retorno financeiro será garantido por meio de tarifação e pelos repasses do setor público. E considerando a lógica de lucratividade de uma empresa, essas tarifas obviamente não levariam em consideração o aspecto social, transformando assim um serviço público em mercadoria, e ficando as localidades que apresentam uma maior complexidade, e baixa renda sem interesses de investimento, e consequentemente sem acesso aos serviços de saneamento básico.

Pode-se dizer que a dinâmica enfrentada nos últimos anos em direção a um movimento de reforma da política nacional do setor de saneamento exprime o complexo campo de batalhas que contrapõe interesses e esbarra em inércias

institucionais. Essas dificuldades são caudatárias de importante jogo de disputas em torno do que deve vir a ser o saneamento, no contexto mais amplo do processo de acumulação capitalista. Nesse jogo, o saneamento aflora ora com uma visão e um discurso de um bem de mercado, que deve estar sujeito a suas regras e à lógica do capital, ora como de um direito humano fundamental, pressupondo o princípio da não exclusão de parcelas da população sem capacidade de pagamento pela prestação dos serviços, bem como o papel do Estado na garantia da provisão dos serviços para esses segmentos. Nesse sentido, como política pública estruturadora do território e necessariamente financiada pelo Estado, condensador dos conflitos de classes no capitalismo, o saneamento aglutina um conjunto antagônico de interesses. (BRITTO; LIMA; HELLER; CORDEIRO, 2012, p. 68)

Nesta lógica privatista, acontece um aprofundamento dos problemas sociais e ambientais causados pela falta de saneamento básico, apresentando demandas diretas e indiretas ao serviço social, visto que esses profissionais possuem uma formação abrangente, e atuam em diversas políticas públicas e sociais.

Quando sinalizamos para uma conexão entre o saneamento básico e o serviço social, dois aspectos principais e abrangentes precisam ser definidos, principalmente por não ser uma política de atuação direta do serviço social. O primeiro aspecto, como já apontado anteriormente, são os graves problemas causados pela falta de saneamento básico, que atingem principalmente a população atendida por assistentes sociais, em diversas políticas, por exemplo, saúde, assistência social e habitação, além de prejudicar diretamente os recursos naturais, causando graves problemas ao equilíbrio ambiental, e afetando conseqüentemente a população, principalmente a população mais vulnerável. O segundo aspecto é que o serviço social além de atuar no atendimento direto da população, possui formação para atuar na elaboração e gestão de políticas, programas e projeto, e se configura como uma área de conhecimento científico, ou seja, pode contribuir para a ampliação do debate acerca da importância do saneamento básico.

Tatiana Dahmer (2013, p. 278-279) traça algumas possibilidades para a construção de um projeto profissional de intervenção, com base nos seguintes aspectos:

(i) aos determinantes históricos e societários existentes tanto da dinâmica capitalista quanto do lugar do saneamento nessa racionalidade, e como parte de determinada concepção de urbanização e de desenvolvimento; (ii) aos limites na formação de assistentes sociais quanto à conteúdos relativos à compreensão sobre expressões concretas da acumulação capitalista; (iii) às dificuldades de interlocução com profissionais de outros campos disciplinares, considerando as relações hierárquicas estabelecidas entre os saberes e entre os gêneros, a partir da divisão sociotécnica e sexual do trabalho; (iv) à refuncionalização do papel do Estado nas formas de suas respostas para garantia dos direitos, especialmente a partir da descentralização de políticas, tendo por estratégia a construção da intitulada parceria público-privada (PPP); (v) às condições de trabalho em contexto de precarização dessas relações.

As possibilidades são amplas, e precisam partir principalmente da identificação da importância do estudo do saneamento básico no serviço social, incorporando o tema na formação profissional, além da discussão acerca das demandas relacionadas ao saneamento que chegam no cotidiano de trabalho por via de outras políticas. Essas possibilidades poderão ser

observadas nos próximos capítulos, trazendo a realidade de um município, e a atuação dos assistentes sociais nos CRAS, identificando as demandas que chegam até estes profissionais relacionadas ao saneamento básico.

## 2 PERCURSO DO SANEAMENTO BÁSICO EM UBERABA/MG

O contexto de formação e desenvolvimento da cidade de Uberaba, segue a mesma configuração do país, ou seja, de colonização a partir de interesses em extrair recursos disponíveis na região. Sendo primeiramente apenas uma rota que levava a outras regiões, com terras ocupadas por índios e quilombolas, até a descoberta de ouro, que levou a povoação e exterminação dos povos nativos. Abrindo caminho para o estabelecimento de fazendeiros, após o esgotamento da extração de ouro, e dando início a pecuária, principalmente pelas características do relevo e vegetação contribuírem para a criação de gado, se tornando referência até os dias atuais. (SUGAWARA, 2014)

A cidade teve seu desenvolvimento marcado pela chegada das linhas ferroviárias, que possibilitaram o aumento do comércio, e a estruturação da cidade, utilizada também para o transporte do gado que era importado da Índia, da raça Zebu, o que apelidou a cidade como a terra do zebu, pelo grande desenvolvimento da criação dessa raça na região. (SUGAWARA, 2014)

No que se refere ao saneamento, Rezende e Heller (2008)<sup>8</sup>, abordaram sobre a importância do engenheiro Saturnino de Brito na realização de projetos para a implantação de saneamento em várias cidades brasileiras, vindo inclusive a projetar a estrutura do saneamento para Uberaba em 1922. Com base nessas informações, e em pesquisa via internet, foram localizados relatórios do engenheiro publicados pelo Ministério da Saúde e Educação, em 1944, em vários volumes, sendo o volume XIV referente as cidades de Aracaju, Curitiba e Uberaba.

Em nota da edição, que compõe o relatório de Uberaba, e se encontra sem identificação de autoria, traz informações acerca do posicionamento de Saturnino referente a concessão dos serviços de saneamento às empresas privadas.

[...] em 1926, o autor manifesta, mais uma vez, sua opinião relativamente à exploração dos serviços de saneamento por empresa; "...de trabalhos que vão ser entregues, aos cuidados dos quais se tem desanimadora prova pelo que se vê em muitas cidades do Brasil com serviços de água e esgotos confiados a pessoal mal remunerado e mal atendido nos esforços em favor duma boa conservação de onde tornar-se desidioso e às vezes desonesto, ficando porém, garantido nas posições quando esteja sob proteção política. Governos que conhecem este mal, pela maioria ainda julgado insanável, preferem então entregar os serviços de água e esgotos à exploração pelas empresas. Estarão todos de acordo quanto aos serviços de luz e força, aos ferroviários, ao dos portos e outros. [...] "Há muitos anos, porém, repetimos os conselhos higienistas e dos que tenham experiência dos fatos, favoráveis à execução e à exploração pública, pois

---

<sup>8</sup> Durante a pesquisa, e a partir do livro *O Saneamento no Brasil: Políticas e Interfaces*, de Rezende e Heller (2008), é destacado o papel do engenheiro Saturnino de Brito que foi um grande defensor das tecnologias apropriadas e um observador da dinâmica das cidades brasileiras, com todas as suas variáveis físicas, culturais, sociais e econômicas. (REZENDE; HELLER, 2008, p. 131)

em todos os casos está ficando sendo responsável pela salubridade local. (BRITO, 1944, p. 6-7, nota de edição)

Saturnino (1944) evidencia os problemas na execução dos serviços devido à falta de investimentos, o que conseqüentemente gera dificuldades no desenvolvimento das ações, apontando ainda as questões políticas que influenciavam estas condições. Que por conta deste cenário, abriam-se os serviços para a execução via empresas privadas. Saturnino se posicionava em favor da via pública na execução dos serviços, considerando que este setor era o responsável pela salubridade do país, enfatizando ainda a importância da gestão local dos serviços.

No relatório sobre Uberaba, o engenheiro traz informações acerca da quantidade de habitantes<sup>9</sup>, e como se encontravam as condições de abastecimento de água e esgotamento sanitário, realizando estudos para definição de qual rio se utilizaria para a captação de água e estruturação da rede, a destinação dos resíduos dos esgotos, além de análise acerca da topografia das regiões, e custos e organização dos trabalhos.

[...] na cidade existem nascentes de vários cursos que se abrem em leque nos quadrantes de Este a Sul e de Sul a Oeste. Estas nascentes que pertencem ao Patrimônio Municipal, foram deixadas ao gozo dos proprietários das terras. Algumas foram aproveitadas por estes para a exploração da água, captada, canalizada e distribuída na cidade a várias casas. A princípio isto se fez por iniciativa dos moradores da cidade que se cotizaram para abastecerem as suas casas, tendo entrado em acordo com os proprietários que dispunham de pequenas nascentes. A seguir, donos de outros pequenos mananciais que circundam a cidade, estabeleceram canalizações de distribuição d'água, com o fim de vendê-la aos moradores das casas que quisessem estabelecer derivações e se obrigassem ao pagamento de taxa que arbitraram por torneiras. A Câmara Municipal, atendendo ao serviço prestado por iniciativas individuais, na impossibilidade de uma pronta resolução pela execução de um serviço plenamente satisfatório, consentiu que fossem estabelecidos nas ruas condutos de distribuição e cobrou pequeno imposto sobre o uso da água. (BRITO, 1944, p. 181)

O abastecimento de água era feito de forma precária e por meio de acordos com os então “proprietários das nascentes”, que caracteriza bem o período pela não intervenção do Estado nos serviços públicos e de interesse da população.

No que se refere ao esgotamento sanitário o engenheiro, não apresenta com clareza as condições no período, abordando as questões da elaboração do projeto, e afirmando que será aproveitada apenas a rede coletora de uma rua da cidade.

O projeto que organizamos, - estando de acordo com os princípios estabelecidos do sistema separador absoluto. - compreende a rede dos coletores que deverão receber os dejetos das casas situadas nas ruas existentes e nas ruas projetadas para a expansão da cidade; esses coletores fluem para os coletores principais a construir nas avenidas ao longo dos cursos naturais. (BRITO, 1944, p. 225)

---

<sup>9</sup> Cerca de 18 mil habitantes, considerando cerca de 3 mil casas, com 6 habitantes em cada. (BRITO, 1944)

Saturnino (1944) aponta no projeto sobre captação de água três opções de rios, visto que as nascentes serão insuficientes para o abastecimento de água da população cada vez mais crescente, trazendo estudos acerca da qualidade da água das nascentes e dos rios que cortam a cidade. Consideradas as águas dos rios contaminadas, e da maioria das nascentes também, sendo as que não estavam contaminadas, poderiam ser contaminadas facilmente pela rede de distribuição. (BRITO, 1944)

O projeto apresentado por Saturnino (1944), era realizado a partir de técnicas modernas para a época, com referência internacional, incluindo uma estação de recepção de esgoto para a utilização da técnica de sedimentação.

O engenheiro finaliza o relatório com o item “Preços e Processos de Execução”, em que além de trazer as questões técnicas, se posiciona perante a Câmara Municipal, sobre a concessão do saneamento às empreiteiras e ou empresas, escrevendo:

A 5 de maio escrevemos ao ilustrado Sr. Dr. João Henriques, agente executivo da Câmara Municipal de Uberaba:

“Desde que os meus estudos e trabalhos incidiram sobre os problemas de saneamento das nossas cidades, compreendi as grandes responsabilidades partilhadas pela administração pública e pelo técnico sanitário na organização dos projetos e na execução dos serviços. Estas responsabilidades normalmente não devem ser outorgadas a empreiteiras ou a empresas.

“Essa é a regra estabelecida por todas as autoridades na questão, e confirmada na generalidade dos casos concretos, a ponto de estar sempre na ordem do dia, - nas cidades mais importantes e mais cuidadosas na gestão de cousas públicas -, a municipalização dos serviços sanitários que estejam entregues à exploração por empresas. Essa é a regra que, há anos, venho sempre lembrando às nossas administrações públicas, em várias publicações e em pareceres ou relatórios não publicados. Portanto tenho sobre o caso opinião firmada e confirmada pelo que sei da experiência; não tenho razões para modificar; ao contrário.

“Apelam alguns para a boa fiscalização. Não há fiscalização que possa evitar certos inconvenientes das empreiteiras e da exploração por empresas, nessa ordem de trabalhos, como não há que fiar de um modo absoluto, das seguranças oferecidas pela idoneidade dos representantes das empresas.

“O “capita” é exigente para que o seu próprio serviço (juros e amortização) se faça a contento; fatalmente serão sacrificados os serviços de ordem sanitárias, nos quais tenha sido aplicado, desde que a renda seja insuficiente.

“Abstenho-me, portanto, de entrar na apreciação das negociações para a realização desses serviços por adjudicação, deixando por inteiro à administração pública as responsabilidades da sua resolução. Mas, isso não significa recusar o meu concurso de técnico para o estudo das questões técnicas e para obter-se a melhor execução dos trabalhos compatível com o processo preferido pela administração pública. Respeito as boas razões que esta terá para preferir o processo que eu considero menos conveniente, processo, aliás, ainda em voga e preferido em muitas cidades, - e ajudá-la-ei no que possível for. Então, baseado, no que acima disse, acrescentarei: “não convém procurar restringir os lucros razoáveis da empresa; é preciso que ela ganhe bastante, “honestamente” (isto é, de acordo com o contrato) para que sejam evitadas as possibilidades de um serviço prejudicial à salubridade local. É o que tenho dito e repetido em casos análogos.

Saturnino (1944) chama atenção para a realização dos serviços de saneamento por empresas, que buscam lucro, e que não vão ter interesses em garantir um serviço público, que inclusive garanta retornos para o próprio município. Defendendo também a municipalização

dos serviços, e enfatizando que o saneamento é de responsabilidade pública. Sendo uma declaração feita com propriedade, de quem tem conhecimento e experiência acerca do saneamento e sua importância.

A partir do desenvolvimento e modernização da cidade, com início por volta da década de 1940, se tem a necessidade de implantação de serviços públicos, como os de saneamento, visto que, com o desenvolvimento ocorreu o aumento da população e do perímetro urbano. Os registros sobre o saneamento em Uberaba, além do relatório citado anteriormente, foram encontrados no site do Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba – CODAU. Trazendo informações gerais sobre o desenvolvimento dos serviços na cidade.

De acordo com o CODAU, o início das atividades ocorreu em 1966, quando o Departamento de Água e Energia, gerido pela prefeitura, passou a ser uma empresa de economia mista<sup>10</sup>, com o nome de Companhia de Águas de Uberaba, que investe na construção de Centros de Reservação, e numa segunda Estação de Tratamento de Esgoto. No ano de 1998 passa a se constituir como autarquia, transformando-se em Centro de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba. (CODAU, 2017, *online*)

Apesar de não se ter dados detalhados acerca do desenvolvimento do saneamento em Uberaba, nota-se que os serviços eram municipalizados, iniciando com um departamento, e a criação de uma companhia da própria cidade, esse aspecto colabora para alguns resultados que se tem registrado no Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento – SNIS. Com dados a partir do ano de 2002, quando os serviços de saneamento já estavam sob administração do CODAU, tem-se registros referentes ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, e tratamento do esgoto.

**Quadro 1: Atendimento dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Uberaba pelo CODAU 2002-2006.**

Ano de Referência	População Total (Mil Hab.)	População atendida por abastecimento de água	População atendida por esgotamento sanitário
2002	261.457	251.780	249.613
2003	265.826	258.625	256.013
2005	280.060	277.258	274.458
2006	285.093	282.072	282.221

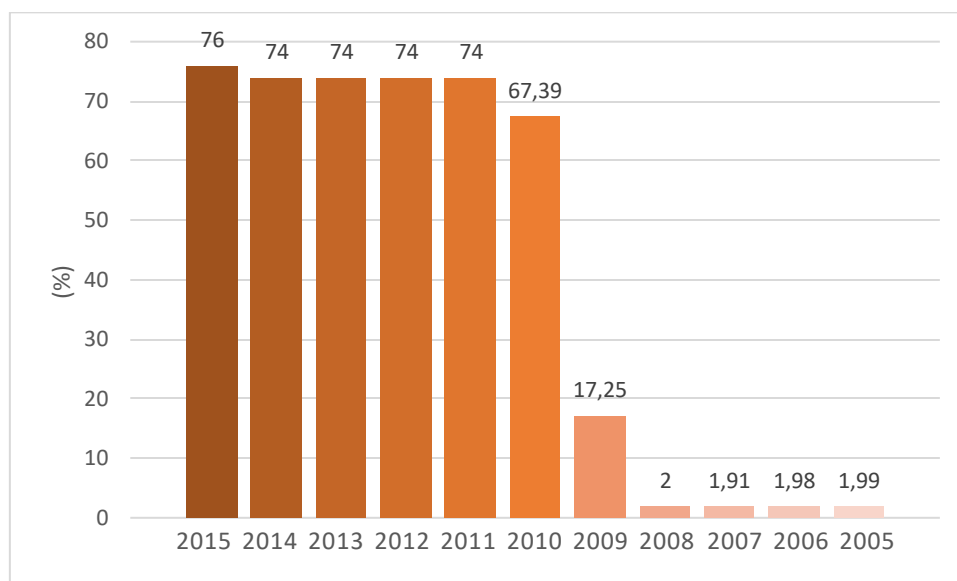
<sup>10</sup>“[...] são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, criadas por lei, para a exploração de atividade econômica, na forma de sociedade anônima, cujas ações, com direito a voto, pertençam em sua maioria ao Estado ou a entidade da administração indireta.” (Decreto-lei n. 200/1967 apud SIMÕES, 2014, p. 50)

Fonte: IBGE e SNIS, 2017. (Os dados do ano de 2004 não constam nas informações do SNIS)

Os índices de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos anos apresentados, demonstram que os serviços chegaram por volta de 96% da população total, o que representa, comparado a outras cidades, um índice elevado. Outro aspecto importante, no que se refere à Uberaba, é o atendimento de esgotamento sanitário acompanhar o índice de abastecimento de água, fato que como vimos anteriormente, acontece de forma desequilibrada.

O SNIS traz os dados referentes ao tratamento de esgoto desde 2005, nos anos anteriores o índice está em zero (0%).

**Gráfico 1 - Índice tratamento de esgoto sanitário em Uberaba 2005-2015**



Fonte: SNIS, 2017.

Os números referentes ao tratamento de esgoto em Uberaba são alarmantes, tendo uma alta só em 2010, que em análise aos dados disponibilizados no site do CODAU, em 2009 aconteceu a inauguração de uma estação de tratamento, que possibilita o tratamento na casa dos 76%, o que pode justificar o salto de 17% para 67% do índice de tratamento.

Na apresentação do CODAU, estão o “nosso negócio”, “visão e missão”, que mostram os objetivos e responsabilidades da autarquia com a cidade, a população e o meio ambiente. Sendo então de sua competência exclusiva o exercício das atividades relacionadas com os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município, bem como os serviços nas redes públicas, com o objetivo de “prestação de serviços de captação, tratamento, reservação e distribuição de água portátil; coleta, transporte e tratamento dos esgotos sanitários, no âmbito urbano e rural. (CODAU, 2017, *online*)

Segundo o IBGE, a partir censo de 2010, a população de Uberaba era de 295.988 habitantes, com estimativa de 325.279 em 2016, e apresentando 97,2% de esgotamento

sanitário. De acordo com o SNIS, em 2010, eram 293.190 pessoas com abastecimento de água, e 290.258 habitantes com esgotamento sanitário, o que representa 99% de abastecimento de água, e 98% de esgotamento sanitário.

Em 2013 inicia-se as atividades para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Uberaba. Ao pesquisar sobre o plano, via internet, localiza-se um site denominado PMSB (Plano Municipal de Saneamento Básico), com abas de acesso com informações, tais como: “o que é o PMSB?”, que apresenta brevemente o conceito e sua importância; logo abaixo uma aba “Delegados”, constando não existir delegados cadastrados; “Notícias”, com quatro matérias do ano de 2013, que informam acerca do início de microconferências a serem realizadas, sobre o avanço na formatação do plano, e a última, de 02 de outubro de 2013, informando a respeito da audiência realizada, com a apresentação do diagnóstico de saneamento básico em Uberaba. Sendo a próxima fase a elaboração do Prognóstico, definição dos projetos e obras para os próximos 20 anos; outra aba que compõe a página é a de “Reuniões”, que está dividida em zona urbana, rural, universidades e geral, porém todas informam que não há reuniões cadastradas; a penúltima aba é denominada de “Provisões”, dividida entre água, esgoto, drenagem, resíduos sólidos, ambiental, social e geral, constando em todos os itens a frase que não existem provisões cadastradas; a aba de “Produtos”, é a última, que traz uma breve introdução sobre a elaboração do plano, e os documentos intitulados como Produtos, que vão do I ao VI relatórios, além da Lei n. 12.146/2015, que dispõe sobre a Política e o Plano Municipal de Saneamento Básico de Uberaba. (PMSB, 2017, *online*)

A página, aparentemente, foi criada para ser alimentada com informações sobre o desenvolvimento da elaboração do plano, e para o acompanhamento das ações em saneamento em Uberaba. Porém percebe-se que a página está sem atualização de informações, contendo apenas algumas notícias sobre a elaboração do plano, e os documentos. Serão utilizados os seguintes documentos: Produto II – Anexo II – Sistematização das microconferências, que traz informações sobre a mobilização social para elaboração do plano, e o resultado das conferências; o Produto III – Prognósticos e alternativas; e incluindo um estudo sobre a lei que dispõe sobre a Política e Plano Municipal de Saneamento Básico. Destacando que os documentos (Produtos) são do ano de 2013, e a lei de 2015. (PMSB, 2017, *online*)

Nos documentos constam a logomarca da empresa DRZ Geotecnologia e Consultoria, que compôs a elaboração do PMSB, na construção dos relatórios, participando das microconferências, na explanação, esclarecimentos e questionamentos para a elaboração do plano. As microconferências foram realizadas no período noturno, entre os dias 15 a 30 de abril e os dias 06 a 24 de maio de 2013, com doze (12) encontros na área urbana, cinco (5) nas

universidades e dez (10) na área rural. A sistematização das microconferências foram organizadas em tabelas, divididas por locais, apresentando os principais problemas, e as propostas respectivamente, e separadas por serviços, ou seja, Sistema de Abastecimento de Água, Sistema de Esgotamento Sanitário, Limpeza urbana e Manejo de resíduos sólidos, e a Drenagem urbana e Manejo de águas pluviais.(PMSB, 2017, *online*)

Conforme os índices apresentados anteriormente, e trazidos também na Revista Uberaba, divulgada pela Prefeitura Municipal, direcionada aos empresários, a cidade conta com 99,9% dos imóveis atendidos com rede de água, 98% dos imóveis com rede coletora de esgoto, e 98% do esgoto tratado. (PMU, 2017, *online*)

Acompanhando de certa forma, com algumas diferenças, os dados do SNIS e do IBGE, porém conforme apontam Rezende e Heller (2008) os dados disponibilizados nem sempre consideram todos os parâmetros para o atendimento dos serviços, prova disso é o documento de sistematização das microconferências para a elaboração do PMSB, que trazem dados para a visualização de como se encontram os serviços de saneamento em Uberaba. As microconferências contaram com a participação de 2.116 pessoas, de acordo com as tabelas onde constam o número de participantes em cada reunião. Os dados foram organizados a partir das demandas que mais se repetiram e separados por serviços.

No que se refere ao sistema de abastecimento de água, foi feito um levantamento, dentre os principais problemas apontados, em que serão apresentados os que mais se repetiram entre as reuniões.

## **Quadro 2: Principais problemas apontados pela população referentes ao abastecimento de água nas microconferências**

<b>Principais problemas no abastecimento de água em Uberaba/MG</b>
Vazamento na rede;
Uso excessivo, desperdícios;
Quantidade mínima de mata ciliar ao longo do rio Uberaba prejudicando a qualidade da água;
Poluição das nascentes;
Insuficiência nos serviços de vazamento de água;
Deficiência no sistema de abastecimento de água;
Inexistência de estudos e planejamento para avaliar o impacto de novos bairros para a rede de água local;
Insuficiência nos serviços de distribuição: problemas como vazamentos na rede e escassez de água;
Necessidade de melhorias na qualidade da água, especialmente com relação a sujeira e o excesso de cloro;
Ineficiência nos serviços de fiscalização acerca das ligações clandestinas na rede de água;

Poluição por dejetos despejados nos rios, entre eles córrego dos Carneiros;
Deficiência na preservação das nascentes;
Tarifação elevada;
Inexistência de comunicação acerca da falta de água;
Necessidades de outras fontes para o abastecimento de água;
Inexistência de mecanismos de reaproveitamento de água;
Sistema de tratamento de água diferenciado entre o atendimento da população rural e a população urbana;
Invasões e atos de vandalismo no reservatório da comunidade;
Passagem de ar no hidrômetro interferindo na medição do consumo de água;
Sistema de tratamento de água de menor custo e manutenção no meio rural do que no meio urbano; anseio da população em informações de qualidade da água;
Deficiência em limpeza e manutenção do reservatório;
Falta de acesso a água potável em novo conjunto de casas populares;
Cobrança de taxa alta por um tratamento simplificado da água comparado ao da cidade;
Inexistência de sistema de abastecimento de água na região (Parque do Café e Comunidade Santa Fé);
Falta de proteção da nascente do rio Uberaba;
Falta de conhecimento sobre a qualidade da água dos poços residenciais;
Contaminação de nascentes e lençol freático por agrotóxico;
Dificuldade em denunciar vazamentos.

Fonte: (PMSB, 2013, *online*). Org. por MENEZES, 2018

Pode-se observar que os problemas enfrentados pela população de Uberaba, no que diz respeito ao abastecimento de água, vai além da implantação da rede de distribuição de água. Trazendo principalmente, questões relacionadas a preocupação com o recurso natural, com o desperdício, e contaminação de nascentes, rios e córregos, apontando para a falta de estudos e planejamento na construção dos novos bairros, e ainda denunciando a falta de preservação da nascente do rio Uberaba (fonte de abastecimento da cidade), bem como da falta de proteção por mata ciliar no percurso do rio. A participação da população se mostra extremamente importante, devido os aspectos apontados, que vão na direção da disponibilidade dos serviços, mas destacando a importância da preservação do recurso natural. Ao denunciar a contaminação de nascentes pelo uso de agrotóxicos, chama atenção para o grande poder destrutivo das produções do setor do agronegócio, que por sinal é bem forte na região, contaminando principalmente a água e o solo, e provocando o desmatamento, trazendo graves problemas para a saúde da população e a degradação ambiental.

### Quadro 3: Principais problemas apontados pela população referentes ao esgotamento sanitário nas microconferências

Principais problemas no esgotamento sanitário em Uberaba/MG
Lançamento de efluente doméstico no rio Uberaba;
Necessidade de fiscalização principalmente em redes de coleta de esgotamento sanitário;
Redes de esgoto deficitárias em alguns bairros;
Quantidade insuficiente de bocas de lobo na comunidade;
Ligações irregulares de rede de drenagem pluvial em rede de coleta de esgoto;
Inexistência de fossas sépticas na área rural;
Rede de esgoto obsoleta (vazamentos e mau cheiro);
Problemas com o despejo dos efluentes industriais no bairro;
Inexistência de rede de esgoto no bairro, mais especificamente próximo a Ponte Alfredo Freire;
Falta de banheiros públicos, principalmente em praças movimentadas;
Ligações clandestinas na rede de esgoto local;
Valor inadequado às condições da população do bairro em relação as tarifas cobradas pelos serviços da rede de esgoto;
Lançamentos irregulares de efluentes industriais e domésticos em córregos de Uberaba;
Utilização irregular de fossas sépticas, decorrendo em contaminação do solo;
Deficiência e/ou inexistência na coleta e tratamento de esgoto na área rural;
Retorno de esgoto em períodos chuvosos;
Necessidade de ampliar a rede de esgoto local;
Problemas relacionados ao escoamento de produtos químicos utilizados para lavar automóveis;
Tarifação elevada do tratamento de esgoto;
Sistema de tratamento ineficiente na comunidade;
Falta de limpeza da fossa séptica que sofre extravasamento, contribuindo com o mau cheiro na região e a poluição do córrego do quartel, nascentes e solo;
Suspeita de utilização de fossa negra <sup>11</sup> na comunidade, decorrendo a riscos de contaminação do solo e lençol freático;
Falta de universalização do serviço de esgotamento sanitário na comunidade;
Degradação de nascentes e córregos;

<sup>11</sup> Escavada diretamente no terreno, ela não possui revestimentos. Os resíduos caem diretamente no solo, sendo assim eles podem se infiltrar na terra, contaminando o ambiente e tornando-se mais prejudicial à saúde. Não deve ser utilizada próximo a poços e mananciais. No caso da fossa negra, é preciso que seja esvaziada e tratada com mais frequência. (HIGITEC, 2017, *online*)

---

Inexistência de tratamento prévio da água residuária em postos de combustíveis e lava jatos;

---

Ineficiência no atendimento ao chamado para limpeza de fossa, conserto de poço de visita danificado e aberto frente à escola com risco de acidente e vazamento de esgoto;

---

Diferente tipo de tratamento de esgoto utilizado em meio urbano e meio rural e cobrança de mesma tarifa para ambos os serviços;

---

Lançamentos irregulares de efluentes industriais em rede de esgoto doméstico;

---

Falta de interceptores, principalmente na área central, decorrendo em mau cheiro.

---

Fonte: (PMSB, 2013, *online*). Org. por MENEZES, 2018

Conforme os dados anteriores, Uberaba conta, em 2013, com 98% de rede de esgoto e tratamento do esgoto, porém, apesar da quantidade de pessoas que participaram das microconferências, e não há como discutir quanto aos dados quantitativos, para expressar a quantidade desses problemas na cidade, mas os que foram apresentados mostram que a cidade ainda precisa avançar muito em relação ao esgotamento sanitário, principalmente acerca da contaminação de rios por atividades industriais, e a construção de fossas sépticas<sup>12</sup> nas áreas rurais, demandas apresentadas pela população, e que dizem respeito a prefeitura e CODAU na intervenção das mesmas.

Na limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos também são apresentadas questões de falta de alguns serviços, e a necessidade de melhorar os que estão em funcionamento. A coleta seletiva pública é inexistente, o serviço prestado se dá por meio de duas cooperativas e ainda se encontra concentrada em apenas alguns bairros da cidade, em outros houve a instalação de Ecopontos, que apresentam problemas de localização, e coleta dos resíduos. Foram apresentados dois aspectos que chamam a atenção para uma discussão ainda mais ampla, no sentido de se pensar para além de Uberaba, o reaproveitamento de biogás gerado no aterro, e a deficiência em programas de logística reversa<sup>13</sup>. Nota-se que frequentemente são lançadas pesquisas acerca da importância do reaproveitamento de embalagens e produtos, além de fontes de energia renováveis para a preservação ambiental, o que conseqüentemente favorece a população, porém os fabricantes ainda não tiveram interesse na adoção desses instrumentos. O

---

<sup>12</sup> A fossa séptica é um tanque impermeável onde os esgotos brutos (não tratados) permanecem por algumas horas, antes de serem lançados no solo ou numa rede de coleta. Nele, microrganismos existentes naturalmente nos esgotos, mineralizam parte da matéria orgânica, gerando lodo (que deve ser retirado, pelo menos, uma vez ao ano), gases, espuma e efluente. (HIGITEC, 2017, *online*)

<sup>13</sup> De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a logística reversa é "instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada." (POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 2010, *online*)

que vem causando problemas graves, como a enorme geração de resíduos, quadro que poderia ser revertido com a utilização da logística reversa, pois a quantidade de resíduos seria diminuída gradativamente, e os fabricantes poderiam utilizar a política de reaproveitamento de materiais, o que diminuiria também a exploração de matérias primas naturais.

**Quadro 4: Principais problemas apontados pela população referentes a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos nas microconferências**

<b>Principais problemas na limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos em Uberaba/MG</b>
Inexistência de coleta seletiva em algumas regiões;
Necessidade de serviço de varrição contínuo;
Grande geração de resíduos no município;
Disposição de poucos pontos de coleta de resíduos de construção civil de pequenos geradores;
Debilidade na higienização do município;
Inexistência de cestos nas ruas para o depósito de materiais recicláveis;
Ineficiência dos mecanismos que buscam conscientizar estabelecimento acerca de como se desfazer dos resíduos;
Falta de divulgação acerca dos Ecopontos;
Fragilidade das cooperativas municipais;
Necessidade de informação e educação da população em relação aos resíduos sólidos;
Despejo inadequado de resíduos;
Falta de reaproveitamento de biogás gerado no aterro;
Queima de resíduos dispostos irregularmente;
Lançamento irregular de efluentes potencialmente contaminantes em rede de esgotamento sanitário;
Inexistência de mecanismos de reaproveitamento de matéria orgânica;
Inexistência de coleta e disposição final adequada à resíduos eletrônicos;
Deficiência em programas de logística reversa;
Depósito irregular de resíduos principalmente no km 822;
Valor de taxa de coleta de resíduos considerado alto pela população da comunidade;
Possível contaminação da população e meio ambiente por resíduos de serviços de saúde.

Fonte: (PMSB, 2013, *online*). Org. por MENEZES, 2018

Em Uberaba a questão da drenagem urbana e manejo de águas pluviais é conhecida principalmente pelas enchentes que acontecem no centro da cidade, evidenciando suas causas nos problemas apresentados nas microconferências, como a falta de drenagem pluvial em bairros antigos, e o grande volume de água que são direcionadas dos bairros altos as áreas centrais. Além de águas pluviais serem escoadas para a rede de esgoto, e problemas de

infraestruturas nas ruas calçadas, e o escoamento de resíduos químicos de estabelecimentos comerciais.

**Quadro 5: Principais problemas apontados pela população referentes a drenagem urbana e manejo de águas pluviais nas microconferências**

<b>Principais problemas na drenagem urbana e manejo de águas pluviais em Uberaba/MG</b>
Falta de drenagem pluvial em bairros antigos;
Grande volume de água pluvial das regiões mais altas direcionados a área central (vale) do município;
Inexistência de mecanismos para reaproveitar a água de chuva;
Insuficiência do sistema de drenagem;
Insuficiência de mecanismos que possam desobstruir as bocas de lobo;
Necessidade de mecanismos de contenção de enchentes;
Grande volume de água pluvial escoada para a rede de esgoto ocasionando mau cheiro;
Inexistência de dispositivos que fiscalizem a área verde e área permeável nos bairros;
Deficiência no sistema de manutenção das ruas, passeios e implementação dos passeios ecológicos no bairro;
Precariedade do asfalto no bairro, no sentido de ter muitos buracos e dificultar o processo de drenagem;
Necessidade de aumentar o número de áreas verdes e áreas permeáveis no bairro;
Insuficiência de mecanismos para fiscalizar as empresas de óleos e lubrificantes, e borracharias do bairro com relação ao escoamento;
Problemas relacionados a erosão no bairro;
Enchentes frequentes principalmente em avenidas centrais de Uberaba;
Obras de ampliação de drenagem inacabadas;
Retorno de esgoto nas residências em períodos chuvosos;
Retorno de esgoto nas residências em períodos chuvosos;
Enchentes e formação de sulcos e erosões em estradas, decorrentes da água pluvial.

Fonte: (PMSB, 2013, *online*). Org. por MENEZES, 2018

A participação popular se mostrou extremamente importante nas decisões públicas, como já foi discutido anteriormente, é a população que sabe realmente dos problemas que acontecem na cidade, e é a partir da população que se tem a possibilidade de resolução, desde que a gestão tenha interesse em atender essas demandas. Como foi exposto no documento que sistematizou os principais problemas em relação ao saneamento em Uberaba, as questões trazidas pela população vão para além da instalação de rede água e esgoto, podemos refletir que vão além até dos índices tão utilizados para o “*marketing*” da cidade, afim atrair interesses no desenvolvimento industrial, e econômico. Esses problemas apontados trazem de fato as necessidades para se chegar no saneamento básico com caráter universal, com intersetorialidade

e equidade, demonstrando a preocupação com a melhoria na qualidade dos serviços prestados à população, e com a preservação ambiental.

A partir desse documento, que contou com a participação da população, foi elaborado outro contendo o prognóstico e alternativas para a universalização dos serviços. Abordando, nos primeiros itens a importância de mecanismos de articulação e integração das políticas, programas e projetos de saneamento básico com outros setores correlacionados, visto que o saneamento tem relação com diversas políticas, principalmente as de meio ambiente, saúde, habitação, educação, dentre outras, e para garantir a intersetorialidade aponta-se a utilização de um sistema de informações integradas, com o objetivo de uma gestão sistêmica, com eficiência e efetividade. Abordando também alternativas para a gestão dos serviços públicos de saneamento básico, apresentando as formas de gestão existente (consórcio público, autarquia, sociedade de economia mista, parceria público privada). O modelo adotado em Uberaba é o de gestão por meio de autarquia, o CODAU, que presta serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário<sup>14</sup>, demonstrando a possibilidade de ampliação dos serviços, em curto prazo, de drenagem e manejo das águas pluviais, em médio prazo de coleta e destinação final de resíduos sólidos. (PMSB, 2013, *online*)

Com base na situação das demandas no saneamento básico, de 2013 em Uberaba, projeções das futuras demandas, considerando o aumento da população e conseqüentemente dos serviços, e no sentido de garantir a prestação dos serviços, o documento estabelece que devem ser consideradas as seguintes ações institucionais: criação de agência reguladora, ou a reformulação do Comitê Municipal de Regulação Técnica, pois o atual não tem representatividade, por não haver participação popular; a criação de um programa de fiscalização de obras através do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, e a criação de um banco de dados multifinalitário para o município. Além de trazer tabelas que apresentam “Carências atuais”, e as respectivas alternativas.(PMSB, 2013, *online*)

As alternativas apresentadas para o abastecimento de água foram:

---

<sup>14</sup>“O serviço de água é cobrado através de uma tarifa mensal relacionada ao volume de água consumida pelo usuário. O volume gasto pelo usuário é quantificado com a utilização de hidrômetros (micro medidores). O serviço de esgotamento sanitário também é cobrado na própria conta de água através de um percentual de retorno da água consumida para a rede coletora, estimado pela autarquia. O serviço de coleta e destino final de resíduos sólidos é subsidiado por uma parcela da cobrança do IPTU. No entanto, em geral este valor não cobre os custos operacionais e de recursos humanos, fazendo com que a prefeitura municipal tenha que alocar recursos de outras fontes. Com relação ao serviço de drenagem e manejo das águas, não existe forma de cobrança, dessa maneira todas as obras e manutenções realizadas são custeadas pela prefeitura através de outras fontes ou em forma de convênios com programas do governo estadual e federal.” (PMSB, 2013, *online*)

## Quadro 6: Principais alternativas propostas para o abastecimento de água

Principais alternativas para o abastecimento de água em Uberaba/MG
Aumentar a rede de distribuição de água e ampliar a reservação individual e coletivas (barragens.);
Implantar plano de emergência e contingência da água no município de Uberaba;
Otimizar os serviços de manutenção principalmente relacionadas a vazamentos na rede de água e agilidade no atendimento;
Criar e implantar plano de redução de energia elétrica nas estruturas do CODAU e Prefeitura Municipal;
Implantar programa de capacitação profissional para os servidores públicos municipais;
Implantar plano de cargos e salários uniformemente para todos os servidores públicos do município;
Implantar plano de combate a incêndio nas estruturas do município;
Identificar os pontos de perdas na rede de distribuição de água;
Reavaliar o sistema de abastecimento de água, principalmente quanto ao tratamento e qualidade (controle de cloro residual);
Adquirir novos equipamentos e ferramentas para o setor de manutenção da autarquia municipal responsável pelo abastecimento de água no município;
Revitalização e proteção de rios e nascentes locais;
Ampliar os pontos de coleta para análise da qualidade da água dos sistemas de tratamento dos distritos;
Implantação de válvulas retentoras de ar para melhor funcionamento dos hidrômetros;
Realização de pesquisas de satisfação ou aproveitamento de informações durante a realização dos serviços do CODAU;
Realizar outorga de poços profundos do CODAU situados na área rural;
Promover educação ambiental quanto ao uso racional da água;
Transposição de água de outras bacias hidrográficas;
Promover campanha para o aumento de reservação individual;
Cadastrar as redes de água, adutoras e linhas de recalque georreferenciado a um SIG;
Automatização do sistema de captação, reservação e distribuição de água;
Aprimorar os serviços de atendimento ao público.

Fonte: (PMSB, 2013, *online*). Org. por MENEZES, 2018

As alternativas propostas trazem ações além das que foram apresentadas anteriormente nas microconferências, como a questão de capacitação dos servidores, e a pesquisa de satisfação, que na tabela está associada a resolução da falta de controle social, pensado aqui de forma reduzida, como apenas uma pesquisa de satisfação, e não como participação popular na gestão e tomadas de decisões. As ações propostas são essenciais, porém precisam ser acompanhadas, para a verificação de sua realização.

Com referência ao esgotamento sanitário, as alternativas preveem a resolução dos problemas levantados, incluindo no saneamento básico a revitalização de córregos e nascentes, e a construção e finalização de obras.

### **Quadro 7: Principais alternativas propostas para o esgotamento sanitário**

<b>Principais alternativas para o esgotamento sanitário em Uberaba/MG</b>
Necessidade de controle das ligações irregulares de esgoto na rede pluvial e condução para a rede coletora e separadora absoluta dos esgotos coletados;
Criação e implantação de programa de educação ambiental que vise o contexto geral do uso do equipamento público e a maneira correta de fazer as ligações na rede de esgotamento sanitário;
Construção de interceptores e ampliação de rede coletora de esgoto para os bairros e comunidades ainda não atendidos pela rede de esgoto;
Realização de pesquisas de satisfação ou aproveitamento de informações durante a realização dos serviços do CODAU;
Otimização de serviços de limpeza e manutenção de bocas de lobo e controle de vazamentos;
Termino da obra de ETE <sup>15</sup> Conquistinha;
Construção de rede coletora de esgoto;
Construção das elevatórias (EEE <sup>16</sup> ) na bacia do rio Grande direcionando para as ETES;
Sistema de coleta e tratamento de esgoto do tipo RAFA <sup>17</sup> nos distritos, e ampliação do sistema de rede de coleta;
Finalizar o projeto do forno ultra violeta da ETE Francisco Veludo;
Construção dos interceptores para interligação das redes coletora e encaminhamento dos efluentes para os emissários;
Otimizar os serviços de manutenção do esgotamento sanitário, principalmente com relação a vazamentos;
Manutenção e limpeza das fossas existentes, readequação de sistema de tratamento de esgoto e revitalização de córregos e nascentes;
Ação temporária até serem construídas os RAFA.

Fonte: (PMSB, 2013, *online*). Org. por MENEZES, 2018

A limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, vão além da abrangência da coleta dos resíduos, implicando a implantação efetiva da coleta seletiva, e educação ambiental da população, bem como fiscalização de comércios e indústrias na realização correta do manejo dos resíduos gerados. Observa-se o direcionamento para o incentivo fiscal para empresas privadas, e tarifação dos serviços.

### **Quadro 8: Principais alternativas propostas para a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**

<sup>15</sup> Estação de Tratamento de Esgoto.

<sup>16</sup> Estação Elevatória de Esgoto.

<sup>17</sup> Reator anaeróbico de fluxo ascendente

---



---

**Principais alternativas para a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos em Uberaba/MG**

---



---

Promover melhorias e o aumento da abrangência da coleta seletiva no município no intuito de aumentar o volume de materiais coletados e reciclados;

Realizar campanhas de sensibilização da população quanto à importância da reciclagem dos resíduos coletados bem como a disposição adequada de resíduos, e implantar a coleta seletiva no município;

Disponibilizar espaço físico ou mecanismos que facilitem a instalação das empresas recicladoras existentes e novas empresas;

Ampliar a equipe de prestação destes serviços, a frequência da prestação dos serviços, bem como os equipamentos utilizados, visando a aumentar as áreas atendidas, principalmente nos distritos;

Investimentos públicos, na forma de redução de impostos para as entidades que realizem a coleta e destinação dos resíduos sólidos recicláveis;

Ampliar a rota de coleta de resíduos sólidos visando atender 100% do meio rural (áreas não urbanizadas);

Incentivos fiscais às empresas privadas recicladoras de resíduos. (Lei municipal nº 9.110/2003; art. 3º; art. 4º; art. 5º e art. 6º);

Cumprimento da lei municipal 10.697/2008, principalmente o art. 108. Reorganizar o sistema de gestão dos grandes geradores de resíduos;

Aquisição de nova área limdeira ao aterro atual se a política do município seguir com a gestão desse serviço, projeto e construção de novo aterro;

Maior utilização do aterro particular SOMA e/ou Consorcio caso a política do município é terceirizar a gestão desse serviço;

Programa de recuperação de áreas degradadas (lixões, depósitos de RCC<sup>18</sup>, áreas contaminadas);

Realinhamento tarifário do IPTU, podendo utilizar como base os indicadores I006 e I011 do SNIS;

Estruturação e ampliação do sistema de ecopontos e promoção da diversificação e volumes de resíduos a serem recebidos.

Fonte: (PMSB, 2013, *online*). Org. por MENEZES, 2018

A maior parte das alternativas para a drenagem urbana são de cunho estrutural, principalmente de obras e acompanhamento das redes de drenagem, visto que a cidade sofre a anos com inundações, e problemas de mal cheiro nas áreas centrais. Um aspecto importante trazido nas ações, é a elaboração de um Plano Municipal de Recursos Hídricos, para a implantação de diretrizes no setor, de forma que iria colaborar para as ações de saneamento, sendo duas políticas totalmente articuladas.

**Quadro 9: Principais alternativas propostas para a drenagem urbana e manejo de águas pluviais**

---



---

**Principais alternativas para a drenagem urbana e manejo de águas pluviais em Uberaba/MG**

---



---

<sup>18</sup> Resíduos de Construção Civil.

---

Adquirir equipamentos para limpeza e manutenção das redes e dispositivos de drenagem urbana, garantindo a eficiência e a durabilidade dos componentes do sistema;

---

Contratar empresa especializada para fazer cadastro georreferenciado das redes de drenagem e equipamentos existentes no município;

---

Monitorar periodicamente os locais de descarte dos emissários finais do sistema de drenagem urbana, levando em consideração a conservação e a eficiência dos dissipadores;

---

Criação de central de atendimento dentro da secretaria responsável pelo serviço, com funcionamento efetivo e o objetivo de receber as denúncias de irregularidades constatadas pela população;

---

Elaboração de um Plano Diretor de Drenagem Urbana, a fim de nortear as ações referentes ao serviço de manejo de águas pluviais, além de angariar recursos em fundos externos ao município que garantam a universalização do serviço;

---

Construção de 100% de microdrenagem no município (área urbana);

---

Construção de novas Lagoas (projeto existente) e concepção de projetos para futuras áreas;

---

Concluir o Projeto Água Viva com implantação de nova galeria na Av. Santos Dumont, com dimensionamento para atender a demanda atual e futura;

---

Contratar projeto de continuidade e criação de novas avenidas sanitárias;

---

Conceber projetos de ampliação, revitalização e construção de novas áreas verdes no perímetro urbano como a construção de lagos e áreas de lazer;

---

Contração de um projeto de caça esgoto para identificar as ligações irregulares de esgoto na rede de coleta e transporte de água pluvial;

---

Depois fiscalizar e extinguir estas ligações, com isso sanar o problema de mau cheiro na área central da cidade;

---

Criação de cronograma e aquisição de ferramentas especializadas para os serviços de limpeza e desobstrução das redes de drenagem;

---

Criar programa para recuperação das áreas de voçorocas, visando a redução dos danos desse efeito erosivo no meio ambiente;

---

Implantação do PMRH<sup>19</sup> de Uberaba;

---

Controle do uso e ocupação do solo e ampliação de áreas verdes no município;

---

Realizar programa de limpeza da calha dos rios mais assoreados e de revitalização da mata ciliar dos mesmos.

---

Fonte: (PMSB, 2013, *online*). Org. por MENEZES, 2018

A partir das alternativas propostas, que se implantadas trariam vários benefícios para a população e para o ambiente. Foi estabelecida uma ‘política de acesso a todos’ ao saneamento básico, que refere-se a inclusão de pessoas de baixa renda aos serviços de saneamento básico, visto que estes são prestados por meio de tarifas, com a instituição de “Tarifa Social”, que é a redução no valor pago pelos serviços de água e esgoto, de acordo com critérios de renda, com descontos de 10% a 65% no valor das tarifas. Porém para o acesso a política é necessário a

---

<sup>19</sup> Plano Municipal de Recursos Hídricos.

comprovação de alguns critérios, como estarem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais, renda mensal por pessoa de até meio salário mínimo, ou renda total até três salários mínimos, consumo de água mensal por família não deve ultrapassar 10 m<sup>3</sup>/mês, ou 2,5 m<sup>3</sup>/mês por pessoa residente, e não possuir débitos com a autarquia. (PMSB, 2013, *online*)

O estabelecimento de tarifa social e áreas prioritárias são dispostos na Lei 11.445/2007, sendo uma forma de universalizar os serviços de saneamento de forma a diminuir as desigualdades, e aumentar a equidade no acesso.

Os relatórios apresentados para a elaboração do plano trazem a situação da prestação dos serviços de saneamento básico em Uberaba, e demonstram a importância de estudos na área, para superar indicadores, que apesar da relevância, não trazem todos os aspectos necessários para a análise de uma política.

De acordo com a Prefeitura de Uberaba, em notícia lançada no portal de informações, no dia 01 de outubro de 2014, em que apresenta dados do relatório final do PMSB, executado pela empresa DRZ Geotecnologia e Consultoria, o investimento total do município em 20 anos para a universalização do saneamento básico foi previsto de 195 milhões de reais, com 54 % da verba destinada para o abastecimento de água. “O prefeito Paulo Piau afirmou que considera o Plano Municipal de Saneamento uma ferramenta necessária na perspectiva de se implantar conceitos de sustentabilidade técnica, social, econômica e ambiental em Uberaba.” (PREFEITURA DE UBERABA, 2014, *online*)

O jornal Folha Uberaba, em matéria do dia 16 de março de 2015, anuncia a votação do projeto do Plano Municipal de Saneamento Básico. O projeto teria passado por análise na Câmara dos Vereadores na data, com aprovação de 23 emendas, sendo três emendas, referentes a acrescentar na Composição do Conselho Municipal de Saneamento, representante das comunidades rurais, da Companhia Habitacional Vale do Rio Grande (COHAGRA) e da comunidade da Área de Proteção Ambiental (APA). Segundo o Jornal o vereador Cléber Humberto chamou atenção para o art. 2º do projeto que dispõe sobre a prestação dos serviços a partir de parcerias público-privadas, “[...] Para o vereador, com esta redação, não se sente seguro para votar favorável ao projeto. Disse que da forma que está descrito, deixa aberta a possibilidade do CODAU ser privatizado ou terceirizado”. O projeto de lei foi aprovado com esse artigo, abrindo margem para a privatização dos serviços. Em argumentação outros vereadores disseram que a atual administração não tem a intenção de privatizar esses serviços, porém outro vereador destacou que esse pode ser o objetivo de governos futuros. (JORNAL UBERABA, 2015, *online*)

A lei n. 12.146/2015 estabelece a política e o plano municipal de saneamento básico, a partir dos relatórios desenvolvidos. Tendo como finalidade garantir a salubridade do território de Uberaba, integrando as políticas de saúde, desenvolvimento urbano, habitação e as demais políticas que se relacionem com saneamento. (LEI SOBRE POLÍTICA E PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, 2015, *online*)

De forma geral a política municipal de saneamento básico segue as diretrizes da lei nacional (11.445/2007), com o conceito de universalização e igualdade na execução dos serviços, trazendo como diretrizes a eficácia para melhorar a qualidade ambiental e garantir a saúde coletiva, com orientação e desenvolvimento técnico para planejar, gerenciar e realizar as ações, com estímulo em outras políticas municipais, valorizando processos de ações de prevenção, segundo a legislação vigente, e incentivando o desenvolvimento científico no setor, promovendo programas de educação sanitária, e a divulgação de informações sobre saneamento. Trazendo também, entre as diretrizes, a extração máxima em produtividade e excelência na gestão dos serviços de saneamento. (LEI SOBRE POLÍTICA E PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, 2015, *online*)

Na lei n. 12.145/2005 é instituído o Sistema Municipal de Saneamento Básico, que conta com agentes institucionais, com competências, atribuições, prerrogativas e funções, sendo eles: Conselho Municipal de Saneamento Básico; Fundo Municipal de Saneamento Básico; Plano Municipal de Saneamento Básico; Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico (SMIB); Comitê Municipal de Regulação Técnica dos Serviços de Saneamento Básico de Uberaba (COMSAB); Secretarias Municipais e/ou outros órgãos da administração direta ou indireta do município de Uberaba que prestam serviços de saneamento básico. (LEI SOBRE POLÍTICA E PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, 2015, *online*)

O Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico, Fundo Municipal de Saneamento Básico e o Conselho Municipal de Saneamento Básico estão contemplados dentro da lei. Sendo o sistema municipal de informação articulado ao sistema nacional (SNIS), e vinculado ao comitê técnico para constituir o banco de dados, avaliar e divulgar indicadores, e permitir o monitoramento da prestação de serviços. O fundo municipal foi criado como órgão da administração pública, vinculado ao Gabinete do Prefeito, com os recursos passando por consulta no conselho municipal, e provenientes de repasses do Orçamento Municipal Geral do Município, arrecadação tarifária e taxas de serviços, financiamentos de instituições financeiras, valores de fundo perdido, doações, e repasses de valores provenientes dos contratos de concessão ou prestação de serviços. No capítulo sobre Controle Social, é instituído o conselho municipal, que deve contar com vinte membros, com representantes vinculados à algumas

secretárias e órgãos municipais, prestadores de serviços, sindicatos, e representantes da população e comunidades.(LEI SOBRE POLÍTICA E PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, 2015, *online*)

A partir de informações noticiadas sobre a instituição da lei e elaboração do PMSB, percebe-se que havia uma preocupação por parte da administração no cumprimento do prazo estabelecido pela lei nacional de saneamento básico, como afirmado na página do PMSB “A Lei do Saneamento, 11.445/2007 obriga os municípios brasileiros a ter o PMSB e sem ele, a partir de 2014, as cidades não poderão receber recursos financeiros do governo federal para investir nos quatro eixos do saneamento. ” (Notícias, PMSB, 2013, *online*). No Jornal da Manhã de Uberaba também é noticiado a questão do prazo para a elaboração do plano, em matéria com o seguinte título “Plano de saneamento não deve bloquear recursos ao município”, e trazendo uma fala do presidente do CODAU,

[...] “o município não ficará bloqueado porque já está com o plano em fase final de formatação. Além disso, ele ressalta que a Caixa Econômica Federal está acompanhando todo o processo de elaboração do documento, pois o trabalho foi custeado com recursos da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).” (JORNAL DA MANHÃ DE UBERABA, 2014, *online*)

Considerando os anos de 2018 e 2019, nos meios de comunicação online as informações que são veiculadas sobre saneamento, são a respeito da posição no ranking nacional para o saneamento básico, elaborado pelo Instituto Trata Brasil a partir de dados do SNIS. Em 2018 Uberaba estava na 10<sup>a</sup> posição, com o índice de atendimento de distribuição de água na casa dos 100%, coleta de esgoto em 98,50%, e de tratamento de esgoto em 60,78%. Em 2019 os índices se mantiveram, contudo a cidade caiu para 27<sup>a</sup> posição, e segundo justificativa dada a queda seria pela quantidade de perdas nas redes de distribuição de água. (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2019)

Em 2018 ocorreu uma reunião do Conselho Municipal de Saneamento, para discutir as metas estabelecidas na elaboração do Plano Municipal em 2015. E seguindo a dinâmica adotada na cidade, a divulgação da reunião ocorreu após sua realização dando conta que,

O Conselho a partir desta revisão já direcionará as metas dos componentes de drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos para o Codau como explicou o presidente da autarquia, Luiz Guaritá Neto. ‘Todas as metas e projetos serão nossa responsabilidade a partir do ano que vem, como já fazem inúmeras cidades brasileiras, pois a Lei do Saneamento, a de número 11.445, delega essas tarefas para os operados de saneamento. Não é nenhuma novidade, pois a legislação entrou em vigor em 2007. A Lei do PMSB ratifica essas atribuições e está em vigor desde 2015 no município’, ressaltou o dirigente. (CODAU, *online*. Disponível em: <http://www.codau.com.br/noticiaDetalhe.php?codigo=5000176>)

No início de 2019 a autarquia anunciou a mudança na nomenclatura passando de Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba para Companhia Operacional de

Desenvolvimento, Saneamento e Ações Urbanas. A mudança acontece justamente para atender as novas atividades incluídas como responsabilidade da CODAU, que antes executava as ações de tratamento e distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto, incluindo agora a drenagem urbana e coleta e destinação de resíduos sólidos.

O que vem ocorrendo no decorrer de 2019 e início de 2020 são obras de embelezamento da cidade, com a justificativa da necessidade de obras de drenagem, a CODAU vem realizando intervenções em ruas e avenidas em pontos específicos da cidade, principalmente em áreas centrais, e avenidas que dão acesso a cidade. A falta de transparência e participação social, dificulta a análise das atividades desenvolvidas pela CODAU. A Companhia criou páginas nas redes sociais, onde divulga dados e informações importantes para a população, contudo entre as divulgações apresenta dados equivocados que distorcem a realidade dos serviços, como foi o caso da informação que em Uberaba o tratamento de esgoto está em 98% (divulgado em 2018), dado que com uma consulta simples pode ser desmentido. E neste sentido a observação das obras realizadas na cidade apontam para as três linhas de orientação do investimento público urbano, definidas por Maricato (2015, p. 81), e que podem ser atribuídas ao setor: “[...] a) aquela orientada pelos interesses do mercado imobiliário; b) aquela definida pelo marketing urbano, cujo motor é a visibilidades; e c) aquela definida pela relação clientelista, que responde a interesses eleitorais.

Como podemos analisar, a partir das questões apontadas nas microconferências para a elaboração do PMSB, os problemas enfrentados pela população são inúmeros, e os índices representam bons resultados, apresentando então uma contradição no que realmente está sendo feito com relação ao saneamento. E mostrando que as informações para direcionar as ações da gestão precisam ser estabelecidas pela população, e não apenas levar em conta os indicadores. Visto que os interesses expressos pela população estão totalmente relacionados ao direcionamento da política nacional de saneamento básico, considerando questões estruturais, sociais e ambientais.

A efetivação da política de saneamento, e outras políticas, dependem do direcionamento das decisões das gestões voltadas à darem subsídios que visem minimizar as mazelas sociais, neste sentido, para que as ações previstas em âmbito nacional, estadual ou municipal sejam implementadas é preciso que a política com viés socioambiental seja prioridade, e de interesse dos governantes, ao contrário o que teremos serão elaborações de leis e planos para o cumprimento de regulamentações, e não como forma de melhorar e abranger os serviços à população. Nesta perspectiva Rezende e Heller (2008, p. 365), mostram que o cenário de desigualdade existente historicamente no Brasil, indica que as políticas públicas não são

pensadas na verdade para superar as “carências sociais”, envolvendo outros interesses, o que leva “[...] o setor de saneamento e outros setores afins” a seguirem [...] “ sem uma solução efetiva e integral para os problemas do conjunto da sociedade, fazendo reproduzir uma situação que interfere no processo de desenvolvimento justo e equitativo da nação.”

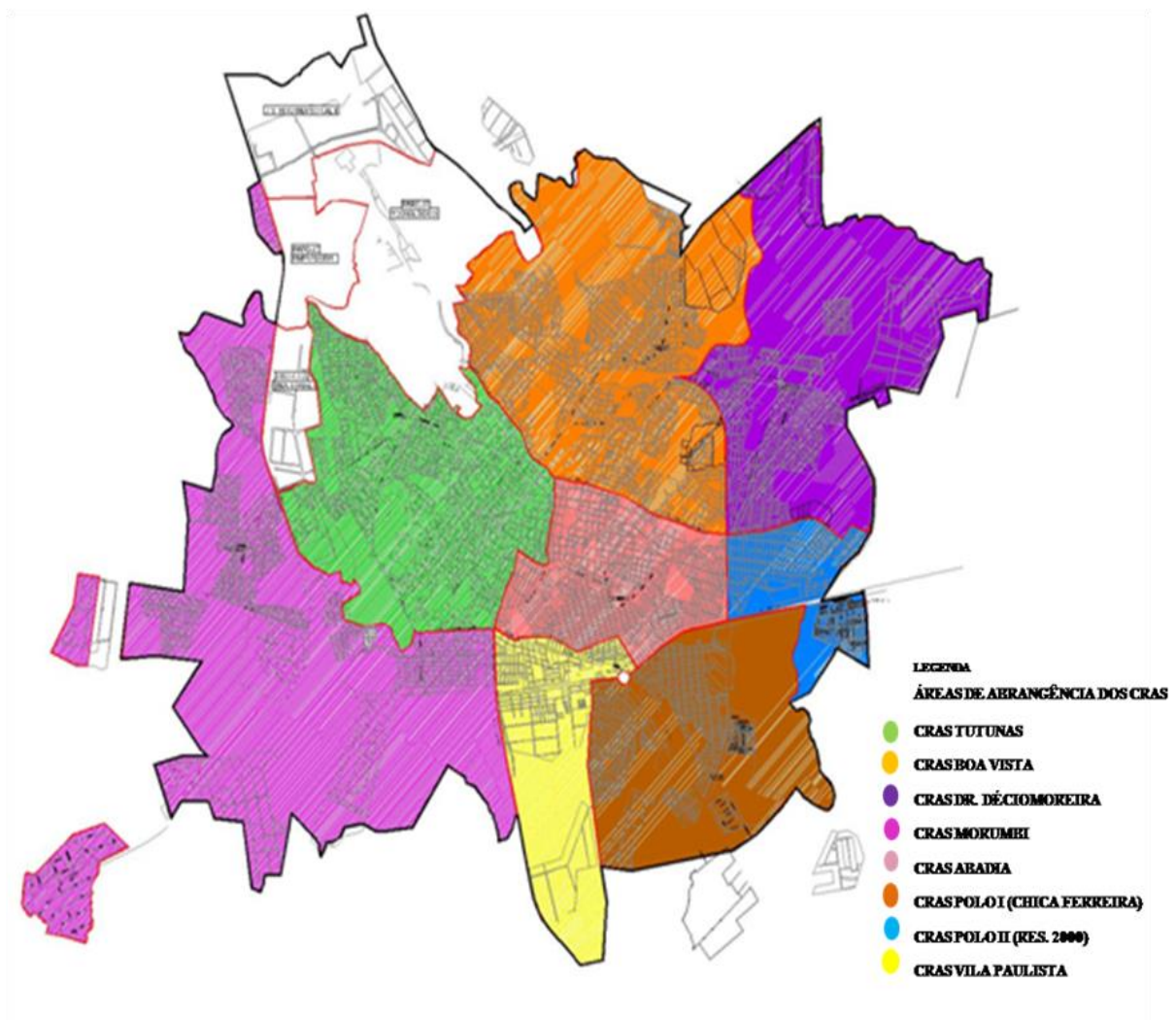
A mobilização social se faz essencial na luta por qualquer direito, no caso do saneamento básico é fundamental a articulação popular para buscar a efetivação da política, e para que a gestão dê prioridade para as questões demandadas pela população é primordial criar e ocupar espaços como conselhos e conferências, e mobilizar enquanto comunidade que possui interesse comum, na busca da garantia dos direitos, principalmente os já estabelecidos em leis e políticas.

No próximo capítulo será exposto o ponto de vista de assistentes sociais, que também trazem questões importantes, e que expressam que a política de saneamento em Uberaba ainda precisa melhorar em diversos aspectos.

### 3 SANEAMENTO BÁSICO E SERVIÇOS SOCIAL NOS CRAS DE UBERABA/MG

O município de Uberaba/MG conta com 8 unidades de Centro de Referência em Assistência Social (Fig. 10), organizados para o atendimento por regiões, e são geridos pela Secretaria de Desenvolvimento Social, criada através da Lei Delegada 05/2005. Cada unidade de CRAS conta com coordenador (a), assistente social, psicólogo, atendente administrativo, estagiários, dentre outros profissionais eventuais. Os principais serviços oferecidos pelos CRAS são: núcleo de socialização infanto-juvenil; apoio a geração de trabalho e renda; núcleo de iniciação produtiva; apoio à pessoa idosa e pessoa com deficiência; apoio a juventude; banco de alimentos; programa criança feliz; além da gestão de benefícios e de transferência de renda [Programa Bolsa Família; Benefício de Prestação Continuada (BPC); Programa Minha Casa, Minha Vida; Carteira do Idoso; Programa Brasil Carinhoso; Tarifa Social de Energia Elétrica; Passe Livre para pessoas com deficiência; Isenção de Taxas em Concursos Públicos; Id Jovem.

**Figura 10: Localização dos 8 CRAS e regiões de atendimento em Uberaba/MG**



Fonte: Prefeitura Municipal de Uberaba/MG. Disponível em: <[http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/desenvolvimento\\_social/imagens/cras.jpg](http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/desenvolvimento_social/imagens/cras.jpg)>. Acesso em: 14 fev. 2019.

O conjunto de serviços e atendimentos concentrados nos CRAS são amplos, e fazem parte da Proteção Social Básica, estabelecida a partir de ações preventivas, direcionadas a convivência, socialização, acolhimento e inserção, voltado para a família, visando desenvolver as potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, destinada a população em situação de vulnerabilidade social. (PNAS, 2004, p. 27)

[...] a realização dessa modalidade de proteção social requer o estabelecimento de articulação dos serviços socioassistenciais com a proteção social garantida pela saúde, previdência e demais políticas públicas, de modo a estabelecer programas amplos e preventivos que assegurem o acesso dos/as cidadãos/ãs aos direitos sociais. (CFESS, 2015, p.8)

A situação de vulnerabilidade social pode estar associada a diversas questões, mas seu foco está na desigualdade social e falta de acesso a outras políticas. A PNAS (2004, p. 33) define a vulnerabilidade social como “[..]decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social”. E é acerca deste aspecto que o saneamento básico pode aparecer entre as várias demandas que chegam até os assistentes sociais.

A falta de acesso às políticas públicas pode levar à família a condição de vulnerabilidade social, e mesmo que no CRAS sejam trabalhadas questões preventivas, por vezes quando a questão chega até este equipamento, à dificuldade da família poderá ter se agravado. Além disso, problemas relacionados a outras políticas podem extrapolar as condições de atendimento do CRAS, o que dificulta a acessão desta família da condição de vulnerável. O saneamento pode ser uma destas políticas, e que por vezes está ligada a condições de moradia, e até de acesso a renda, pois o serviço é oferecido para quem pode pagar por ele. E aprofundando o entendimento acerca da vulnerabilidade, da falta de acesso e condições de vida, Pereira (2008, p. 87) contribui com a noção de desenvolvimento humano e atendimento de necessidades.

Vimos que não há vida saudável e autônoma se os indivíduos não forem atendidos nas suas necessidades básicas. Vimos também que, sem esse atendimento, os indivíduos não terão condições físicas, cognitivas e emocionais para se desenvolver e lutar pela sua libertação de todas as formas de opressão. O desenvolvimento humano, portanto, pressupõe a satisfação básica de necessidades, sem, contudo, limitar-se a esse patamar de atendimento. Há que se perseguir a otimização da satisfação dessas necessidades como um compromisso ético, político e cívico assente nos valores mutuamente implicados de liberdade e igualdade.

Quando se estabelece a vulnerabilidade social como característica do público atendido pela proteção social básica abrem-se várias questões que estas pessoas podem estar passando, ligadas a falta do atendimento de necessidades básicas como alimentação, moradia, saúde, trabalho, saneamento básico, educação, dentre outras. E é neste sentido, de abrangência e

intersetorialidade tanto de demandas quanto de possibilidades de ações, que as políticas públicas e sociais precisam ser vistas como um conjunto de direitos e serviços articulados, incluídos no “[...] ideário da reforma urbana, na defesa da função social da propriedade e na luta por cidades que atendam às necessidades coletivas e garantam os direitos para todos ao trabalho, à educação, ao lazer, à saúde, à habitação, à criação, à participação política.” (CFESS, 2016, p. 55)

### **3.1 O trabalho de assistentes sociais nos CRAS de Uberaba/MG: identificando demandas e ações relacionadas ao saneamento**

A formação e o trabalho em serviço social estabelecem um direcionamento e posicionamento político contra as desigualdades, lutando em seu cotidiano contra as determinações do sistema capitalista. Porém é importante salientar que a profissão enfrenta muitos desafios, por exemplo, a precarização no trabalho, avanço de uma onda conservadora dentro da própria profissão, embates justamente pelo posicionamento ético-político defendido pela profissão, dentre tantos outros desafios.

O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama das relações e interesses sociais e participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, de respostas institucionais e políticas às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. (IMAMOTO, 2014, p. 610)

Somado aos desafios profissionais, as condições dos serviços, instituídos por políticas públicas e sociais, agravam ainda mais a situação.

[...] predomínio de políticas focalizadas na extrema pobreza em detrimento de políticas sociais universais; ênfase nas condicionalidades ou contrapartidas como mecanismo de controle seletivo do acesso a benefícios a que os usuários teriam direito; substituição de análises socioeconômicas dos determinantes da pobreza por argumentos morais com base em comportamentos desviantes como causadores da pobreza; culpabilização dos pobres pela sua situação de privação; revalorização da família como principal canal de absorção dos “novos riscos sociais. (RAICHELIS, 2013, p. 632)

E a partir desta conjuntura, considerando o objetivo deste estudo, traremos os resultados da pesquisa de campo, realizada com assistentes sociais dos CRAS do município de Uberaba/MG.

#### **3.1.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa**

A pesquisa estabeleceu como sujeitos profissionais assistentes sociais que trabalhassem nos CRAS de Uberaba/MG, e a princípio seriam entrevistados 8 assistentes

sociais, para abranger os 8 CRAS da cidade, contudo profissionais de 2 CRAS optaram por não participar da pesquisa, neste sentido o total de sujeitos participantes foram 6.

O primeiro contato foi realizado via e-mail enviado à coordenação de cada CRAS, discorrendo acerca dos objetivos da pesquisa, informando que o projeto havia sido avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), incluindo como a pesquisa seria aplicada, e explicando ainda sobre as duas possibilidades participação (responder o questionário/formulário ou por meio de entrevista). Por este meio, alguns profissionais responderam com o agendamento de data e horário para a entrevista; e outros responderam que iriam participar respondendo o questionário/formulário, agendando data e horário para a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Dos 6 sujeitos participantes, 4 optaram pela entrevista, e 2 por responder o questionário/formulário.

As entrevistas aconteceram entre os dias 27/09/2019 a 16/10/2019, nos CRAS. E antes de iniciar a entrevista foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com os objetivos da pesquisa e uma breve apresentação do trabalho como um todo. Para cada sujeito foi solicitada autorização para a gravação em áudio da entrevista, e alguns optaram pela escrita. No final da entrevista, os sujeitos foram informados que ao final da pesquisa, a pesquisadora disponibilizaria uma cópia do trabalho para cada CRAS, como forma de devolutiva dos resultados.

E de acordo com o TCLE no que diz respeito aos princípios éticos e seguindo os procedimentos de sigilo e descrição, afim de não identificar os sujeitos participantes da pesquisa, foram selecionados nomes fictícios inspirados em flores, e como alguns participantes citaram nomes de bairros da cidade, estes foram suprimidos sem trazer prejuízo no entendimento das falas. Os nomes serão: *Jasmim*, *Violeta*, *Magnólia*, *Camélia*, *Malva* e *Girassol*.

- *Jasmim*: assistente social do sexo feminino, 38 anos, graduada há 13 anos. Com pós-graduação em andamento, não tem costume de participar de eventos científicos, conselhos de direitos, nem movimentos sociais, por falta de tempo. Trabalha no CRAS há 3 anos.
- *Violeta*: assistente social do sexo feminino, 33 anos, graduada há 5 anos. Não possui pós-graduação, participa de eventos científicos na área de serviço social, e não participa de conselhos de direitos e movimentos sociais. Trabalha no CRAS há 1 ano e 6 meses.
- *Magnólia*: assistente social do sexo feminino, 27 anos, graduada há 5 anos. Com pós-graduação em andamento, participa de eventos científicos na área de serviço social, e não participa de conselhos de direitos, nem movimentos sociais. Trabalha no CRAS há 1 ano e 5 meses.

- *Camélia*: assistente social do sexo feminino, 29 anos, graduada há 5 anos. Possui pós-graduação, participa de eventos científicos, e não participa de conselhos de direitos, nem movimentos sociais. Trabalha no CRAS há 9 meses.
- *Malva*: assistente social do sexo feminino, 44 anos, graduada há 21 anos. Possui pós-graduação, não participa de eventos científicos por falta de tempo, e também não participa de conselhos de direitos nem movimentos sociais. Trabalha no CRAS há 2 anos.
- *Girassol*: assistente social do sexo feminino, 36 anos, graduada há 13 anos. Possui pós-graduação, participa de eventos científicos na área de serviço social, e não participa de conselhos de direitos e nem de movimentos sociais. Trabalha no CRAS há 5 anos.

A identificação dos sujeitos é importante para entender de onde partem as falas, e dentre os aspectos citados, dois se destacam: nenhuma das assistentes sociais participa de conselhos de direitos e nem movimentos sociais; e o tempo de trabalho no CRAS vai de 9 meses a no máximo 5 anos. Com relação ao primeiro aspecto, a participação em conselhos de direitos e movimentos sociais, foi justificada pela falta de tempo, que dificulta a possibilidade de ocupar espaços de participação social, cuja a participação de assistentes sociais trabalhadores dos CRAS seria imprescindível, justamente para expor demandas dos bairros e população e propor respostas. Já o segundo aspecto, o tempo de trabalho no CRAS, se deve muito ao Concurso Público realizado em 2015, que efetivou novos profissionais em substituição aos que possuíam vínculo por meio de Contrato de Trabalho. Uma característica a ser destacada é o predomínio do sexo feminino das assistentes sociais em toda a região de Uberaba, acompanhando a tendência nacional, que segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2005) 97% dos (as) profissionais são mulheres. Questão que faz parte da construção histórica da profissão.

### 3.1.2 O saneamento básico a partir do olhar de assistentes sociais: uma interface emergente

O trabalho dos (as) assistentes sociais nos CRAS em geral é marcado por desafios cotidianos, que vão desde relações de trabalho, atendimento de demandas crescentes, dificuldades no acesso aos direitos, e com relação ao saneamento básico, identificação de novas demandas sem uma forma específica de atendimento. E sobre o trabalho nos CRAS, os sujeitos trouxeram questões importantes para o entendimento deste cenário.

Quando as entrevistadas foram questionadas acerca dos principais desafios enfrentados na instituição, as respostas foram complementares e algumas falas se repetiram, dando dimensão do enfrentamento imposto às profissionais. Apontando os seguintes desafios:

Falta de autonomia, trefismo. (*Jasmim – Assistente Social*)

Falta de recursos (humano e material); Incompreensão por parte da gestão sobre a Política de Assistência. (*Violeta – Assistente Social*)

Limites institucionais; intensificação e burocratização do trabalho; desgaste emocional gerado pelos rebatimentos do desmonte das políticas públicas. (*Magnólia – Assistente Social*)

Falta de estrutura adequada, escassez de recursos humanos. (*Camélia – Assistente Social*)

Atualmente espaço físico. (*Malva – Assistentes Social*)

Falta de recursos materiais e humanos, infraestrutura precária, sobrecarga de trabalho etc... (*Girassol – Assistente Social*)

As dificuldades de trabalho, aqui apresentadas como desafios, são principalmente de cunho estrutural e humano, que intensificam o processo de trabalho causando desgaste nestes profissionais, assim como exposto por *Magnólia*. Enfatizando esta fala apoia-se em Barroco; Terra que afirmam que “[...] como todo trabalhador assalariado, esse profissional vivencia o desemprego, a exploração do trabalho, sua precarização e desregulamentação [...] quem não se submete é substituído sem grandes esforços [...]” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 97). Esta relação estabelece um embate com os direitos dos profissionais, inscritos no Código de Ética, como o livre exercício das atividades inerentes à profissão, que por vezes é engolido por toda a dinâmica citada pelas entrevistadas.

Além disso, a identificação das principais ações desenvolvidas, contida na terceira questão sobre os CRAS, demonstra o quanto é exigido destes profissionais. Com destaque que para cada ação são necessários instrumentais que vão desde entrevistas a visitas presenciais, a preenchimento de formulários, a complexidade de cada caso, e considerando ainda a quantidade de casos que podem chegar até os (as) assistentes sociais.

Cadastro Único, orientações quanto aos direitos. (*Jasmim – Assistente Social*)

As ações desenvolvidas no CRAS têm por objetivo o acesso aos direitos. Principais: orientações e encaminhamentos para serviços do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), principalmente, o Benefício de Prestação Continuada (BPC); realização de grupos; acesso a benefícios e programas relacionados ao Cadastro Único; orientações e encaminhamentos diversos (vaga em escola, creche; serviços de saúde mental, etc.); acompanhamento familiar. (*Violeta – Assistente Social*)

Atendimentos individuais de atualização do Cadastro Único (BPC e Bolsa Família); visitas domiciliares para responder demandas do Conselho Tutelar, Judiciário e Memorandos Internos da Secretaria. (*Magnólia – Assistente Social*)

Execução dos programas sociais, visitas domiciliares, encaminhamentos diversos, acolhimento social, busca ativa. (*Camélia – Assistentes Social*)

Acolhimento, escutas, orientações e encaminhamentos, visitas, cadastramento em benefícios assistenciais, entre outros. (*Malva – Assistente Social*)

Escuta, atendimento, orientações, realização do Cadastro Único para acesso aos programas de benefícios sociais, acompanhamento de famílias em risco e vulnerabilidade social, visitas domiciliares e judiciais, busca ativa, encaminhamentos, etc... (*Girassol - Assistente Social*)

Como podemos constatar, os atendimentos podem chegar aos (as) profissionais por diversos meios, pelos usuários, pela Secretaria de Desenvolvimento Social, pelo Poder Judiciário, e por outros órgãos. Há um amplo leque de possibilidades de atendimentos que podem ser realizados, ressaltando que durante um atendimento ou uma visita podem ser identificadas várias demandas, o que complexifica a atuação, exigindo mais do (a) profissional. E seguindo os pressupostos do Código de Ética, a atuação profissional neste amplo e complexo cenário “[...] devem estar dirigidos por um compromisso ético-político com a objetivação de conhecimentos e de valores que possam contribuir para ampliação dos direitos, da liberdade, da justiça social, da democracia [...]” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 101)

A identificação dos desafios e principais ações definidos pelas entrevistadas mostram como o posicionamento profissional, as relações institucionais e as demandas por vezes se tornam contraditórias, principalmente para implementar uma intervenção orientada pela perspectiva crítica, que conforme os Parâmetros para Atuação de Assistentes Social na Política de Assistência Social exige do profissional uma perspectiva totalizante, aglutinando:

[...] leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos. (CFESS, 2015, 18)

O confronto entre o posicionamento profissional, as demandas da população, a operacionalização das políticas tendo como base a desigualdade social, demonstra como pode ser complexo e árduo o trabalho dos (as) assistentes sociais, e não só na assistência social, como em outras políticas públicas. E as demandas da população revelam esta desigualdade, e lidar com essa realidade diariamente se torna uma resistência, que exige forças coletivas para a superação deste cenário. Sendo as principais demandas identificadas pelas entrevistadas:

Bolsa família, BPC, isenção de RG. (*Jasmim – Assistente Social*)

Acesso ao BPC, acesso ao Programa Bolsa Família. (*Violeta – Assistente Social*)

Bolsa família e aumento no valor; BPC; cursos profissionalizantes; isenções de documentos. (*Magnólia – Assistente Social*)

Situações de vulnerabilidade social, violência doméstica, abuso. (*Camélia – Assistente Social*)

Habitação, Bolsa Família, BPC, Passe Livre Municipal, emprego. (*Malva – Assistente Social*)

Benefícios de Transferência de Renda, acesso as demais políticas, acompanhamento de condicionalidades, conselho tutelar, etc... (*Girassol – Assistente Social*)

Como podemos perceber as falas se completam, e trazem demandas desde acesso a isenção de taxas para documentos até violência doméstica e abuso, demandas para acesso a

programas de transferência de renda até habitação, acesso a outras políticas, emprego e cursos profissionalizantes. O que demonstra o quanto a falta de efetivação de políticas de forma intersetorial causa problemas, que chegam principalmente na política de assistência social e de saúde. E este quadro vem se agravando, e se complexificando cada vez mais. Dentro de outra pergunta uma das entrevistadas sintetizou esta relação.

Olha dobrou a quantidade de gente pedindo Bolsa Família, atrás de benefício, porque não está conseguindo emprego. E está chegando gente passando fome mesmo, que as vezes... não é o certo porque não é um lugar que é assistencialista, a gente não tem cesta básica para doar, só que como a gente fala, a fome não espera. As vezes a gente faz vaquinha, a gente sai pedindo em instituição, porque está tendo muito, e eu acho que pode ser que piore. (*Jasmim – Assistente Social*)

Isto é algo extremo, pessoas que não estão suprimindo uma necessidade vital e básica de vida. Mostrando a falta de acesso ao que é produzido, a desigualdade escancarada, e profissionais que precisam ter ações extremas, para tentar suprir esta necessidade tão essencial. A fala de *Jasmim* mostra o quanto a sociedade está desumana e cruel.

[...] Há muito que a humanidade dispõe de alimentos suficientes para a placar a fome no mundo. A crescente desigualdade social e a busca desenfreada do capital por obtenção de novos campos de valorização têm interditado aos pobres o acesso às fontes elementares de seu desenvolvimento vital. [...] (SILVA, 2010, p. 200)

E partindo então deste cenário dos CRAS e do trabalho das assistentes sociais, que demarcaram os desafios, as principais ações e demandas, que contribuirão para aprofundar a discussão e compreensão do saneamento básico e o serviço social, principalmente com a demonstração dos custos sociais da falta de intersetorialidade entre as políticas. Revelando como a falta de acesso e a desigualdade afetam vitalmente a população.

Com relação ao saneamento básico, e conforme o formulário/questionário, foram feitas 8 perguntas, que estão organizadas em 5 categorias: 1) percepção e entendimento das profissionais sobre o saneamento; 2) identificação das demandas relacionadas ao saneamento básico; 3) identificação de ações relacionadas ao saneamento básico; 4) avaliação dos serviços na abrangência dos CRAS; 5) interface entre saneamento básico e serviço social.

A organização por categorias tem como objetivo uma melhor visualização dos dados obtidos, apresentadas como forma de identificar a percepção e o que as profissionais entendem por saneamento básico, identificar também as principais demandas e possíveis ações, como o saneamento básico é visto no âmbito da cidade, e por fim se as assistentes sociais visualizam ou não a relação entre saneamento básico e serviço social.

### **Categoria 1: Percepção e entendimento das profissionais sobre o saneamento básico**

Compreendida nas questões 4.1 e 4.2 (Apêndice B), a percepção e o entendimento do saneamento básico é essencial para as próximas categorias, visto que pode influenciar na

identificação das demandas, por exemplo. Além disso, como podemos ver no primeiro capítulo a conceituação do saneamento básico pode ter vários aspectos e entendimentos.

Quando perguntadas o que entendiam por saneamento básico, as entrevistadas responderam:

Direito que a população tem de ter água potável, coleta e tratamento de esgoto, limpeza das cidades (lixos), bueiro para enxurradas e drenagem. (*Jasmim – Assistente Social*)

Primeiro eu entendo que é um direito básico o saneamento, então é acesso a rede de esgoto, fluvial, isso basicamente. (*Violeta – Assistente Social*)

Entendo como as tubulações das casas para dar vazão para os dejetos e ter água encanada para as famílias, para as casas. (*Magnólia – Assistente Social*)

Limpeza urbana, água potável, esgotamento sanitário. (*Camélia – Assistente Social*)

Entendo que é uma questão de promoção da saúde da população e do meio ambiente. (*Malva – Assistente Social*)

Conjunto de serviços como esgoto, tratamento da água, limpeza urbana. (*Girassol – Assistente Social*)

Analisando as respostas isoladamente, podemos ver que o entendimento sobre o saneamento básico está fragmentado, contudo cada fala traz uma contribuição formando uma noção mais ampla do saneamento. A maioria traz uma noção da estrutura física, principalmente *Magnólia* e *Jasmim*. Aparecem também a identificação como um serviço, e como direito da população. E *Malva* ainda entende como promoção de saúde e meio ambiente.

O entendimento trazido pelas entrevistadas estabelece o saneamento enquanto direito, estruturado em forma de política pública e executado como um serviço, enfatizando sua importância para a saúde e o meio ambiente, que caracteriza a sua dimensão socioambiental. Sendo importante ainda acrescentar uma das abordagens trazida por Pereira (2013, p. 274) “[...] sinalizamos para a importância de esforços de leitura sobre a articulação intrínseca e necessária entre saneamento, ambiente e a habitação na formação do território no Brasil, como elementos que compõem direitos fundamentais [...]”

Quando perguntadas sobre a Lei 11.445/2007 (instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico) e a Lei e Plano Municipal de Saneamento Básico, apenas *Malva* e *Girassol* disseram que já tiveram acesso as legislações citadas. Demonstrando elementos que vão desde a formação profissional, que ainda apresenta poucas discussões acerca do tema, até a pouca divulgação de legislações tão importantes, dentre outros aspectos.

## **Categoria 2: Identificação das demandas relacionadas ao saneamento básico**

A identificação das demandas relacionadas ao saneamento básico, compreendida nas questões 4.3, 4.4 e 4.5, teve como objetivo apresentar demandas que poderiam chegar por parte dos usuários, demandas relacionadas a cidade como um todo, e problemas relacionados ao saneamento na região de abrangência do CRAS.

Com relação as demandas dos usuários, foram apontadas questões seríssimas, e que inclusive não aparecem nas principais divulgações sobre índices de atendimento dos serviços de saneamento básico. Apresentando inclusive uma nova questão a ser trabalhada, de forma urgente. Quando perguntadas de demandas dos usuários, relacionadas ao saneamento básico, as profissionais indicaram as seguintes:

A gente vê que apesar de ter o sistema de esgoto nas casas, que a maioria das casas que a gente vai tem, só que por estar com água cortada e luz também, então muitas vezes não tem. Tem a estrutura, mas não tem acesso. Questão de resíduo, tem gente que coleta lixo, lixo não, material reciclável, e fica na casa. Tem gente que é acumulador, vai acumulando dentro de casa, de fora, na calçada, mas na calçada até que não está tanto porque a Prefeitura andou dando um limpa e não está tendo tanto, mas no quintal, tem muita casa. (*Jasmim – Assistente Social*)

Sim, nós temos problemas sérios no bairro, que é um bairro novo. E a gente percebe que a rede de esgoto lá não funciona bem. Então assim, cheiro forte, população reclama muito, principalmente em períodos de chuva também. Então eles trazem. Fora as outras demandas, mas eles trazem essa demanda também, relacionada ao saneamento básico. E tem também uns terrenos baldios, assim que o pessoal joga lixo, isso também acarreta um monte de coisas. (*Violeta – Assistente Social*)

Sim, principalmente em visita domiciliar. Uma das primeiras visitas que fiz, quando comecei a atuar... visita domiciliar é sempre um choque, é sempre muito delicada. Então naquele começo, naquela inexperiência e tudo mais, cheguei em uma casa, que era uma demanda... não lembro qual, e a casa toda tinha um cheiro meio diferente, aí minha cabeça “nossa mas o que está acontecendo, que cheiro é esse”, e meio bagunçado, as coisas um pouco sujas. Aí veio a assistente social lá do passado “que isso, está tudo sujo, o que está acontecendo neste lugar”. Aí fui e sentei, conversei, e não precisou perguntar nada, a própria moradora falou que não tinha como limpar a casa, limpar os utensílios, ou fazer a higiene rotineira da casa, porque não tinha água. E aí como você desvincula o saneamento básico da proteção básica, é impossível, é dessa falta de estrutura que a gente tem que vem aquele tanto de doença, que vem dengue, que vem tudo. Por falta de pagamento. E aí é que tá, se é básico, que proporciona saúde, esses preços abusivos, que obrigam a pessoa a escolher entre a água e a comida não faz sentido. (*Magnólia – Assistente Social*)

Sim. Condições precárias na residência de higiene. (*Camélia – Assistente Social*)

Sim, conta de água muito cara. Ficam sem água. E algumas famílias não condicionam o lixo o que acarreta no aparecimento de ratos, escorpões. (*Malva – Assistente Social*)

Sim. Alagamento de residências, retorno de esgoto, falta de infraestrutura básica. (*Girassol – Assistente Social*)

As assistentes sociais trazem materialidade as discussões dos capítulos anteriores, principalmente no que diz respeito a falta de acesso aos serviços, e o que isso pode gerar na vida das pessoas. As informações trazidas por *Jasmim*, *Magnólia* e *Malva*, denunciam justamente o que Rezende e Heller (2008, p. 303) indicaram acerca da necessidade de ampliação dos aspectos analisados nos levantamentos relativos a cobertura dos serviços “[...] se com

regularidade, se oferecendo o devido acesso tarifário à população, se atendendo os padrões de potabilidade, entre outras variáveis.” Quantas pessoas estão sem água em suas casas por falta de pagamento?

A gravidade do quadro do saneamento pode ser ainda mais intensa que os índices apontam, se forem consideradas questões como esta. O aspecto desumano que vem sendo incorporado ao saneamento básico mostra sua essencialidade. E como este direito humano é relegado a condicionalidade do acesso via pagamento.

Outro aspecto que apareceu nas falas das entrevistadas foi a questão dos resíduos, que está ligada a condição do serviço prestado no município, e também a educação ambiental, ou melhor a falta dela. Entendida aqui a partir da conceituação trazida por Silva (2010, p. 137) “[...] a educação ambiental pode ser entendida a partir de um duplo papel: participando dos processos de socialização humana e cumprindo uma função ideológica de tensionamentos das bases da reprodução da “questão ambiental”.” Além disto, os episódios de alagamento e retorno de esgoto dentro das casas, são situações recorrentes, como pode ser verificado no capítulo dois.

Quando perguntadas sobre demandas de saneamento básico na cidade como um todo, as assistentes sociais apresentaram os seguintes aspectos:

Já, quando chove né, para escoar... enchentes. Não sei nem se tem como resolver porque Uberaba é um “buraco”, então não sei. É mais no centro da cidade, não sei se tem jeito para aquilo, porque foi o jeito que a cidade foi construída. Mas tipo assim, se jogasse menos lixo na rua também. (*Jasmim – Assistente Social*)

Então, eu não sou de Uberaba, eu não conheço muito. Eu conheço os bairros que a gente atende. Pra mim, por exemplo o [...], eu ainda não fui lá, mas eu vejo o pessoal falar alguma coisa. Mas dos bairros que eu já fui eu acho que o [...] é o que está mais grave. Pode ser que tem algum outro bairro que esteja pior, mas assim por ser um bairro novo eu acho que tá muito sem estrutura assim. Lá tem, mas eu não acredito que funcione plenamente, você chega lá você sente, é um bairro que tem um cheiro muito forte, então assim as vezes você vê escorrendo alguma água suja, pode ser esgoto. (*Violeta – Assistente Social*)

Tem um recorte de onde a pessoa vem né. Então acho que aqui, o abastecimento é muito esquisito, eles cortam do nada a água, não sei se é pra economizar, se é por falta de chuva, entre outros fatores que a gente tem que levar em consideração, então do nada você chega em casa não tem água, nem pra tomar banho, nem pra cozinhar, acho isso uma falta de respeito. A água também vem com uns produtinhos, de tempo em tempo eu tenho que desentupir o chuveiro, para tirar os produtos que encrusta no chuveiro, esquisito. Não confio de beber água de torneira aqui de jeito nenhum, tenho medo. Então, levando em consideração de onde vim, e de onde estou tem sim algumas críticas, mas se for levar em consideração a forma de atendimento, como que vem o serviços, e a agilidade da própria empresa quando acontece alguma coisa esquisita, aí é um serviço bom, eu acho que o saneamento é adequado sim. (*Magnólia – Assistente Social*)

Sim. Resíduos e esgotamento estourado prejudicando a higiene da residência visitada. (*Camélia – Assistente Social*)

Enchentes. Em 2003 descarrilamento de trem com substâncias químicas que contaminaram a água e o solo, realizações de plantões para atendimento da população. (*Malva – Assistente Social*)

Sim. Pessoas residindo em locais insalubres, sem acesso a água tratada. (*Girassol – Assistente Social*)

Dentre as questões apresentadas, levando em conta a cidade como um todo, houve a recorrência do apontamento para os problemas com as enchentes, fato que acontece em praticamente todos os anos, e amplamente divulgado pela mídia. Apesar de nos últimos anos, e após obras realizadas principalmente no centro da cidade, a quantidade de alagamentos tem diminuído, porém atingindo outras regiões. Um aspecto importante, é que algumas das entrevistadas moram em Uberaba a pouco tempo, e por isso podem não conhecer os problemas de alguns bairros.

O fato trazido por Malva também é relevante para a discussão, visto o grande impacto que causou, e mostrando como o abastecimento de água se torna vulnerável sem uma regulação e fiscalização de empresas com riscos de contaminação.

No dia 10 de junho de 2003, um trem de carga da Ferrovia Centro Atlântica (FCA) com destino à Paulínia, no interior de São Paulo, descarrilou em Uberaba causando o maior desastre ambiental do Triângulo Mineiro. Dentro dos vagões haviam produtos químicos inflamáveis, que caíram próximo ao Córrego Alegria, um dos afluentes do Rio Uberaba, responsável pelo abastecimento da cidade. Mesmo depois de 10 anos, ainda são feitas análises quinzenais de amostras colhidas nos cursos d'água. E embora os laudos apontem que há presença de substâncias químicas no solo, a empresa afirma que não há risco de contaminação. (G1 Triângulo, 2013, *online*)

A população e o ambiente é que pagam a conta por este tipo de situação. “Desastres” como este, vem acontecendo com frequência, como é o caso de rompimento de barragens de minérios, que matam pessoas e destroem o ambiente. E caso de Uberaba a população sofreu por muitos meses, sem abastecimento de água.

“[...] a aposentada Maria Vanilde Massa lembra bem daqueles dias em que a distribuição em grande parte era feita por meio dos caminhões. “Os caminhões vinham de madrugada. Enquanto meu marido trazia, eu já ia lavando as roupas. Às vezes a gente estava dormindo e escutava o barulho do caminhão e tinha que sair correndo para pegar água”, contou. (G1 Triângulo, 2013, *online*)

De modo geral, os apontamentos das entrevistadas com relação ao saneamento básico em Uberaba, vão ao encontro com as demandas citadas pela população nas microconferências (Capítulo 2). E enfatiza ainda como os índices precisam ser trabalhados, levando em conta o cotidiano das famílias, e inserindo contribuições dos profissionais que trabalham com este público.

E assim como a pergunta anterior, quando perguntadas acerca de problemas com o saneamento básico na região de abrangência do CRAS, *Jasmim*, *Violeta*, *Camélia* e *Girassol* responderam que a resposta da pergunta anterior contemplava esta pergunta.

Aqui não tem bueiro. Acho que é uma questão que explica bem como vem as correntes d'água aqui né, não tem vazão. Tem um descontrole também no povo da cidade, largando os resíduos sólidos, aqui nas beiradas. Porque por ser periferia, [...] acho que atrai o povo de outros pontos da cidade pra descartar aqui, acho que deveria ter uma

fiscalização mais rígida, porque aí os danos ficam vindo tudo pra região. Todo mundo aqui, a maioria do pessoal que trabalha aqui já pegou dengue. Isso é um dos efeitos da falta de saneamento bom. Um cara estava saindo numa EcoSport preta, jogando lixo ali na beira. Geralmente se fala que é a população que é sem educação, que joga o lixo aqui, que é porca e não tem respeito, mas não, é o povo de fora que vem aqui descartar as coisas. Não que seja só eles, mas boa parte é sim. (*Magnólia – Assistente Social*)

Córrego, jogam entulhos, poluição e contaminação da água e nascentes. (*Malva – Assistente Social*)

*Magnólia* e *Malva* apresentam questões importantes. A drenagem urbana, como discutida anteriormente, se configura como um problema sério da cidade, e da região específica do CRAS que *Magnólia* trabalha. Além disso, a questão dos resíduos descartados irregularmente, fazendo com que haja a proliferação de doenças, e trazendo risco para a população. *Malva* destaca a poluição e contaminação da água e nascentes da região do CRAS, estabelecendo uma dimensão mais aprofundada acerca da amplitude do saneamento básico, e a importância do cuidado com os rios.

### **Categoria 3: Identificação de ações relacionadas ao saneamento básico**

A partir do levantamento das demandas e da identificação da percepção do saneamento básico, foi perguntado as assistentes sociais se identificavam algum projeto desenvolvido no CRAS, relacionado ao saneamento básico. E foram identificadas algumas ações, em respostas de outras perguntas, que serão expostas juntamente com essa categoria.

Olha atualmente não, mas a gente já teve, porque assim, aqui a gente tem cursos do Núcleo de Iniciação Produtiva, e já teve curso. Os professores vão rodando os CRAS, são cursos oferecidos pela Prefeitura, e não tem o custo, mas o material a pessoa que tem que comprar. No caso, eu acho que já teve curso de material reciclável e tudo, mas atualmente aqui não está tendo não. O que a gente tem aqui são as reuniões dos grupos, aí sempre a gente fala sobre higiene, sobre é... mas é mais amplo assim, a gente fala sobre higiene pessoal, higiene da casa, isso. Não tem nada específico, atualmente não, mas eu sei que já teve, mas aqui no CRAS hoje não. (*Jasmim – Assistente Social*)

No CRAS não, pode ser que tenha algum relacionado a Prefeitura, mas no CRAS não. Eu percebo muito, até vi uma reportagem uma vez aqui em Uberaba em relação a isso, mas é uma coisa que a gente já percebia, é que o tanto que aqui tem uma disparidade enorme, por exemplo, o tanto que as regiões mais centrais são muito bem cuidadas, eu mesmo moro em um lugar que tem uma praça que ninguém frequenta, teve inauguração, a praça super bem cuidada, ninguém vai naquela praça, e eu vejo que outras áreas, por exemplo aqui no [...], ou nos outros bairros que a gente atende não tem esse cuidado né. Então a gente percebe que é assim, é segundo plano, essas áreas mais vulneráveis. (*Violeta – Assistente Social*)

A gente tentou começar um, de vincular o descarte mais ecológico de óleo, com uma demanda que vinha aqui de falta de sabão para lavar os uniformes escolares. A gente até chegou fazer o material, até fazer um esboço de projetinho, mas não andou, por todas as questões que estão aqui em cima. (*Magnólia – Assistente Social*)

Camélia, Malva e Girassol não identificaram nenhum projeto relacionado ao saneamento básico no CRAS. E como podemos verificar, não foi identificado nenhum projeto

ligado diretamente ao saneamento básico. E na fala de *Magnólia*, se o projeto fosse implantado seria muito interessante, pois poderia ser trabalhado a questão da contaminação da água, e a reutilização do óleo para produção de sabão. Já a reflexão trazida por *Violeta*, que usou o cuidado com a praça para exemplificar a disparidade identificada nos bairros, é importante destacar que os serviços de saneamento básico também seguem esta tendência.

Apesar da pergunta especificar a identificação de projetos, em meio a fala de *Violeta* em outra questão, foi constatada uma ação realizada pela assistente social e que diz respeito diretamente ao saneamento básico, assim como estabelece uma das inúmeras possibilidades de atuação na área.

Então o pessoal do [...], a outra assistente social tem até um Banco de Alimento lá, eles têm se reunido assim. Teve algumas oportunidades com gestor e tudo, inclusive com os representantes da COHAGRA também, pra tentar conversar. Então teve essa conversa, e eles vão lá prometem, mas assim a população tá ciente disso traz essa demanda pra gente. Mas já teve o primeiro passo sabe, da população criar essa consciência e achar realmente que eles terão que se juntar e fazer alguma coisa coletiva mesmo. (*Violeta – Assistente Social*)

A fala de *Violeta* traz elementos importantes para o trabalho de assistentes sociais no saneamento básico. A utilização de um espaço já estabelecido, como o Banco de Alimentos, para fortalecer a população na busca de melhorar as condições dos serviços é fundamental. Outro elemento importante, é a consciência da população acerca de entender o saneamento como direito, e que sua efetivação necessita de uma organização coletiva. Estas ações estão entre as diversas competências, estratégias e procedimentos específicos inscritos nos Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, destacando “instituir espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação;” e “estimular a organização coletiva e orientar os/as usuários/as e trabalhadores/as da política de assistência social a constituir entidades representativas;” (CFESS, 2015, p. 22)

#### **Categoria 4: Avaliação dos serviços saneamento básico na abrangência dos CRAS**

A avaliação dos serviços de saneamento básico na abrangência dos CRAS contribui para a visão local, e pode levantar outras problemáticas envolvendo a área. Complementando a identificação das demandas, pois as profissionais podem identificar outros aspectos que não cheguem como demanda direta, contudo se configura como característica da região. As entrevistadas elencaram as seguintes questões:

É o que eu te falei. Muita gente não tem acesso às vezes porque não paga né. Mas assim, aqui tem a varrição social, então não chega acumular tanto lixo, porque eles varrem acho que três vezes na semana. Então oferecido pela cidade, nos lugares que eu vou está até bom, agora se for no bairro [...], por exemplo, a resposta já vai ser diferente. Mas aqui eu acho que está razoável, a gente não pode falar assim que está

perfeito, porque a gente sabe que não está, e pode ser que tenha casas que eu não fui visitar que não tenha o sistema de esgoto, que não tenha é... tem muita gente que nem sabe o que é água potável né, então a gente não pode falar que 100%, porque não está, está razoável. (*Jasmim – Assistente Social*)

Eu percebo que, por exemplo, eu já estou acostumada aqui no bairro [...], mas quando eu comecei trabalhar aqui, eu entrava no bairro eu sentia um cheiro diferente do bairro que eu moro que eu estava acostumada, aí a gente vai se adaptando, vai indo a gente não percebe mais. Eu vejo que tem uma diferença sim, tem muitas disparidades nestas regiões mais pobres. O tanto que esses bairros estão a margem, no sentido literal mesmo, da cidade, como se aqui fosse um lugar, e ali fosse outro, como se não fosse uma cidade só. Daí pra pior né, vai tudo, é saúde, questão da educação, por exemplo, no bairro [...] não tem escola, então lá não tem posto de saúde, lá correio não chega, lá o esgoto é ruim. (*Violeta – Assistente Social*)

Da parte que compete a CODAU eu acho que é bom, porque vira e mexe eles vêm aqui, recolhe os lixos que descartam aqui, na beira do bairro. Quando eles fazem manutenção na rede, eles fazem o buraco e rapidinho eles cobrem, assim 5 dias, 1 semana, pra mim isso é razoável para o tamanho da cidade. Então acredito que o serviço seja bom, nunca ouvi falar de pessoas que estão aqui na região que não tem coleta de lixo, todo mundo fala “ah tem 3 vezes por semana normal”. O pessoal da zona rural, já fala mais sobre coleta indireta, mas acho que é normal coleta indireta na zona rural. (*Magnólia – Assistente Social*)

Regulares. (*Camélia – Assistente Social*)

Não é suficiente em questão da coleta seletiva e a dificuldade de pagar as contas de água, deixam de comer para pagar o consumo de água. (*Malva – Assistente Social*)

Avalio como regular, pois com o período de chuvas o esgoto retorna para as residências e também para o CRAS, e também nesse período tem as enchentes que invade as casas. (*Girassol – Assistente Social*)

Nas falas de *Jasmim* e *Magnólia* podemos notar que com relação à estrutura dos serviços, as mesmas avaliam relativamente positivo, principalmente no que se refere a limpeza urbana, coleta de resíduos, obras de manutenção, contudo as profissionais destacam o problema do acesso, identificando que algumas pessoas não tem acesso. *Violeta* traz outra leitura de sua realidade, evidenciando a marginalização de bairros periféricos, e a diferença no atendimento entre regiões, e ainda destaca as consequências destas disparidades, a falta de acesso a saúde, educação e saneamento.

Camélia avalia os serviços apenas como regulares, sem especificar tal condição. Assim como Girassol, que também avaliou como regular, explicando o problema enfrentado no período chuvoso, inclusive atingindo a própria estrutura do CRAS. Já a assistente social Malva destaca que os serviços não são suficientes, apontando a falta da coleta seletiva, e articulando a dificuldade no pagamento da conta de água em sua avaliação, enfatizando que famílias precisam escolher entre comer ou pagar pela água.

De maneira geral, apenas duas profissionais fizeram a articulação das demandas com a avaliação dos serviços, considerando que as demandas se enquadram como aspecto para a análise do quadro do saneamento básico. Esta questão é importante, pois as atuais formas de

avaliação e os indicadores divulgados, em grande parte, não vêm considerando as questões expostas, o que apresenta dados limitados, principalmente do acesso a população aos serviços.

### **Categoria 5: Interface entre saneamento básico e serviço social**

Partindo então de todos os aspectos apresentados pelas entrevistadas, e com o objetivo de trazer reflexões a partir da realidade vivenciada nos CRAS, com base na identificação, por parte das profissionais, da relação entre o saneamento básico e o serviço social, apresentaremos as respostas das assistentes sociais quando perguntadas sobre esta relação.

Sim. Principalmente aqui na área, como eu te falei, se as pessoas tivessem mais condições, tivesse trabalho, tivesse mais condições né, condições que eu falo são socioeconômicas mesmo, elas poderiam pagar pra ter acesso ao saneamento. (*Jasmim – Assistente Social*)

Eu consigo, porque geralmente assim quando as outras políticas não funcionam bem, a gente percebe que a nossa demanda aumenta né. Então se a gente está falando de saneamento básico, a gente está falando de uma criança que, por exemplo, que não tem acesso a uma água tratada, essa criança vai desenvolver doença, vai viver no médico e daí vai gerando vários outros problemas, e isso acaba uma hora ou outra chegando aqui. Então eu acho que o saneamento básico está diretamente relacionado ao nosso trabalho, então assim, eu consigo perceber em vários aspectos. Então com certeza, está super relacionado. (*Violeta – Assistente Social*)

Eu acho que eles estão completamente interligados, porque quando se fala de acesso a direitos, estrutura, condições de vida, se você não tem acesso ao saneamento básico, a uma coleta de lixo descente, a uma vazão dos seus resíduos sólidos e da chuva, como você vai falar de qualidade de vida, como você vai falar de outros aspectos que dependem disso, como você vai falar de saúde. É totalmente incrustado com o serviço social. (*Magnólia – Assistente Social*)

Sim, pois envolve saúde pública e reflete nas condições sociais dos indivíduos. (*Camélia – Assistente Social*)

Sim. O saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 11.445/2007. Todos os cidadãos têm direito ao acesso dos serviços de saneamento, é uma questão de saúde pública. A garantia desse direito reduz a desigualdade e promove uma vida digna com qualidade. (*Malva – Assistente Social*)

Sim, pois se trata de uma questão de saúde pública. (*Girassol – Assistente Social*)

Podemos identificar 5 aspectos que se destacam nas falas das entrevistadas: as condições socioeconômicas como forma de acesso, ou seja, se o serviço é cobrado a população teria que ter condições para pagar, presente na fala de *Jasmim*; a intersetorialidade, que como disse *Violeta*, a relação com as outras políticas, que sendo insuficientes acabam levando a população a situação de vulnerabilidade social, estando o saneamento entre estas políticas. O terceiro aspecto a ser levantado é o acesso a direitos, e o saneamento básico é um deles, pois se enquadra como um direito essencial à qualidade de vida da população, e como afirma *Magnólia* como falar de qualidade de vida, sem os serviços de saneamento básico. O quarto aspecto é a relação entre saneamento básico e saúde pública, expressa nas falas de *Camélia*, *Malva* e *Girassol*; e por fim, o quinto e último aspecto diz respeito ao saneamento básico como

direito regulamentando e inscrito em legislações importantes, além da sua importância na redução da desigualdade social.

A reflexão trazida pelas assistentes sociais é essencial para entender a importância do saneamento básico para a população, além de demonstrarem como o mau funcionamento desta política impacta o funcionamento de outros serviços, que muitas vezes não estão preparados para atender essas demandas. E a interface entre saneamento básico e serviço social pode ser expressa em diversos aspectos, tanto na identificação do impacto da falta de acesso ao saneamento básico na vida da população, a expressão de sua essencialidade para a vida humana e ambiental, em como estas demandas chegam até os CRAS, e inclusive na identificação de algumas possibilidades de atuação.

No decorrer da pesquisa, e com o contado dos(as) profissionais, principalmente nas entrevistas, permitiram promover um diálogo acompanhado por reflexões importantes que embasaram as possibilidades de conhecimento e debate, neste caso, sobre o saneamento básico. A assistente social *Violeta* expôs uma reflexão a partir da entrevista, mostrando o quanto a pesquisa contribui para o aumento das perspectivas de análise.

Eu acho interessante porque a gente acha que não tem nada a ver, mas se a gente for pensar como um todo eu acho que está muito relacionado mesmo, até porque saneamento básico é algo muito primário, então quando a gente se depara com famílias, locais onde a gente vê que não tem o serviço de saneamento básico, assim bom, a gente vê na verdade as consequências né. E acho que é um serviço essencial mesmo, e também consigo fazer esse link com o Serviço Social. (*Violeta – Assistente Social*)

*Jasmim* também expôs uma análise relevante, no entendimento da contradição entre o estabelecimento do direito, porém com critérios para acesso, indagando as barreiras que a população enfrenta para acessar serviços.

Se é direito, e a pessoa não tem como pagar. Se é direito porque ela tem que pagar? A gente briga muito aqui - mas não tem nada a ver com isso não - mas a gente briga muito aqui com essa questão do direito, porque é direito a pessoa ter documento e ter isenção do RG, só que a gente tem ali colado na parede, no armário, os critérios para isenção de RG, se tem critérios não é direito. (*Jasmim – Assistente Social*)

A dimensão que a falta de acesso ao saneamento básico toma é desmedida, pois impossibilita a vida. Neste sentido, quando divulgações de índices ou até mesmo de pesquisas como esta, trazem informações com dados acerca do saneamento básico é preciso considerar as situações relatadas por estas assistentes sociais, que soam como denúncia.

Tem muito disso, extremamente frequente, não só sem água, sem energia elétrica. Tem famílias aqui que já ficaram 6 meses sem acesso a água, esta va pegando água do vizinho e aí depende da bondade do vizinho, e assim famílias com crianças pequenas, isso é muito comum. (*Violeta – Assistente Social*)

E indo ao encontro com a contribuição de *Jasmim*, acerca do acesso, *Violeta* ainda explica como funciona a Tarifa Social, apontando que

Então, o que acontece, as famílias que recebem Bolsa Família, elas tem direito a Tarifa Social da CODAU, ao desconto da CODAU 50%<sup>20</sup>, só que quando essa família acumula uma dívida, não existe nada que nós possamos resolver, não existe nenhum um programa que a gente possa... um relatório que a gente possa fazer pra ajudá-la neste sentido. Então assim, o que o CRAS faz é fazer essa ponte do acesso ao benefício, mas se a família vem de uma dívida, pra regularizar ela tem que pagar de qualquer forma a dívida dela. Então às vezes ela acaba ficando muitos meses sem acesso a água. (*Violeta – Assistente Social*)

O que era para ser uma forma de acesso se configura como uma barreira que na verdade limita as famílias que tem direito a “pagar menos pelo serviço” a chegar ao benefício. Além disso, a fala de *Violeta* expressa uma limitação de atuação para o atendimento desta demanda, que perdura na vida dessas famílias. Esta barreira não é característica isolada do acesso a política de saneamento básico, ela perpassa por outros serviços, que dificultam ainda mais a vida. O que faz referência a contribuição de Maricato (2003, p. 152) sobre a segregação urbana ou ambiental, como uma das faces e parte produtora da desigualdade.

À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável.

Maricato caracteriza a sequência interminável de problemas enfrentados pela população segregada. A dinâmica imposta às pessoas, como dita em outras partes deste trabalho, é desumana, desigual, cruel, se estabelecendo com base na fome e na sede. E por vezes, toda essa situação parece ser um “plano de extermínio”.

Estamos, na verdade, imersos numa guerra mundial envolvendo a água, mas não uma guerra no estilo clássico, com exércitos se enfrentando ou com bombardeios. Não, a guerra pelo controle e gestão da água vem sendo disputada na Organização Mundial do Comércio, discutidas no Fórum Econômico de Davos, nas reuniões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional onde se decide um novo ‘código das águas’ que quer torná-la uma mercadoria e, para isso, é preciso primeiro privar os homens e mulheres comuns do acesso a ela. Sem privatização não há mercantilização no sentido capitalista. (PORTO-GONÇAVES, 2005, p. 141-142)

A privatização do acesso a água, por meio do saneamento básico, é histórica como podemos refletir anteriormente, e as falas das profissionais juntamente com as contribuições de estudiosos da área, revelam a precariedade na vida da população, que muitas vezes é contabilizada em índices, porcentagens, dados quantitativos, que não mostram esta face da

---

<sup>20</sup> No final do ano de 2019 a CODAU anunciou aumento no desconto de Tarifa Social e para aposentados, passando de 50% para 80% de desconto. Tarifa de água e esgoto em Uberaba terá reajuste de 2,90% para 2020; veja valores anunciados pela Codau. **G1Triângulo e Alto Paranaíba**, Uberaba, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/11/21/tarifa-de-a-gua-e-esgoto-em-uberaba-tera-reajuste-de-290percent-para-2020-veja-valores-anunciados-pelo-codau.ghtml>. Acesso em: 17 mar. 2020.

questão. O poder exercido sobre o uso da água tem influência direta nas condições do saneamento básico, demonstrando uma utilização de um bem natural desordenadamente, como um item de mercado, que pode ser utilizado e descartado. E como um item de mercado, é preciso pagar por ele. E no final das contas, após seu uso e contaminação, é descartado sem nenhum tratamento, ignorando seu ciclo, e como se não fossemos utilizá-lo novamente. A desigualdade existente no saneamento básico, está enraizada no desequilíbrio e desassociação entre seus serviços, em seu acesso e em sua relação com o ambiente.

Neste sentido o que podemos constatar com a contribuição das profissionais é o quanto o saneamento é **essencial**, como um serviço que garante a vida e o equilíbrio entre homem e ambiente; **básico**, pois está na base das condições necessárias para a continuidade da existência humana; **amplo**, pois perpassa por várias atividades sociais, além de fazer parte de um ciclo natural, sem o qual não há vida; **complexo**, por estar em meio à relações sociais contraditórias, instauradas principalmente na desigualdade social. Enfim, a importância do saneamento básico foi mais uma vez constatada, e como em outros estudos, principalmente nas consequências de sua falta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A funcionalidade do saneamento básico é orgânica às ações humanas, e no decorrer de seu desenvolvimento se tornou orgânico também às atividades produtivas, representando então uma forma de metabolizar seu uso através de múltiplas facetas e funções na sociedade. Sua funcionalidade deve se apoiar na dimensão socioambiental, e não na configuração com base no desequilíbrio e na desigualdade.

O desenvolvimento do saneamento básico no percurso histórico, e sua concepção como serviço, e posteriormente como política pública, tem seu fundamento na formação das cidades. Nelas, se estabelecem necessidades de uma estruturação, principalmente com rede de distribuição de água e coleta de dejetos e resíduos. Este fundamento ainda influencia nas ações de saneamento básico atualmente, que por vezes é visto apenas como uma estrutura para disponibilizar um recurso, e para escoar o que não é desejado.

A prova desta relação é que apenas em 2007 foi estabelecida uma legislação consistente, que levasse em conta o quanto o saneamento básico é abrangente. E apesar da Lei nº 11.445/2007, ao que tudo indica, ainda temos um longo período para modificar estas relações históricas, que vem causando graves problemas para a população e para o ambiente. E é a partir desta legislação, que são integrados ao saneamento básico, os conceitos de integralidade entre os quatro serviços, a universalidade das ações, para que todos tenham acesso, e a intersetorialidade com outras políticas.

O significado do conceito de intersetorialidade está contemplado como um dos princípios arrolados no texto legal, que remete à articulação da política de saneamento “com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante”. (BRITTO; LIMA; HELLER; CORDEIRO, 2012, p.73)

Este conceito de intersetorialidade, além dos princípios de integralidade e universalidade, demonstra como o saneamento básico e o serviço social possuem interfaces importantes. Principalmente se levarmos em conta que o saneamento básico é fator determinante para ações que considerem melhorar as condições de vida para a população. Contudo, nas atuais condições dos serviços estes(as) profissionais são chamados(as) a atuar com os problemas causados pela falta de saneamento básico. E neste sentido, que se chama atenção para a atuação do assistente social que precisa compreender as relações que envolvem o conjunto do saneamento básico.

Para tanto, urge a compreensão, por parte desses profissionais, sobre o que está em jogo no campo do saneamento, quem são seus sujeitos políticos, quais direitos estão

ameaçados, quais projetos societários e interesses de grupos distintos e as particularidades do setor, assim como quais são as mediações necessárias à compreensão das determinações do saneamento a partir da dinâmica da acumulação capitalista, que tem no Estado sua mola propulsora. Abordagens que passem ao largo dessas questões incorrem em possibilidade de efetivar-se pelo viés assistencial em relação à população usuária dos serviços, sem se apropriar do âmago da questão, negando a estas a percepção de si como sujeitos portadores de direitos e o conhecimento crítico quanto ao que conforma, de fato, o direito à vida. (PEREIRA, 2013, p. 280)

A complexidade do saneamento básico chama atenção para a necessidade, no caso do serviço social, de aprofundamento em pesquisas deste tema, bem como sua inclusão na formação profissional, visto como estes (as) profissionais estão e vão ser requisitados a atuar com demandas desta política, assim como foram os (as) assistentes sociais nos CRAS de Uberaba, que externaram ao longo do exercer da sua profissão momentos que demandaram ações com viés para o saneamento básico. Sendo as entrevistas importante instrumento para identificar que os (as) assistentes sociais reconhecem os problemas e demandas, contudo não conseguem desenvolver ações efetivas e diretamente ligadas ao saneamento, principalmente por não terem em sua formação universitária ênfase em temas que envolvam o saneamento básico, e também por todos os desafios apresentados, que limitam suas atuações.

E como muito bem coloca a autora Tatiana Dahmer, falar de saneamento básico é falar de direito a vida. E este direito está inserido na dinâmica das relações sociais, influenciado principalmente pela organização capitalista, que estabelece uma ordem em que pessoas e recursos naturais não meros objetos a serem explorados.

A partir dessa lógica e de toda discussão trazida neste trabalho, é possível compreender que na verdade o saneamento básico e o serviço social possuem não só uma interface, e sim multifaces. Levando a concluir que o caminho a ser percorrido ainda é longo e cheio de desafios, contudo o saneamento básico precisa urgentemente entrar em pauta no serviço social.

E são inúmeras as possibilidades de pesquisa, como estudos voltados a aspectos pouco explorados, e que trariam importantes contribuições para a área: investigações acerca do atendimento e acesso ao saneamento básico, diretamente com a população, a partir de dados dos CRAS, por exemplo; pesquisas acerca do aspecto econômico que envolve esta política, tais como investimentos, de onde veem os recursos, quais as principais fontes financiadoras; o entendimento da questão da regulação, e como a fiscalização destes serviços estão sendo feitas; pesquisa sobre a participação social, incluindo os conselhos, conferências, e movimentos sociais envolvidos com o saneamento básico; investigação de quem são os atores envolvidos na disputa pelo saneamento básico na atualidade, e como isso se deu historicamente;

investigação acerca das ações que visam privatizar os serviços, e os ataques a Lei nº 11.445/2007, por meio de Medidas Provisórias. Dentre tantas outras possibilidades de estudo, conhecimento, investigação e pesquisa acerca do saneamento básico, em que o serviço social tem muito a contribuir.

A pesquisa de campo demonstrou o quanto este tema está interligado a questões já estudadas pelo serviço social, principalmente na leitura da realidade a partir da perspectiva crítica. Mostrando que para além de dados, existem pessoas reais vivendo em condições desumanas, em uma cidade em que o índice de distribuição de água se diz de 100%, como é o caso de Uberaba. Este é um sinal de alerta, na busca por índices mais completos, que retratem as reais condições do saneamento básico. E também, para que o serviço social passe a ter um olhar para estas questões, e possam realizar pesquisas em seus campos de trabalho, apresentar em discussões, e inclusive para os usuários. No entanto, para isto, os (as) profissionais precisam ter formação e aprofundamento no entendimento do saneamento básico, para que possam estabelecer estratégias contra as atuais condições do serviço.

A gravidade da situação do saneamento básico, em conjunto com toda a dinâmica que perpassa e resulta nesta problemática, vem fazendo com que boa parte da população não tenha acesso a água, ou seja, sem condições de vida, como se não fossem parte do ciclo, “[...] a água é fluxo, movimento, circulação. Portanto, por ela e com ela flui a vida e, assim, o ser vivo não se relaciona com a água: ele é água. É como se a vida fosse um outro estado da matéria água, além do líquido, do sólido e do gasoso – estado vivo. (PORTO-GONÇAVES, 2005, p. 120)

O tratamento e distribuição de água, a coleta e tratamento de esgoto, a disposição de resíduos sólidos e a drenagem da água pluvial, precisam ser entendimentos para além de serviços de infraestrutura. Quando falamos de saneamento básico estamos falando de direito ao acesso e uso da água, ao seu cuidado e proteção, ou seja, o direito à vida. Assim como toda população tem direito ao seu acesso, o meio ambiente também tem direito ao cuidado e manutenção. A saída para a problemática do saneamento básico na atualidade é o equilíbrio e a equidade, noções que só serão possíveis com a superação da organização que presa pelo lucro e produtividade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Entre a ciência e a sapiência**: o dilema da educação. São Paulo: Loyola. 2015.

Assinatura da Medida Provisória para alterar Lei do Saneamento será nesta sexta-feira. **Associação Brasileira de Empresas Estatais de Saneamento**, Brasília/DF, 06 set. 2018. Disponível em: <http://www.aesbe.org.br/assinatura-da-medida-provisoria-para-alterar-lei-do-saneamento-sera-nesta-sexta-feira/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. R. Pesquisa na tradição marxista: método e sua contribuição para as ciências humanas e sociais. *In*: OLIVEIRA, I. F. et al. (org.). **Marx hoje: pesquisa e transformação social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 57-70.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **D.O.U.**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 5 maio 2018.

BRASIL. Lei n. 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **D.O.U.**, Brasília, DF, 8 jan. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm). Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Nacional de Saneamento Básico: PLANSAB**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos\\_PDF/plansab\\_06-12-2013.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/plansab_06-12-2013.pdf). Acesso em: 25 jul. 2018.

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V.C. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar.2012.

BRITO, S. Saneamento de Uberaba *In*: BRITO, S. **Projetos e relatórios**: saneamento de Curitiba, Uberaba e Aracaju. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p. 172-239. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.camaracampos.rj.gov.br/index.php/component/flippingbook/book/314>. Acesso em: 15 mai. 2018.

BRITTO, A. L. N. P. Avaliação político-institucional do setor de saneamento. *In*: BRITTO, A. L. (coord.) **Panorama do saneamento básico no Brasil**. v. 4. Brasília: Ministério das Cidades. 2014. Disponível em: [https://mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/panorama/vol\\_04\\_miolo.pdf](https://mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/panorama/vol_04_miolo.pdf). Acesso em 10 set. 2019.

BRITTO, A. L. N. P.; LIMA, S. C. R. B.; HELLER, L.; CORDEIRO, B. S. Da fragmentação à articulação: a Política Nacional de Saneamento e seu legado histórico. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.14, n.1, mai. 2012, São Paulo: RBUR. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/1906>. Acesso em 17 set. 2019.

CASTRO, J. E. Gestão democrática nos serviços de saneamento. *In*: REZENDE, S. (org.). **Panorama do saneamento básico no Brasil**. v. 7. Brasília: Ministério das Cidades. 2014. p. 441-473 Disponível em: [https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/panorama/vol\\_07\\_miolo.pdf](https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/panorama/vol_07_miolo.pdf). Acesso em: 10 set. 2019.

CFESS (Org.). **Assistentes sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n117/04.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL. **Atuação de assistentes sociais na política urbana**: subsídios para reflexão. 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-SubsidiosPoliticaUrbana-Site.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL. **Campanha Assistentes Sociais no combate ao racismo**. 2018. Disponível em: <https://servicosocialcontraracismo.com.br/sobre-o-racismo/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética profissional dos assistentes sociais**. 1993. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 12 dez. 2018.

CORDEIRO, B. S.; BRITTO, A. L.; PEREIRA, T. D. A Política Nacional de Saneamento: notas sobre avanços e impasses nos governos Lula (2003-2010). *In*: **XIV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**, v.4, n.1, 2011, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ENANPUR, 2011. Disponível em: < <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/627>>. Acesso em: 03 set. 2019.

CORREIA, M.V.C.; SANTOS, V.M. Privatização da saúde via novos modelos de gestão: as organizações sociais em questão. *In*: BRAVO, M. I. S. et al. (org.). **A Mercantilização da saúde em debate**: as organizações sociais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015. p. 33-39xx. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B3SRQLv1tEAVdV94OXICTGdQS2c/view>. Acesso em: 11 jul. 2018.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

Entrevista: MP do Saneamento – “Essa proposta é resultado da pressão do capital”. **Fundação Nacional dos Urbanitários**, Rio de Janeiro/RJ, 27 set. 2018. Disponível em:

<http://www.fnucut.org.br/entrevista-mp-do-saneamento-essa-proposta-e-resultado-da-pressao-do-capital/>. Acesso em: 7 fev. 2019.

FONTES, V. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. *In*: BOSCHETTI, I. (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIOMETTI, A. B. R. Debates e conceituações na Disciplina Obrigatória de Seminários de Pesquisa I do Programa de Pós-graduação em Serviço Social – Stricto Sensu: UNESP/ Câmpus de Franca, 2019.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GÓMES, J. A. D.; AGUADO, O. V.; PERES, A. G. (org.). **Serviço social e o meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HELLER, L. O direito humano ao saneamento básico e os novos desafios. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO. **Artigos**. Brasília, DF, 2016. Disponível em:<http://www.assemae.org.br/artigos/item/1840-o-direito-humano-ao-saneamento-basico-e-os-novos-desafios>. Acesso em: 2 jun. 2018.

HELLER, L.; GOMES, U. A. F. **Panorama do saneamento básico no Brasil: elementos conceituais para o saneamento básico**. v. 1. Brasília: Ministério das Cidades, 2014. Disponível em:  
[https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/panorama/vol\\_01\\_mioIo.pdf](https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/panorama/vol_01_mioIo.pdf)  
. Acesso em: 10 set. 2019.

HELLER, L. CASTRO, E. C. (org.). **Política pública e gestão de serviços de saneamento**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

IAMAMOTO, M. A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf>. Acesso em 25 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Brasil. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 20 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Uberaba-MG. Brasil. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=317010>. Acesso em: 2 mar. 2019.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Ranking de saneamento 2018. **Instituto Trata Brasil**. São Paulo, abr. 2018. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking-2018/realatorio-completo.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Ranking de saneamento 2019. **Instituto Trata Brasil**. São Paulo, jul. 2019. Disponível em: [http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking-2019/Relat%C3%B3rio\\_-\\_Ranking\\_Trata\\_Brasil\\_2019\\_v11\\_NOVO\\_1.pdf](http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking-2019/Relat%C3%B3rio_-_Ranking_Trata_Brasil_2019_v11_NOVO_1.pdf). Acesso em: 10 ago. 2019.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 5 ed.

LIMA, R. L. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.117, p. 45-68, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n117/04.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

LIMA, T. C. S. MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálysis**, Florianópolis, v.10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300004/5742>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MAIA, M. Gestão social – reconhecendo e construindo referenciais. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1010/790>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013). Acesso em: 15 out. 2019.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARSIGLIA, R. M. G. Orientações básicas para pesquisa. In: MOTA, A. E. et al. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo, 2006. p. 1-18. Disponível em: [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto3-1.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-1.pdf). Acesso em: 8 abr. 2018.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Col. Obra-Prima do Autor).

MARX, K. O capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. Tradução: Maria Izabel Lagoa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In*: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOTA, A. E. **Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento**. Katálysis. 2013, vol.16, n.spe, p.17-27. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141449802013000300003&script=sci\\_abstract&tlng=p](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141449802013000300003&script=sci_abstract&tlng=p). Acesso em: 15 ago. 2018.

MULAS, A. S. Análise de políticas públicas de saneamento: aspectos orçamentários e gerenciais. Tradução Vera Ribeiro. *In*: Heller, L; CASTRO, J. E. **Política pública e gestão de serviços de saneamento**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

OLIVEIRA, E. O Brasil precisa aumentar em 62% os investimentos em saneamento básico: caso contrário não irá cumprir a meta de universalização em 2033, aponta CNI. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2018. Economia.

PAULO NETTO, J. Introdução ao Método na teoria social. *In*: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social (org.). **Serviço social, direitos sociais e competências profissionais**. Brasília. 2009. p. 667-700.

PAULO NETTO, J. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. *In*: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, T. D. Saneamento e suas múltiplas (inter) faces: digressões sobre o direito ao ambiente no território. *In*: GOMES, M. F. C. M.; MAIA, R. S.; CARDOSO, I. C. C.; FRANÇA, B. A. (org.). **Renovação Urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. p. 267-284.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Água não se nega a ninguém: a necessidade de ouvir outras vozes. *In*: PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (org.). **Políticas públicas ambientais latino-americanas**. Brasília: Flacso-Brasil, 2005. p. 115-141.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense. 1961.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, jan./jul. 2012. p. 116 – 128. Disponível em: [http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O\\_metodo\\_marxiano\\_de\\_investigacao\\_e\\_o\\_enfoque\\_misto\\_na\\_pesquisa\\_social\\_uma\\_relacao\\_necessaria.pdf](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

PROJETO do Plano Municipal de Saneamento Básico é sobrestado e será votado na pauta de reunião de quarta-feira. **Folha Uberaba**, Uberaba, 10 mar. 2015. Disponível

em:<http://folhauberaba.com.br/noticias/projeto-do-plano-municipal-de-saneamento-basico-e-sobrestado-e-sera-votado-na-pauta-da>. Acesso em: 21 jun. 2018.

REZENDE, S. C.; HELLER, L. **O saneamento no Brasil: políticas e interfaces**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG, 2008.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec. 1993.

SILVA, M. G. e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. **Publicação de diagnósticos**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2018>. Acesso em: 20dez. 2019.

SUGAWARA, F.C.A. **Direito à cidade: um estudo sobre a política urbana da cidade de Uberaba**. Orientadora: Rita de Cássia Lopes de Oliveira. 2014. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2014.

UBERABA (MG). Prefeitura de Uberaba. Lei no 12.146, de 2015. Dispõe sobre a Política e o Plano Municipal de Saneamento Básico de Uberaba. **Porta Voz**, Uberaba, MG, 8 abr. 2015. Disponível em:<http://www.codau.com.br/uploads/1428668423.pdf>. Acesso em: 9 abr. de 2017.

UBERABA (MG). Prefeitura de Uberaba. **Plano municipal de saneamento básico: sistematização das microconferências**. Uberaba, MG, 2013. Disponível em:<http://www.codau.com.br/uploads/1395932554.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

UBERABA (MG). Prefeitura de Uberaba. **Plano municipal de saneamento básico: prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico**. Uberaba, MG. 2013. Disponível em: <http://www.codau.com.br/uploads/1400163954.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

UBERABA (MG). Prefeitura de Uberaba. Plano Municipal de Saneamento é finalizado em Uberaba. Uberaba, 1 out. 2014. Disponível em:<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,33064>. Acesso em: 20 jun. 2017.

## **APÊNDICES**

**Apêndice A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

NOME DO PARTICIPANTE: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_/\_\_/\_\_. IDADE: \_\_\_\_\_

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ SEXO: M ( ) F ( )

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **O Saneamento Básico e a Interface com o Serviço Social: um estudo nos Centros de Referência em Assistência Social de Uberaba/MG**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Amanda Naiara de Menezes**, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pelo (a) Prof. (a) Dr.(a) **Analúcia Bueno dos Reis Giometti**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C. Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Esta pesquisa tem por objetivo compreender a interface entre o Saneamento Básico e o Serviço Social, por meio dos Centros de Referência em Assistência Social de Uberaba, identificando ações que os (as) profissionais realizam nesta área. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Uberaba, de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Amanda Naiara de Menezes

Endereço: Rua Vereador Sebastião Rezende Braga, 50. Uberaba/MG

Tel: (34) 992332802

E-mail: amandanaiaramenezes@hotmail.com

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

Orientadora

Prof. (a) Dr. (a) Analúcia Bueno dos Reis Giometti

Endereço:

Tel:

E-mail: analuciagiometti@yahoo.com.br

## **Apêndice B - QUESTIONÁRIO/FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA COM SUJEITOS DA PESQUISA**

### **1. IDENTIFICAÇÃO**

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Idade:

### **2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E APRIMORAMENTO**

2.1 Em que ano se graduou?

2.2 Possui alguma formação acadêmica complementar?

( ) Pós-graduação/Especialização ( ) Concluído ( ) Em curso ( ) Interrompido

( ) Mestrado ( ) Concluído ( ) Em curso ( ) Interrompido

( ) Doutorado ( ) Concluído ( x ) Em curso ( ) Interrompido

( ) Outra graduação \_\_\_\_\_ ( ) Concluído ( ) Em curso

2.3 Costuma participar de eventos, cursos, oficinas ou outros espaços de aprimoramento profissional?

( ) Sim ( ) Não

2.3.1 Se sim, em que (quais) área (s)?

( ) Serviço Social ( ) Política Urbana ( ) Outros temas

2.3.3 Se não, por qual (is) motivo (s)

( ) Ausência de tempo

( ) Baixa oferta de eventos com temas de seu interesse

( ) Não avalia ser importante

( ) Outros \_\_\_\_\_

2.4 Participa de Conselho de Direitos? Se sim, qual?

2.5 Participa de algum movimento social? Se sim, qual?

### **3. SOBRE O CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL**

3.1 A quanto tempo trabalha neste CRAS?

3.2 Quais os principais desafios enfrentados na instituição?

3.3 Quais as principais ações desenvolvidas?

3.4 Quais as principais demandas da população?

### **4. SOBRE O SANEAMENTO BÁSICO**

4.1 O que você entende por saneamento básico?

4.2 Você já teve algum acesso a Lei 11.445/2007, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico? E a Lei ou Plano Municipal de Saneamento Básico?

4.3 Já se deparou com alguma demanda que você relacione ao saneamento básico, por parte do usuário do CRAS? Se sim, qual (quais)?

4.4 Já se deparou com alguma demanda que você relacione ao saneamento básico na cidade? Se sim, qual (quais)?

4.5 Identifica algum problema e/ou aspecto relacionado ao saneamento básico na região de abrangência do CRAS que atua?

4.6 Você consegue visualizar ou refletir alguma relação entre saneamento básico e serviço social? Explique.

4.7 Você identifica algum projeto relacionado ao saneamento básico desenvolvido no CRAS? Se sim, qual (quais)?

4.8 Como você avalia os serviços de saneamento básico na região de abrangência do CRAS?

**ANEXOS**

## Anexo A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

UNESP - FACULDADE DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O SANEAMENTO BÁSICO E A INTERFACE COM O SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UBERABA/MG

**Pesquisador:** AMANDA NAIARA DE MENEZES

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 20244719.6.0000.5408

**Instituição Proponente:** Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.585.087

#### Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de forma clara e concisa. Todos os elementos necessários para a compreensão da pesquisa, notadamente sobre como se dará a pesquisa de campo, estão presentes.

#### Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa foi explicitado de forma clara e direta, a saber: "Compreender a interface entre o saneamento básico e o serviço social que ocorre nos Centros de Referência em Assistência Social no município de Uberaba/MG".

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Afirma-se que a pesquisa não tem o potencial de produzir riscos aos participantes da pesquisa. Analisando o questionário semi-estruturado de questões propostas para os mesmos, esta relatoria chegou à mesma conclusão, não encontrando elementos que possam suscitar risco maior aos participantes da pesquisa do que aqueles já existentes na vida cotidiana. Os benefícios foram adequadamente considerados.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como toda pesquisa bem orientada, a presente é relevante e apresenta de forma clara como se dará o contato com os participantes da pesquisa, ao todo 08 indivíduos.

**Endereço:** Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900  
**Bairro:** Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160  
**UF:** SP **Município:** FRANCA  
**Telefone:** (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 3.585.087

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos de apresentação obrigatória foram corretamente preenchidos e inseridos, a saber: Informações Básicas do Projeto, Folha de Rosto, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorização da Prefeitura Municipal para que a pesquisadora possa entrevistar os depoentes nos CRAS da cidade, arquivo com o projeto original completo, questionário semi-estruturado de perguntas a serem feitas aos sujeitos da pesquisa.

**Recomendações:**

Não constam recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Conclui-se pela APROVAÇÃO do presente projeto de pesquisa. Não há pendências ou inadequações.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O coordenador aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1315207.pdf	12/07/2019 18:52:39		Aceito
Outros	ROTEIROPARAENTREVISTACOMSUEITOSDAPESQUISA.pdf	12/07/2019 18:47:37	AMANDA NAIARA DE MENEZES	Aceito
Outros	DeclaracaodeAutorizacaoparaPesquisa.pdf	12/07/2019 18:46:39	AMANDA NAIARA DE MENEZES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCEAssinado.pdf	12/07/2019 18:44:34	AMANDA NAIARA DE MENEZES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisaAmanda.docx	12/07/2019 18:43:23	AMANDA NAIARA DE MENEZES	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	12/07/2019 18:41:53	AMANDA NAIARA DE MENEZES	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900  
Bairro: Jd. Antonio Petraglia CEP: 14.409-160  
UF: SP Município: FRANCA  
Telefone: (16)3706-8723 Fax: (16)3706-8724 E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 3.585.087

FRANCA, 19 de Setembro de 2019

---

**Assinado por:**  
**Marcos Alves de Souza**  
**(Coordenador(a))**